



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPGCP

**PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS REPRESENTANTES ELEITAS PARA O PARLAMENTO
EM MOÇAMBIQUE (1994, 1999, 2004 e 2014)**

CELESTE ABEL CUAD MACULUVE

Belém – Pará
2019

CELESTE ABEL CUAD MACULUVE

**PERFIL SÓCIOPOLÍTICO DAS REPRESENTANTES ELEITAS PARA O
PARLAMENTO EM MOÇAMBIQUE (1994, 1999, 2004 e 2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Políticas Públicas.

Belém – PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- M113p Maculuve, Celeste Abel Cuad
Perfil Sociopolítico das Representantes eleitas para o Parlamento em Moçambique (1994, 1999, 2004 e 2014) : Perfil Sociopolítico das Representantes eleitas para o Parlamento em Moçambique (1994, 1999, 2004 e 2014) / Celeste Abel Cuad Maculuve. — 2019.
107 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
1. Perfil . 2. Mulher. 3. Representação política . 4. Eleição em Moçambique . I. Título.

CDD 320

DEDICATÓRIA

A minha mãe Esperança Maria Xavier (*In memoriam*) por ter desempenhado um papel imprescindível em toda a minha trajetória acadêmica, pois, até um certo ponto eu só estudava, não por saber o que queria, mas por esse ter sido o seu sonho de me ver um dia formada, e esse desejo se tornou o meu acompanhamento em toda a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Teria muito por escrever, palavras até me faltariam, pois pessoas para agradecer são muitas. Começo primeiramente agradecendo ao Governo Brasileiro, na figura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter me proporcionado, através da bolsa de estudos, as condições materiais, que foram fundamentais para o início e conclusão desta jornada.

Agradeço igualmente a Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), pela oportunidade que me concederam de vir estudar no Brasil.

Os agradecimentos vão também aos meus professores do PPGCP, Dra. Dolores Silva, Dra. Eugênia Cabral, Dr. Bruno Rubiatti, Dr. Gustavo Ribeiro, Dr. Luís Cardoso e todos os outros que com o seu profissionalismo me guiaram.

Em especial os agradecimentos vão para o meu Orientador Prof. Dr. Carlos Augusto Souza, não apenas por ser o orientador deste trabalho, mas também por ter sido um importante guia no percorrer do desenvolvimento do curso, e merece as minhas eternas lembranças. Os mesmos se estendem ao pessoal do corpo administrativo do PPGCP, em particular a Delice e a Biatriz, agradeço-vos pela paciência e dedicação que puderam dispor para me ajudar em tudo que precisei. De modo especial vão os meus agradecimentos aos meus colegas de turma do PPGCP-2018, levando um carinho especial à Suziany Porteglio, por todo suporte que me proporcionou durante o curso. A todos vocês o meu muito obrigado.

À Deus não o deixarei de agradecer pelo dom da vida, saúde, conhecimento, força e coragem, que me possibilitou superar todos os entraves do dia-a-dia. Obrigada Deus por todas as bênçãos.

Seguidamente agradecer aos meus irmãos (Jacinto e Abel). Em especial ao mano Abel Cuad Maculve, pelo apoio, não necessariamente material, mas principalmente moral, que foi muito importante ao longo da minha vida, tanto acadêmica quanto pessoal.

Agradeço a toda a minha família (família Maculve, família Xavier, família Mussa). Aos meus queridos sobrinhos. Sem deixar especialmente de mencionar a quem muito me incentivou e contribuiu para que eu conseguisse chegar ao Brasil e não perdesse a oportunidade dos estudos, "Victor de Barros Vito" meu muito obrigada por tudo. E a todos que se fizeram presente direta ou indiretamente nessa caminhada, os agradeço.

Não deixo de agradecer aos meus queridos amigos e colegas, Zito Pedro, Edson Amone, Rafael Monteiro, Inácio Macamo. Ao meu amigo-irmão Valdemiro Muhala, espero que a nossa

amizade percorra desde os ares de Belém e volte à casa (Moçambique), pois também tiveste um contributo importante neste trabalho, me ajudando em busca de dados e literaturas, lhe sou imensamente grata, muito obrigada por tudo. Cada um de vós desempenhou um papel significativo na minha estadia em Belém e principalmente para a concretização deste curso. Obrigado meus irmãos.

Agradeço com a mesma intensidade a família Mucache (mano Cornélio e esposa Maria), vocês se tornaram família em meu coração, a vossa delicadeza, familiaridade e aconchego levarei comigo para o resto da vida.

Termino agradecendo a todos que não pude menciona-los, mas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho e da minha formação. À todos;

Ndino tamalani, meu muito obrigado.

“[...] Fazemos nosso próprio gênero, mas não somos livres para o fazermos como quisermos”. (...) "Nossa prática de gênero é poderosamente formatada pela ordem de gênero em que nos encontramos [...]" (CONNELL e PEARSE, 2015, p.156).

RESUMO:

Em consequência dos impactos da democracia que se fez sentir nas últimas décadas por quase todo mundo, constata-se um alargamento dos espaços que possibilitam uma maior participação política dos cidadãos em todos os níveis. Equitativamente, decorreram integrações de novas perspectivas de participação política dos cidadãos, dentre elas, perspectivas direcionadas para fatores de gênero, como uma forma de integração e diminuição da disparidade do gênero na esfera política. Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa objetivou analisar quais aspectos do perfil sociopolítico impactam para a eleição das mulheres ao parlamento em Moçambique. Buscou com o estudo identificar o perfil das mulheres que se elegem Deputadas para a Assembleia da República, numa análise de quatro legislaturas, desde a primeira eleição multipartidária, de 1994, 1999, 2004 e 2014. A pesquisa de certo modo procurou evidenciar a relação existente entre o perfil socioprofissional e político das parlamentares e a influência do sistema eleitoral e partidário no âmbito moçambicano para eleição dessas mulheres, concernindo as instituições como legítimos canais das escolhas da sociedade, como um todo. Como recurso metodológico é visto como uma pesquisa quali-quantitativa, utilizou a base de dados sobre o currículo das mulheres onde se extraiu variáveis relativas a: formação educacional, profissão, identificação partidária, sexo, idade, estado civil. Visando entretanto evidenciar se existe um perfil sociopolítico que explica a participação e representação das mulheres para a Assembleia da República de Moçambique. Averigua-se para uma realidade não muito distante daquilo que tem sido arrolada por várias pesquisas, sendo a preferência por representantes homens não depender necessariamente da diferenciação do perfil sociopolítico, pois para ambos sexos se assemelham. Porém, a eleição de mulheres para Deputadas da Assembleia da República de Moçambique tende a depender de ser membro dos partidos tradicionais, principalmente dos que servem de base de apoio para o executivo; ter experiência ou trajetória política (ocupar cargos públicos e/ou partidários). E de referenciar a importância das cotas, visto que o Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), é o partido que mais elege mulheres e é o único que aderiu cotas partidárias voluntárias.

Palavras-chave: Perfil, mulher, representação política, eleição em Moçambique.

ABSTRACT

As a result of the impacts of democracy that has been felt in the last few decades by almost everyone, there is an expansion of spaces that allow greater political participation by citizens at all levels. Equitively, new perspectives of citizens' political participation took place, among them, perspectives aimed at gender factors, as a way of integrating and reducing the gender gap in the political sphere. In this sense, the present research work aimed to analyze which aspects of the socio-political profile impact the election of women to parliament in Mozambique. The study sought to identify the profile of women who are elected deputies for the Assembly of the Republic, in an analysis of four legislatures, since the first multiparty election, in 1994, 1999, 2004 and 2014. The research sought to evidence the existing relationship between the socio-professional and political profile of parliamentarians and the influence of the electoral and party system in the Mozambican sphere for the election of these women, regarding institutions as legitimate channels for society's choices, as a whole. As a methodological resource it is seen as a qualitative and quantitative research, using the database on the women's curriculum where variables related to: educational background, profession, party identification, sex, age, marital status were extracted. In the meantime, aiming to show if there is a socio-political profile that explains the participation and representation of women for the Assembly of the Republic of Mozambique. Find out for a reality not far from what has been listed by various surveys, with the preference for male representatives not necessarily depending on the differentiation of the socio-political profile, as for both sexes they are similar. However, the election of women to Members of the Assembly of the Republic of Mozambique tends to depend on being a member of the traditional parties, especially those that serve as a support base for the executive; have experience or political trajectory (hold public and / or partisan positions). It is worth mentioning the importance of quotas, since the Frente Liberação de Moçambique Party (FRELIMO) is the party that elects women the most and is the only party that joined voluntary party quotas.

Keywords: Profile, woman, political representation, election in Mozambique.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AGP:	Acordo Geral de Paz
AMME:	Associação Moçambicana da Mulher e Educação
ANCWL:	Congresso Nacional da Liga das Mulheres Africanas
CEDAW:	Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CNE:	Comissão Nacional de Eleições
DF:	Destacamento Feminino
EGFAE:	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
FBPF:	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO:	Frente de Libertação de Moçambique
IDEA:	Institute for Democracy and Electoral Assistance
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano
IESE:	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IPU:	União Interparlamentar
MDM:	Movimento Democrático de Moçambique
MULEIDE:	Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento
NUWSS:	National Union of Women Suffrage Societies
NWSA:	National Woman Suffrage Association
ONG:	Organização Não-Governamental
ONU:	Organização das Nações Unidas
OJM:	Organização da Juventude Moçambicana
OMM:	Organização da Mulher Moçambicana
PAWLO:	Pan-African Women's Liberation Organization
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PLP:	Países de Língua Portuguesa
PRE:	Programa de Reabilitação Económica
PRF:	Partido Republica no Feminino
PRES:	Programas de Reabilitação e Reestruturação Social
RENAMO:	Resistência Nacional Moçambicana
SADC:	Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral
UD:	União Democrática

UDENAMO: União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI: União Nacional de Moçambique Independente
UNAMO: União Nacional de Moçambique
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
UWO: United Women's Organization
WEAU: Women's Enfranchisement Association of the Union
WID: Women in Development
WCTU: Women's Christian Temperance Union
WSPU: Women Social and Political Union

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Posição de Moçambique a Nível Mundial de Acordo com Número de Representação de Mulheres no Parlamento.....	57
Tabela 2: Posição de Moçambique de Acordo com o Número de Deputadas a Nível da Africa.....	58
Tabela 3: Posição de Moçambique de Acordo com o Número de Deputadas a Nível da Africa Austral	59
Tabela 4: Resultados das Eleições Gerais: Votos por Partido de 1994 - 2009.....	77
Tabela 5: Resultados Eleitorais por Número de Assentos por Partido de 1994 - 2014.....	79
Tabela 6: Quantidade Popilacional de Moçambique por Género de 2014	80
Tabela 7: Representação Parlamentar Feminina por Partido de 1994, 1999, 2004 e 2014.....	83
Tabela 8: Representação Parlamentar de Moçambique por Género e por Partido de 1994, 1999, 2004 e 2014	79
Tabela 9: Número de Mandatos dos Deputados por Género de 1994 a 2014.....	77
Tabela 10: Proporção de Deputados na Assembleia da República de Moçambique de Acordo com o Nível de Escolaridade de 1994 - 2014.....	85
Tabela 11: Relação do Ativismo Político Sob a Representação Feminina no Parlamento Moçambicano de 1994 - 2014.....	87
Tabela 12: Experiencia Agregada por Género de 1994 - 2014	89
Tabela 13: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano de Acordo com a Faixa Etária de 1994 - 2014.....	91
Tabela 14: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano de Acordo com o Estado Civil	92
Tabela 15: Número de Parlamentares por Profissão Agregadas e Género.....	93
Tabela 16: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano Segundo o IDH e PIB por Província.....	95
Quadro 1: Indicadores de Correlação de Pearson.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Posição de Moçambique em Relação a Representação Parlamentar Feminina no Mundo	57
Gráfico 2: Posição de Moçambique de Acordo com o Nível de Deputadas na Africa	58
Gráfico 3: Posicao de Moçambique de Acordo com o Número de Deputadas a Nível da África Austral	59
Gráfico 4: Evolução dos Votos por Partido: Resultados das Eleições Gerais de 1994 - 2009	78
Gráfico 5: Evolução da Representação Parlamentar Feminina por Partido de 1994 - 2014	81
Gráfico 6: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano de Acordo com a Experiencia Agregada de 1994 - 2014	89

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Mapa de África e Situação Geográfica de Moçambique no Continente Africano	61
Mapa 2: Mapa de Moçambique e Sua Delimitação Territorial	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Problema de Pesquisa.....	19
Objetivos.....	20
Hipóteses.....	21
Metodologia.....	22
Desenvolvimento da Dissertação.....	24
1. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	25
1.1. O Sistema Eleitoral e Partidário: Como Fator Inclusão e Exclusão Feminina.....	32
1.2. Participação e Representação das Mulheres na Política.....	34
1.3. Perfil das Parlamentares: Padrões e Coeficientes.....	36
2. A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO.....	39
2.1. Indicadores de Representação Feminina no Mundo: Da Supressão à Cidadania Política.....	39
2.1.1. A Luta pela Representação Política das Mulheres na Inglaterra.....	41
2.1.2. O Movimento pela igualdade de Gênero nos Estados Unidos.....	43
2.1.3. Na América Latina: Da Exclusão à Conquista pelo Sufrágio Feminino no Brasil.....	44
2.2. Participação e Representação Política das Mulheres em África: Pioneirismo e Oposições.....	47
2.2.1. Predecessores da Sub-representação Política da Mulher na África.....	53
2.2.3. Democracia e Ascendimento de Participação Política da Mulher na África.....	55
2.3. Moçambique em Relação a Representação Parlamentar Feminina no Mundo.....	56
3. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	60
3.1. Da Guerra Civil aos Acordos de Paz.....	62
3.2. O Caso das Mulheres Desde a Guerra Civil ao Acordo Geral de Paz.....	63
3.3. A Democracia em Moçambique e a Participação Feminina.....	65
3.3.1. Mecanismos e Estratégias Políticas para Inclusão Feminina e Equidade de Gênero.....	67
3.3.2. O Sistema Eleitoral de Moçambique e a Participação e Representatividade das Mulheres na Política.....	70
4. PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS PARLAMENTARES ELEITAS PARA O PARLAMENTO EM MOÇAMBIQUE DE 1994, 1999, 2004 e 2014.....	72
4.1. Aspectos Metodológicos do Estudo.....	72
4.1.2. Base de Dados.....	72
4.1.3. População Alvo da Pesquisa.....	73
4.1.4. Instrumento de Análise de dados.....	73
4.2. Variáveis de Análise.....	73
4.3. Verificação das Hipóteses.....	75
4.4. Evolução da Democracia Eleitoral em Moçambique.....	77
4.5. A Distribuição do Poder Parlamentar na Assembleia da República em Moçambique.....	78
4.6. Representação das Mulheres na Assembleia da República em Moçambique.....	79
4.7. Reeleição de Mulheres no Parlamento Moçambicano.....	82

4.8. O Perfil Sociopolítico como Condicionador de Representatividade Parlamentar das Mulheres em Moçambique.....	84
4.9. O Ativismo Político e a Eleição de Mulheres ao Parlamento Moçambicano.....	85
4.10. Faixa Etária e Estado Civil das Mulheres que se Elegem ao Parlamento em Moçambique...	90
4.11. Parlamentares Eleitas segundo Profissão.....	92
4.12. Perfil das Mulheres Segundo Características socioeconômicas e Políticas das Provinciais em Moçambique.....	93
CONCLUSÕES.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

INTRODUÇÃO

A problemática da sub-representação política das mulheres nos órgãos de representação política tem sido objeto de estudo do mundo contemporâneo e tem ganhado importância nas pesquisas que procuram resgatar a dimensão representativa da democracia participativa, como forma de reverter a elevada dificuldade das mulheres no acesso às diversas esferas da vida política, econômica, social e cultural, assim como dos obstáculos e resistências que se colocam neste processo.

De acordo com Osório e Macuácuá (2015), devido a democracia se constituir pela interdependência entre o respeito pelos direitos fundamentais, da cidadania e da representação política, e pela dificuldade que as sociedades modernas apresentam em possibilitar a convivência pacífica entre os (des)iguais, a literatura tem indicado que os valores democráticos têm tido dificuldades em serem respeitados. Por esta razão, segue-se uma crise das democracias, por se revestirem de sistemas respaldados no respeito às diferenças e na liberdade e igualdade entre os cidadãos.

No caso da representação política feminina, objeto de investigação desta dissertação, após séculos de marginalização política, assiste-se em vários países do mundo, ligeiros processos de melhorias nos indicadores de representação da mulher na esfera política. Atualmente, as democracias representativas vêm se deparando com debates que procuram melhorar os arranjos institucionais de forma a incentivar o maior protagonismo de grupos marginalizados na esfera de representação política.

Nesta ótica, o presente trabalho de pesquisa objetivou identificar o perfil das mulheres que se elegeram à Deputadas para a Assembleia da República de Moçambique a partir da análise de quatro eleições consecutivas - 1994, 1999, 2004 e 2014. O estudo abrange a totalidade das deputadas eleitas para a Assembleia da República no intervalo de tempo acima mencionado, procurando relacionar aspectos do perfil sociopolítico das mulheres com determinadas características sociopolíticas que compõem a geografia territorial de Moçambique, no caso as províncias.

Tendo em conta que a luta pelo direito ao sufrágio feminino vem durante muito tempo passando por várias transformações, iniciando com a Revolução Francesa entre 1780 a 1790, que constitui o primeiro momento visível e organizado de reivindicação feminina para a participação na política, até os dias atuais, a mulher vem se deparando com diversas

dificuldades para sua efetiva inclusão na arena política, mesmo em regimes democráticos consolidados da Europa, Ásia e América do Norte. Por esta razão olhar para o perfil ou para as características dos parlamentares é de extrema importância, pois é a partir do conhecimento do perfil dos jogadores e das regras do jogo, que se passa a compreender o funcionamento da máquina política e a influência dos sistemas eleitorais e partidários no processo político (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Pesquisas diversas vêm mostrando um baixo índice de participação das mulheres nos cargos de decisão. Este tem sido um fato persistente nos estudos da ciência política, buscando de certa maneira, entender quais os motivos que permitem a reprodução do processo de sub-representação que alguns grupos enfrentam no processo político. Apesar de várias políticas inclusivas, como, por exemplo, a adoção de quotas contudo a subrepresentação política das mulheres ainda se estabelece como uma realidade em vários países do mundo (ARAÚJO e ALVES, 2007). No continente africano, tem sido realizado diversas fóruns de discussão que debatem a elevada fragilização de grupos minoritários na esfera da representação política. Exemplo disso foi a elaboração da declaração de gênero da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), que procurava promover a igualdade de gênero, através da ratificação da Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), (KARBERG, 2015; SADIE, 2005).

Em Moçambique a primeira mudança de paradigma para a maior inclusão feminina tem como marco a adoção do estatuto da mulher e implementação de princípios de equidade do gênero, que foram consagrados na Constituição de 1975, com o primeiro governo após a independência, formados pelo movimento anticolonial, Frente de libertação de Moçambique (FRELIMO) influenciado por uma ideologia socialista, baseado no Marxismo ortodoxo que promovia a capacitação da mulher como um recurso inclusivo para o desenvolvimento socioeconómico e político do país.

Apesar dessas convicções, persistem na prática baixa proporção de eleição de mulheres aos cargos de decisão em quase todo o mundo e Moçambique não é exceção. De acordo com as estatísticas das Nações Unidas, as mulheres em meados de 2002, ocupavam apenas 14,7% dos assentos parlamentares em todo o mundo. Dados da União Interparlamentar referentes ao ano de 2013 revelavam que as mulheres apesar de sofrerem um aumento para 21,3% dos mandatos legislativos no âmbito mundial ainda representam uma minoria na esfera eleitoral para cargos representativos (SILVA e LAPA, 2014). Por esta razão, diversos estudos tem

indicado a necessidade de se estudar as características das elites políticas de modo a compreender as dinâmicas e articulações do aparelho político e as variáveis que limitam a participação de determinados grupos na esfera política.

Prolema de Pesquisa

Os estudos sobre inclusão de mulheres nas arenas decisórias têm indicado que as mulheres são minoria não apenas nos parlamentos, mas, também, nos gabinetes ministeriais, nos cargos de direções partidárias, nos cargos executivos, etc. A política em si, se constituiu historicamente, como um território masculino, porém, não é possível falar em democracia sem mencionar a ausência de determinados grupos das instâncias decisórias. Neste sentido, olhar para a consolidação da democracia passa, necessariamente, por enfrentar de forma mais consistente os fatores que impedem que mulheres e outras minorias sejam incluídas no processo político.

A presença feminina nos cargos políticos encontra muitos obstáculos, mesmo em países desenvolvidos o número de mulheres em cargos legislativos é bastante reduzido. Entre os diversos impedimentos para uma maior inserção feminina na esfera parlamentar destaca-se o tipo de sistema eleitoral e partidário. O tipo do sistema eleitoral pode contribuir para ampliar ou mesmo reduzir a desigualdade de gênero na composição do legislativo e do executivo, dependendo da forma como os arranjos institucionais do método eleitoral são aplicados (SILVA e LAPA, 2014).

Em vários países do mundo, mesmo naqueles que adotam algum mecanismo de democracia direta, estudos indicam um crescente descontentamento com os sistemas eleitorais e de representação política (ARAÚJO, 2005; MATLAND, 2002), o que contribui para que diversos segmentos sociais sejam marginalizados e não tenham acesso as políticas governamentais.

Em Moçambique, apesar da constatação da baixa representatividade feminina em cargos electivos, quase não há estudos sobre a diferença entre os sexos na composição do parlamento. Por esta razão, esta pesquisa procura entender a participação das mulheres no legislativo do país, a partir de alguns indicadores relativos ao seu perfil, que podem responder pela subrepresentação desta população e sua influência na arena política.

Nesta vertente, a presente pesquisa se debruça a verificar o perfil sociopolítico das representantes eleitas para o parlamento moçambicano, tencionando verificar se determinadas variáveis relacionadas a educação, profissão, trabalho, idade, estado civil, herança familiar, ativismo político e outras se relacionam positivamente com a eleição deste segmento para a Assembleia da República.

Da mesma forma, a pesquisa pretende verificar se determinadas características presentes nas unidades geográficas que compõem o território moçambicano exercem alguma influência na inserção de mulheres no parlamento moçambicano.

Neste sentido a pesquisa foi guiada pelo seguinte problema de pesquisa: Quais aspetos do perfil sociopolítico e quais características sociopolíticas presente nas províncias impactam para a eleição de mulheres ao parlamento em Moçambique?

Objetivos da Pesquisa

Estudar o perfil da elite política é de extrema importância para se conhecer e compreender quem são os indivíduos que dispõem desse lugar, e conseqüentemente conhecer o funcionamento do sistema político do país.

A representação no poder legislativo tem servido como um importante parâmetro para comparar o grau de amadurecimento político dos países quanto a igualdade do gênero nas democracias representativas, envolvendo seus atores centrais nas competições legislativas, os partidos, associados ao recrutamento político e as estratégias eleitorais que envolvem trajetórias, recursos e obstáculos (ARAUJO, BORGER, 2013; ARAÚJO, 2005).

Desta forma, os mecanismos político-institucionais, sociais, que condicionam a oferta dos candidatos têm impacto direto para as configurações do tipo de representação política presente nas diferentes sociedades. Nesta perspectiva, a partir de um olhar sobre o perfil das mulheres eleitas para o parlamento moçambicano esta pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

Objectivo Geral

- Analisar o perfil das mulheres que se elegem ao cargo de Deputadas para a Assembleia da República de Moçambique no período que vai de 1994, 1999, 2004 e 2014.

Objectivos Específicos

- Identificar a relação entre a vivência política das mulheres e sua eleição para o parlamento;
- Verificar se o exercício público e/ou partidário influencia na eleição das mulheres;
- Avaliar se o nível de formação educacional, idade e estado civil interfere na eleição das mulheres;
- Estabelecer a relação entre a eleição de mulheres e características socioeconômicas das Províncias (medido pelo IDH e PIB).

Hipóteses

Alguns autores como (NORRIS, 1985; MATLAND, 1998; ARAÚJO e BORGE, 2013), nos seus modelos de análise investigaram os elementos que impactam no processo de recrutamento político e sua influência nos resultados eleitorais. Os autores concluem que existe certa articulação entre resultados eleitorais e determinadas características presentes no ambiente político, portanto, aspectos relacionados a dimensão socioeconómica, cultural, religiosa, sexual, entre outras podem responder por alguns resultados presentes no próprio sistema político-eleitoral.

Partindo desta análise, pretendeu-se compreender quais requisitos são necessários para ser ou fazer parte do parlamento nacional, quais critérios exigidos a níveis partidários na elegibilidade dos seus deputados, possibilitando assim, antecipar os fatores que levam ao desinteresse da minoria pela participação política.

Por esta razão, na tentativa de responder ao problema proposto foram traçadas cinco hipóteses, procurando correlacional variáveis do perfil sociopolítico, com variáveis do perfil territorial das províncias, que entendemos serem importantes para a eleição de mulheres:

1) Pela necessidade de atestar até que ponto o tempo dos mandatos possam afectar a qualidade parlamentar e consequentemente o acesso à representatividade parlamentar feminina, a primeira hipótese parte da premissa que a maioria das mulheres que compõem o parlamento moçambicano apresentam baixa taxa de reeleição em relação aos homens (um a dois mandatos);

2) A segunda hipótese parte do princípio que a maior proporção das mulheres eleitas ao parlamento moçambicano tem formação superior;

3) A terceira hipótese parte da constatação que as mulheres eleitas à Deputadas da Assembleia da República de Moçambique são provenientes dos movimentos populares e apresentam elevada militância política no interior dos partidos (ocupam cargos públicos e/ou partidários).

4) A quarta hipótese identifica que as mulheres eleitas ao parlamento moçambicano possuem idade acima de 40 anos, são casadas e trabalham, As mulheres eleitas ao parlamento moçambicano possuem idade acima de 40 anos, são casadas e trabalham.

5) Por fim, a quinta hipótese parte da premissa que as províncias com maiores padrões de desenvolvimento económico (medido pelo IDH e PIB) elegem as maiores proporções de mulheres para a Assembleia da República.

Metodologia

O trabalho empreendido pode ser visto como uma pesquisa quantitativa, na medida em que foi necessário a aplicação estatística para as análises e desagregações das observações das variáveis de interesse do estudo. Além disso, trata-se de um trabalho descritivo e explicativo, pois, recorreu à técnicas do estudo bibliográfico - os livros, artigos científicos, que possibilitaram mostrar a trajetória das mulheres eleitas em Moçambique e sua inserção na vida política. Foi também utilizada a técnica documental, que permitiu fazer o levantamento de todo material escrito que de alguma forma fornecem explicações sobre o perfil das deputadas eleitas em Moçambique no período de tempo em análise. Entre os documentos utilizados constam: as atas das reuniões, manuais, artigos jornalísticos, leis, decretos, todos os documentos oficiais possíveis que enfatizaram sobre o problema.

A pesquisa foi desenvolvida no período de tempo delimitado de 4 legislaturas, de 1994; 1999; 2004; e 2014, estudando o perfil sociopolítico das mulheres eleitas a deputadas para Assembleia da República em Moçambique como variável dependente, enquanto que a formação educacional (grau de escolaridade, área de formação, curso de formação); identificação partidária; género; idade; estado civil, como variáveis independentes.

Base De Dados - Como forma de identificar e analisar a relação entre perfil sociopolítico das mulheres eleitas para o parlamento moçambicano e determinadas

características socioeconômicas e demográficas nas províncias que compõem o território de Moçambique a presente pesquisa se utilizou do banco de dados disponibilizado pelos acervos da Assembleia da Republica de Moçambique (AR), nos partidos políticos, do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Os dados relativos a aspetos socioeconómicos das províncias foram estabelecidos através da base de dados do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IDH, taxa de ocupação da população adulta, tamanho da população, proporção de mulheres em relação a população total, etc.)

Instrumento de Coleta dos Dados - A construção do banco de dados foi preferencialmente construído com o emprego do *software* IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, que possibilitou agregar e processar os dados e as informações a partir de marcadores categóricos e numéricos, como sexo, província, região, número de votos, profissão, escolaridade, idade, entre outros.

População Alvo da Pesquisa - A População alvo da pesquisa, foi constituída por todas as mulheres eleitas deputadas nas últimas cinco legislaturas para a Assembleia da República de Moçambique, de 1994 a 2014 com exceção de 2009, pois os dados referentes a este ano encaontravam-se inconsistentes e devido a impossibilidade de correção, optou-se por excluílos da análise.

Processamento dos Dados - Primeiramente, os dados coletados foram processados utilizando os métodos estatísticos descritivos e inferenciais, e posteriormente se utilizou de métodos de correlação e associação. A função descritiva da estatística foi utilizada para a tabulação e sumarização dos dados nominais coletados, ordenando-os e classificando-os, para torna-los de fácil entendimento.

Ainda no que diz respeito ao método estatístico descritivo, foram utilizadas medidas de frequência absoluta e relativa para analisar a distribuição da variável dependente em função das variáveis independentes, e medidas de posição e dispersão para descrever o perfil dos eleitos.

Na parte inferencial da análise foram utilizados os testes estatísticos de análise de variância ANOVA para analisar a significância das diferenças ocorridas na variável dependente em função das variáveis independentes.

A análise de variância (ANOVA) testa a hipótese de que as médias de duas ou mais populações são iguais. As ANOVAS avaliam a importância de um ou mais fatores, comparando

as médias de variáveis de resposta (dependente) nos diferentes níveis de fator (variáveis independentes).

Desenvolvimento da Dissertação

O trabalho de pesquisa encontra-se estruturado em quatro capítulos com exceção da introdução e da conclusão. Na parte introdutória, abordam aspetos ligados ao problema de pesquisa, seus objetivos, a delimitação espacial e temporal, assim como a relevância de se estudar o problema erigido.

No primeiro capítulo descreve-se as teorias referentes a participação, representação e sub-representação feminina na política, assim como, aborda-se as teorias sobre a questão da influência do perfil dos parlamentares para a eleição de mulheres. Utilizou-se tanto da abordagem constante da literatura nacional quanto internacional.

Partindo um pouco mais adiante, ao segundo capítulo, foca-se mais a questão da trajetória das lutas das mulheres em prol dos direitos de cidadã, do geral até ao mais específico, como forma de evidenciar as discrepâncias de movimentos e lutas pelo sufrágio feminino de lugar para lugar.

No terceiro capítulo se enfatiza sobre a presença feminina no campo político desde o processo de redemocratização de Moçambique, da guerra civil aos acordos de paz, bem como da sua representatividade pós democracia moçambicana. Enfocando desta forma as mudanças decorrentes do sistema eleitoral e partidário no contexto moçambicano e sua influência na representação política feminina.

Já no quarto e último capítulo atesta-se as hipóteses e sua relação com as explicações constantes da literatura e apresenta-se os resultados, que com base na interpretação e análise dos dados demonstram a relação entre a eleição de mulheres para a Assembleia da República em Moçambique e as variáveis selecionadas.

1. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Esta unidade apresenta como objetivo refletir sobre a participação política das mulheres a partir de uma reflexão sobre a idéia de democracia representativa. Neste sentido o estudo procurou analisar as principais abordagens sobre o tema, de forma a perceber as bases de recrutamento da classe política, fazendo uma aproximação das relações entre a representação política e determinadas categorias sociais, inclusive de gênero. Diante desse cenário, vale a pena refletir sobre a questão da representação estabelecida nos estudos de Pitkin (1967), que ao analisar a questão do perfil social, a autora estabelece o conceito de representação descritiva, e faz uso de palavras como semelhança e reflexão entre representantes e representados para especificar seu conceito de representação. Para a autora as características sociais dos representantes tem valor normativo em si, e quanto mais semelhante o corpo político de seus representados em características socio-étnico-político-económico-culturais, menor seria a distância entre os interesses dos representantes para com os representados (SIMONI, MUCINHATO e MINGARDI, 2015).

Falar de representação política em Estados democráticos necessita de certo modo saber o que é democracia e quais características são desejadas para a construção de uma boa democracia. De acordo com Diamond e Morlino (2004), para que os cidadãos possam se articular e se organizar em torno de suas crenças e interesses políticos, o sistema deve, no mínimo, oferecer condições para a existência de sufrágio universal, eleições recorrentes, livres, competitivas e justas; além de possibilitar a existência de mais de um partido político, e servir-se de algum grau de liberdade civil e política, que vai além da arena eleitoral.

É no processo de representação que os diversos sujeitos existentes na sociedade obtêm a garantia que seus interesses e demandas podem ser levadas em consideração nas atividades governativas. No caso da representação feminina, a participação e representação política da mulher tem sido visualizada a partir de teorias vinculadas ao campo da biologia, pautadas na ideia da existência de diferenças naturais entre mulheres e homens. Neste sentido, foi-se construindo socialmente uma narrativa da existência de diferenças naturalmente opostas entre os sexos em seus pensamentos, emoções e capacidades. Esse conceito serviu de base para definir a mulher como um ser incapaz e não vocacionada para a atividade política. Assim, as relações de poder foram centralizadas e ancoradas no conceito de patriarcado, sendo o homem

o grupo dominante, detentor essencialmente do poder político e econômico, enquanto a mulher foi selecionada como alguém vocacionada para as atividades domésticas e para a procriação (CONNELL e PEARSE, 2015).

Porém, com o desenvolvimento dos regimes democráticos, a presença ativa da mulher na política, passou a ser associado ao conceito de representação. Sendo a democracia o regime político no qual todos os cidadãos, sem distinção de gênero, devem usufruir dos direitos cívicos, a presença feminina em cargos eletivos passou a ser considerado indispensável para o funcionamento pleno da sociedade democrática (MUIANGA, et al, 2018; DIAMOND e MORLINO, 2004).

Desde Hobbes (2007) a ideia de representação política foi sendo construída a partir de uma dimensão em que a igualdade sexual foi desconsiderada. Em Hobbes, com a construção do estado moderno, a relação existente entre o cidadão e o governante se dava de forma absoluta e impessoal, sem considerar a vontade dos cidadãos como forma de construção do poder político¹. Entretanto, em Hobbes, o Contrato Social não incluía as mulheres na sociedade política, pois através do contrato se dava a sujeição feminina, pois a mulher só se tornava indivíduo no papel de esposa e cuidadora do lar (PATEMAN, 2007).

É somente no século XX que a ideia de representação política passou a levar em consideração a existência de diferenças entre os diversos grupos existentes na sociedade, mas foi somente com o desenvolvimento das teorias que focavam na dimensão institucional da representação que esta abordagem passou a permitir a construção de indicadores que possibilitaram interpretar melhor esta questão.

Diante da diversidade e das diversas dimensões das abordagens existentes, este trabalho, para explicar o caso moçambicano, ancorou-se nas teorias do neoinstitucionalismo histórico. Neste sentido, a luz das premissas do neoinstitucionalismo histórico, destaca-se o trabalho de Araújo e Borges (2013) “Trajetórias política e chances eleitorais: analisando o gênero das candidaturas em 2010”. Os autores procuraram analisar as variáveis de uma trajetória como condições que possibilitam a eleição das mulheres no Congresso, questionando as formas endógenas e exógenas do sistema eleitoral, e as decisões dos

¹ Para Hobbes, a representação política aparece somente com a constituição de um Estado, que é encontrada em uma sociedade política, onde os indivíduos são representados por outros indivíduos de forma a determinar os destinos da comunidade.

indivíduos em se tornarem candidatas. Segundo os autores, as variáveis em torno dos perfis de eleitos, homens e mulheres são semelhantes, mais considerando que os homens são amplamente majoritários entre os eleitos, considera-se tais perfis fruto de uma estrutura marcada por desigualdades e por valores diferenciados por gênero.

Para Matland (1998); Norris (1985), um dos fatores que muito contribuiu para o acesso das mulheres na política é a questão do grau de desenvolvimento socioeconômico e cultural dos países. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sido considerado um dos principais indicadores de desenvolvimento de gênero para comparar regiões e Estados em cada país. De acordo com os autores, quanto mais desenvolvido for o país, maiores as chances de participação política das mulheres. Segundo Matland (1998), as desigualdades socioeconômicas impactam na representação parlamentar das mulheres visto que nos países mais desenvolvidos as mulheres ficam mais integradas em todas as esferas da vida pública, desde acesso à educação, profissionalização e emancipação através de movimentos cívicos. Neste caso, pode-se chegar à conclusão de que os vários processos que acompanham o desenvolvimento aumentam também os recursos e os capitais sociais das mulheres e diminui as barreiras à atividade política.

Na mesma ótica Miguel e Queiroz (2006) enfatizam que a presença feminina nas esferas de representação parlamentar, bem como em cargos executivos, como por exemplo, funcionárias ministeriais se deve a “modernização” estrutural e institucional que os países desenvolvidos passaram a oferecer ao longo do tempo. Sendo essa “modernização entendida como o motor do processo de superação de padrões socio-tradicionais que levam a mulher a se tornar invisível e a não ocupar os espaços públicos em geral e representação parlamentar em particular” (Ibid., 2006, p. 364-366).

Norris e Inglehart (2003) baseando-se nos argumentos da Teoria da Modernização identificam três tipos de sociedade: as desenvolvidas (sociedades pós-industriais), em via de desenvolvimento (sociedades industriais) e subdesenvolvidas (sociedades agrárias). Para eles, o nível de democratização ocorre de forma mais intensa nas sociedades que incorporam algum tipo de industrialização, que impactam no capital social disponível e permitem maior inserção de grupos subalternos nos processos decisórios.

Contrariando essa visão, Miguel e Queiroz (2006) argumentam que essa conclusão não se sustenta com base nos dados, visto que atualmente diversos países incluídos nas listas

daqueles que mais elegem mulheres não são países com elevados índices de industrialização ou com elevados indicadores sociais de escolarização, renda e padrões culturais mais sofisticados.

Para justificar o peso do gênero na competitividade eleitoral foi criado um índice denominado “razão da taxa de sucesso feminina”, que procura comparar a eleição de mulheres com os homens. O resultado da taxa de sucesso das mulheres é dividida pela taxa de sucesso dos homens, o que produz um determinado resultado, onde, o indicador acima de um colocaria as mulheres em vantagem em relação aos homens e o resultado inferior a um colocaria as mulheres em desvantagem em relação aos homens.

Na observação dos resultados, o índice indicou que em diversos países ou regiões mais desenvolvidas, a taxa de sucesso médio das mulheres é menor em relação aos mesmos indicadores verificados em países e regiões com menores padrões de desenvolvimento socioeconômico, o que refuta a hipótese da relação positiva entre desenvolvimento socioeconômico e igualdade de gênero.

O trabalho do Araújo (2010) sobre as rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo, faz um estudo comparado entre Brasil e Argentina, Araújo indica que as regras institucionais são as variáveis que mais afetam a composição da representação no parlamento, que por sua vez influenciam o comportamento parlamentar, a qualidade dos mandatos e o conteúdo das decisões legislativa, pois, na maioria dos países em que a inclusão das mulheres aconteceu de forma mais intensa, se deu por transformações nas regras de produção dos mandatos, como por exemplo, a adoção de cotas e não por transformações socioeconômicas.

Por outro lado, há uma gama de estudos que indicam a relação positiva entre indicadores de desenvolvimento e incorporação de grupos minoritários. Araújo e Alves (2007); Miguel e Queiroz (2006); Alves e Araújo (2009), mostram a questão da escolaridade como um fator marcante de eleição). Para eles quanto mais elevado o cargo, maior a escolaridade dos que se elegem. Desta feita, a hiperqualificação feminina – mulheres com nível médio de escolaridade superior aos dos homens em posição similar. Segundo (Fox e Lawless, 2004; apud Miguel e Queiroz, 2006, p. 371), “em muitos casos a predisposição para disputar cargos públicos cresce de acordo com a escolaridade, nesse caso, o viés negativo de gênero teria de ser compensada com o alto nível de escolaridade”. (...) “Daí que, os diplomas escolares serviriam como requisitos fundamentais para as mulheres ingressarem na arena política” (Ibid., 2006, p. 371).

É notório que na maioria dos casos, em regiões ou países menos desenvolvidos há menos escolarização, porém, o peso do nível de instrução amplificaria as disputas eleitorais, uma vez que a maioria valorizaria cada diploma, e isso compensaria o viés negativo de gênero e abriria uma janela de oportunidade para as mulheres mais instruídas. Pois, a maior qualificação credenciaria as candidatas aos olhos do eleitorado (MIGUEL e QUEIROZ, 2006).

Outro fator que se associa às condições socioeconômicas, a cultura de gênero e fatores políticos, que têm tornado a questão da representação parlamentar mais adversa é a “Conjugalidade”, que também tem sido colocado como um dado relevante em vários estudos (ARAÚJO e ALVES, 2007; ALVES e ARAÚJO, 2009). O casamento e os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres na família têm impactado sobre a vida das mulheres na esfera pública e política o que diminuiria sua disponibilidade para cargos eletivos. Ser casada, ter filhos e/ou ter atribuição dos “cuidados familiares” tem significado historicamente em termos de maior ou menor autonomia das mulheres, impactando negativamente na sua inserção na arena política.

Em outra perspectiva multicausal, o fator “idade” tem sido outro elemento presente nas trajetórias de quem disputa e se elege aos cargos políticos (ARAÚJO e ALVES, 2007; ALVES e ARAÚJO, 2009). De acordo com Araújo e Alves (2007), a construção das trajetórias políticas implicam um acúmulo de capital político que requer algum grau de dedicação, disponibilidade de tempo e recurso. Por isso, quanto mais elevado o cargo em disputa, menores são os índices de pessoas mais jovens e também de mulheres que se inserem no jogo político.

Olhando para a variável “sexo” na representação parlamentar, estudos brasileiros como do Miguel e Feitosa (2009), advogam que mulheres que conseguem assentos no Congresso tendem a limitar suas atuações a questões denominadas “*soft politics*”, por exemplo: direitos humanos, questões sociais (pobreza, desigualdade e fome), direitos reprodutivos, educação, meio ambiente, saúde pública, saneamento, entre outras. Ao passo que dos homens com assentos no Congresso verificam-se neles uma maior predominância em questões mais fortes, as chamadas “*hard politics*”, como por exemplo: reformas políticas e do Estado, corrupção, relações exteriores, defesa, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica, política econômica e tributária, violência e segurança pública, política industrial, etc., em vista disso, esses fatores de acordo com os autores, vêm reforçar os argumentos de que a política é trabalho para os homens.

Matos (2009), afirma que existe um conjunto de obstáculos que de certa forma limitam a participação da mulher na política. E de maneira generalizada, estes obstáculos consolidam-se em três níveis como: micro, sociológico e político, que acabam atuando de forma simultânea e complementar. A nível micro, as mulheres automaticamente se limitam a participar na disputa por um cargo eletivo, devido ao papel atribuído historicamente à mulher como cuidadoras, atreladas ao ambiente doméstico e privado. No nível sociológico, encontra-se desigualdades na distribuição de poder e na possibilidade de tomada de decisão das mulheres em diferentes aspetos, que vão desde o doméstico até o político institucional. Tal situação é corroborada por Oliveira (2013) no qual argumenta que, neste nível ações de discriminação e opressão no plano pessoal, social e institucional, destacando questões como assédio moral, ausência de voz, desinteresse e mais, descrença acerca do sucesso das candidaturas femininas (HORTA; et al, 2013). E quanto ao nível político, Matos (2009) verifica que, os espaços político-partidário são vistos pela mulher como obstáculos do que como ambiente democrático e de apoio. Destacando questões persistentes de forte elemento político tradicional, clientelista, conservador e patrimonial.

A partir da segunda abordagem a institucionalista, as instituições são vistas como "procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política" (HALL e TAYLOR, 2003). Sob esse ponto de vista, segundo Braga, Veiga e Miríade (2009), o processo de seleção dos candidatos à eleição passa por vários mecanismos usados pelos partidos políticos, mecanismos esses relacionados com as regras formais determinadas pela legislatura eleitoral e partidária, regras informais, assim como aquelas estabelecidas nos estatutos dos partidos.

Toda trajetória, recursos e determinadas relações entre os candidatos e os partidos, formam alguns pontos centrais sobre as chances no processo eleitoral. Cargos e trajetórias públicas ou por outra a ocupação de cargos públicos tem indicado traços de gênero que mostram estímulos e disposição para a disputa eleitoral e tem aumentado de certa forma o potencial de elegibilidade. Segundo Araújo e Borges (2013), as trajetórias de experiência pública constitui uma das formas imprescindível de recursos não financeiros.

Nessa perspectiva, verifica-se o papel dos partidos surgindo como um grande apoio e estímulo para a incorporação de grupos sociais minoritários. De acordo com estudos como referem (ARAÚJO e ALVES, 2007; ALVES e ARAÚJO, 2009; ARAÚJO e BORGES, 2013; MIGUEL e QUEIROZ, 2006; NORRIS, 1997; MATLAND, 2002), muita das vezes as

estratégias para alcançar maior equilíbrio de sexo tenderiam a passar pelos partidos, via consolidada e experiência partidária; por ocupação de cargos públicos, por forma de associação de militância e de estruturação de redes ou representatividade pessoal.

Para Norris (1997) os partidos políticos não são apenas vistos como fontes de se chegar ao poder, mas também são considerados como protetores do funcionamento da democracia, porque eles possuem o poder de nomear os candidatos. Entretanto a participação das mulheres na política no geral e, no parlamento em particular, estaria afetada pela composição das bancadas partidárias, que reproduzem as desigualdades presentes na sociedade.

Rodrigues (2002) classifica a ideologia partidária e define o padrão ideológico como um fator que pode oferecer oportunidades para a inclusão das mulheres. O autor diferenciando os partidos quanto a três padrões - esquerda, centro e direita. Para o mesmo, os partidos de esquerda tendem a ser mais inclusivos na incorporação das mulheres em relação aos partidos de direita.

Dentro da mesma perspectiva, Perissinoto e Miríade (2009), por via de um estudo comparado entre o perfil dos candidatos e eleitos a deputados federal nas eleições de 2006, analisam as diferenças e semelhanças entre os partidos políticos de direita, centro e esquerda no que diz respeito as características como: idade, sexo, ocupação, escolaridade. E os resultados apontam que algumas variáveis são importantes para elevar a taxa do sucesso eleitoral, mais as variáveis político-profissional são mais importantes para o sucesso eleitoral nos partidos de esquerda. Enquanto para Botero & Rennó (2007) classifica os partidos quanto (tradicional e não tradicional), e os resultados indicam que as chances das mulheres se elegerem em partidos tradicionais e principalmente nos que servem de base de apoio para o executivo são maiores.

Desta feita, o tamanho do partido tem se destacado relevante para elevar as taxas de sucesso eleitoral feminino. Nesse caso, as chances da mulher se eleger teria que ter em conta o tipo do partido, o peso do partido na qual a mulher esta se candidatando (MANTLAND, 2002; ARAÚJO e ALVES, 2007). Contudo, as mulheres tendem a ter mais oportunidades e elevada taxa de sucesso eleitoral nos partidos de esquerda, assim como nos tradicionais (BOTERO e RENNÓ, 2007).

1.1. O Sistema Eleitoral e Partidário: Como Fator Inclusão e de Exclusão Feminina.

O sistema eleitoral permite entender até que ponto a adoção de um ou de outro sistema afeta a eleição das mulheres. De acordo com Tavares (1994:33) os "sistemas eleitorais" são construções institucionais políticas, estrategicamente concebidas, e tecnicamente realizadas para viabilizar e sancionar a representação política. Assim sendo, é dito que as leis eleitorais são de extrema importância nas democracias representativas, pois, constituem o quadro de condições institucionais e formais nas quais são escolhidos os representantes legislativos.

Existem três tipos de sistemas eleitorais segundo Nicolau (2004), que são: majoritários, Proporcionais e Mistos. Nos sistemas eleitorais de representação majoritários procura-se uma maioria e só ela governa. Neste sistema o propósito é assegurar apenas a representação do candidato mais votado. O sistema majoritário divide-se em três subdivisões: (1) maioria simples, sendo vencedor o candidato com número maior de votos em relação aos demais concorrentes; 2) dois turnos - caso nenhum candidato não tenha obtido a maioria absoluta na primeira votação, realiza-se uma segunda votação com os dois mais votados no primeiro turno; 3) voto alternativo - que permite a transferência de votos dos candidatos menos votados para outros.

O sistema eleitoral de representação proporcional, que é o caso de Moçambique e também do Brasil, parte de diversas divisões administrativas com mais de um representante. O país é dividido em círculos eleitorais correspondentes às divisões administrativas do país e os partidos constituem listas com o número de assentos definidos para cada círculo. O sistema de representação proporcional pode ser em (voto único, lista fechada e lista aberta). Lista fechada - que é quando a pessoa vota no partido e o partido escolhe os representantes; e/ou lista aberta - em que as pessoas votam nos candidatos da sua preferência, dentro a lista proposta por cada partido.

Já os sistemas mistos são subdividido em dois subgrupos: supreposição e correção e se caracterizam por fundir simultaneamente aspectos de representação proporcional e majoritário em um mesmo círculo eleitoral.

Para Araújo (2010), a fraca representatividade da mulher no legislativo pode se estabelecer devido ao peso do tipo de sistema eleitoral e partidário. Para a autora o papel dos partidos e a intencionalidade dos atores em relação à variável gênero e em relação às lógicas

pragmáticas envolvidas nas disputas eleitorais seriam alguns impasses para a incorporação mais ativa das mulheres no parlamento.

Na mesma perspectiva diversos outros estudos destacam a questão dos sistemas eleitorais como um dos fatores após as cotas de gênero que induzem significativamente a representação parlamentar das mulheres. Matland (1998) e Matland (2002), acreditam que os sistemas proporcionais de listas tem se mostrado mais favorável para representação das mulheres no parlamento do que os sistemas majoritários.

Neste sentido, embora as mulheres tenham mantido uma vantagem de representação parlamentar em sistema de representação proporcional de listas, o sistema eleitoral baseado em listas abertas tem sido considerado desfavorável às mulheres em relação ao sistema proporcional de lista fechada (MATLAND, 2002). Pois, em sistema eleitoral de lista aberta, para além da característica individualizada da campanha que aumenta os custos de eleição prejudicando o sexo feminino, os eleitores podem alterar a ordem de preferência de candidatos optando em não votar nas mulheres. Em contraditório, em sistemas eleitorais de lista fechada, essas opções de preferência do eleitorado em optar por homem ou mulher lhes é limitado.

Coadjuvando na mesma ótica, autores (ARAÚJO e BORGES, 2013; MIGUEL e QUEIROZ, 2006; ARAÚJO e ALVES, 2007), enfatizam que em países onde as diretrizes de gênero estão profundamente fixadas, o sistema de lista aberta continua a impedir a equidade e a paridade. Entretanto, apesar do sistema de representação proporcional de lista fechada obter certas vantagens na promoção de equidade de gênero, esse sistema atenta ao exercício do poder de forma antidemocrática, desresponsabilizando os eleitos perante os eleitores, como o parlamento que versa sob controlo do partido vencedor. Mas, em contrapartida, considerando as barreiras que dificultam a presença das mulheres no campo político, o sistema de representação proporcional de lista fechada tende a ser uma valia para essa minoria.

Outrora, Sadie (2005), nos seus estudos, aborda que embora o sistema de representação proporcional de lista aberta não garante as chances de eleições femininas, esse sistema quando conjugado com cotas de listas legisladas ou cotas partidárias para as mulheres, e se as cotas forem empregues com as mulheres situadas em posições vencedoras, as mulheres têm mais chances de serem eleitas. A autora verificou em sua pesquisa que a introdução de cotas, particularmente as de lugares reservados, trouxe efetivamente empoderamento das mulheres.

Sadie (2005) enfatiza que apesar da introdução da lei de cotas ser eficaz no que concerne a representação da mulher nos cargos de decisão política, esse meio carece de normas democráticas, sobre tudo nas chances das mulheres entrarem ao parlamento através do sistema eleitoral normal de eleições. Causando desta forma aspetos negativos tais como:

- 1) As mulheres se tornam responsáveis perante as partes nas quais foram nomeadas, e não para com os eleitores;
- 2) A forma em que os assentos são preenchidos afeta a capacidade das mulheres de desafiar as normas e valores patriarcais.

1.2. Participação e Representação das Mulheres na Política

Desde a antiguidade até aos nossos dias a mulher sempre foi colocada em um lugar subalterno, excluída da sociedade de várias formas, socialmente, economicamente e politicamente. Discriminada, mesmo que venha a desempenhar as mesmas funções que os homens.

A história está marcada pela inferioridade e submissão da mulher, em relação ao homem. Vários filósofos, tais como: Tomás de Aquino, Rousseau, Kant, Schopenhauer e a Igreja Católica pregavam teses que diziam que a inclinação da mulher devia ser para cuidar da casa, filhos e marido; que deviam ser submissas ao marido; que eram destinadas ao casamento e à maternidade; e que a mulher era somente para a recreação do homem. Classificavam a mulher como segunda categoria, destinada a viver sob a tutela do homem e sua submissão. Pois a sua natureza biológica a faria inferior ao homem, em força e dignidade” (KUNZLER, 2008, p.01).

Diante desse problema estudos apontam diferenciais significativos em termos de gênero dos candidatos eleitos a elite política. Braga, Veira e Miriade (2009), questionam se a baixa representação de mulheres na elite política não seria justificado pela própria demanda dos eleitores que ainda não consideram a opção de votar em mulher, preferindo o sexo oposto.

A representação política segundo Tavares (1994) é uma relação entre o conjunto dos cidadãos que integram uma comunidade política nacional e os seus representantes, onde os primeiros autorizam os últimos a tomarem as decisões que coagem em comum e universalmente a todos, assumindo cada um, todas as consequências normativas derivadas das decisões do corpo de representantes, e por outro lado, cada um dos representantes no corpo legislativo, se obriga a tornar efetivo os valores fundamentais e comuns da ordem política e das concepções particulares acerca do interesse dos seus representados.

Inúmeras mobilizações políticas foram existindo desde o passado à atualidade, tais como a pressão das organizações internacionais multilaterais como as Nações Unidas, os movimentos de libertação, o fim das guerras civis, a questão da democratização, as demandas políticas dos movimentos de mulheres a nível mundial, como fatores institucionais que vêm minimizar as dominantes posições hierárquicas instituídas pelo sexo masculino. A introdução da Lei de Quotas foi um dos fatores proveniente dessas convicções e manifestações das mulheres pela representação política a nível mundial, e tem sido um dos fatores que mais impactou e impacta a participação e representação de mulheres na elite política nas democracias contemporâneas.

Nos países africanos por exemplo, os fatores socioeconómicos e culturais acentuados nesses países, induzem a falta de confiança nas mulheres em participar da arena política, à exceção de votar, e consequentemente contribui para a sub-representação das mulheres.

Political, socio-economic and cultural barriers predominantly constrain or prevent women's participation in all SADC countries. Fundamental to the constraints that women face is an entrenched patriarchal system in which family control and decision-making powers are in the hands of males. Traditional beliefs and cultural attitudes – especially as regards women's roles and status in society – remain strong, particularly in rural areas. Traditional roles and the division of labour are still clearly gendered. The woman's role is typically that of a home-maker who performs reproductive functions and community maintenance, while the man is regarded as the breadwinner, is in charge of family decision-making, and has a right to public life. Thus, women's gender identity is still predominantly conceived of as being domestic in nature, and continues to act as a barrier to women's entry into formal politics. Furthermore, the social image of women as followers rather than leaders results in the fact that women tend to refuse to vote for other women (OLALEYE 2004 apud SADIE, 2005, p. 21).

“Apesar de que as mulheres constituem a maioria dos eleitores em todos os países da SADC, elas estão taxativamente sub-representadas nas estruturas partidárias e listas de partidos, com isso, explica a inalteravelmente sub-representação da estrutura de tomada de decisão governamental nacional” (SADIE, 2005, p. 20).

A SADC (2013) enuncia o que se consideram os principais problemas que explicam a manutenção de assimetrias de género na região, dos quais se destacam uma cultura patriarcal (que se traduz no desigual acesso a recursos como a escola, a saúde e o emprego) e que influencia os critérios para o acesso das mulheres a posições de tomada de poder, tanto no seio dos partidos políticos, como a nível governamental (OSÓRIO e MACUÁCUA, 2015).

A falta de oferta de candidaturas femininas dentro dos partidos políticos, não decorre porque as mulheres são afastadas da política apenas por questões domésticas e familiares, mas

sim porque elas anteveem os obstáculos enfrentados dentro dos partidos assim como pela dificuldade em concorrer com homens (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009).

1.3. Perfil das Parlamentares: Padrões e Coeficientes

Sendo um tema restrito no universo da ciência política, olhando para alguns estudos brasileiros, que analisam questões sobre o perfil e padrões de recrutamento dos deputados federais como é o de (RODRIGUES, 2002; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRI ADE, 2009; MUCINHATO, 2014; SANTOS, 2000), assim como estudos que tratam sobre o perfil dos senadores (NEIVA e IZUMI, 2013). Esses trabalhos procuram averiguar a trajetória política dos parlamentares, sua idade, partido, formação educacional, tempo de mandato, em suma, uma serie de levantamentos para tentar definir de onde vêm e quem são os deputados brasileiros. E chegaram a conclusão que aos poucos eles foram construindo um capital político para conquistar maior respeito social e consequentemente cargos cada vez maiores.

Segundo Norris e Lovenduski (1995), nos seus estudos sobre o perfil e participação política, enfatizam que a formação educacional ou por outra a educação é um dos principais requisitos para o ativismo político, pois proporciona conhecimento e interesse político. Assim, a tendência da representação das pessoas com alta escolaridade no conjunto total dos eleitos pode ser explicada como questão de demanda dos selecionadores. Na ótica dos autores, os partidos políticos preferem parlamentares com nível educacional mais elevado, visto que a escolaridade denota habilidade, capacidade e prestígio social. Ideia que prevalece quanto ao grau de escolaridade, é que o ensino superior é uma variável que domina os parlamentares (MUCINHATO, 2014; ARAÚJO e BORGES, 2013; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Autores (MUCINHATO, 2014; SIMONI, MUCINHATO e MINGARDI, 2015; DUFLOTH, 2013) dividem este perfil educacional em três aspetos: grau de escolaridade, área de formação, curso de formação e o carácter de instituição de ensino: Superior ou técnico (público, privado ou privado conceituado). E para esses autores destacam-se na elite parlamentar brasileira, mais deputados da área do direito, economia e engenharia, com nível de escolaridade superior. Até o ano de 2010 acima de 70% de mulheres da elite parlamentar brasileira era de nível de escolaridade superior completo e 68,95% para os homens. Normalmente os parlamentares costumam exercer profissões de maior prestígio social do que

a maioria da população, por parte disso é explicado pelo fato de ser uma profissão que conta com um nível educacional mais elevado do que a média da população (NEIVA e IZUMI, 2013).

Araújo e Borges (2013) dão ênfase à questão do perfil profissional. Para os autores, a experiência profissional de determinado parlamentar é uma variável de extrema importância na definição do seu perfil. Pois, ela não apenas permite conhecer algumas habilidades que poderá ser usado no seu trabalho legislativo, como também pode ser usado para indicar seus interesses, suas trajetórias, sua posição ideológica e seu modo de atuação política. De acordo com autores (SIMONI, MUCINHATO e MINGARDI, 2015), dentre as ocupações listadas pelos deputados brasileiros encontra-se: professores, advogados e servidores públicos como variáveis mais predominantes na classe elitista.

Na mesma vertente, estudos mostram que entre os grupos representados nos parlamentos a nível mundial encontram-se os advogados e os empresários; Em contrapartida os que são sobre representados encontram-se os médicos e os próprios políticos (RODRIGUES, 2002). Perissinotto e Miríade (2009), alegam que nenhuma dessas variáveis tem presença tão expressiva no grupo dos parlamentares quanto os próprios políticos. Assim, quando analisados o universo a partir da ocupação, percebe-se que a inclusão de alguns candidatos entre os eleitos tem muito a ver com a sua inserção na vida política. De acordo com Perissinotto e Miríade, isso sugere que o mais importante atributo para passar da condição de candidato ao eleito consiste em já ser ou ter sido político.

Sendo assim, a sub-representação das mulheres no parlamento Brasileiro, de acordo com alguns autores, mostram que os advogados, os empresários, os políticos profissionais, os médicos, são os que mais fazem parte da elite parlamentar (MUCINHATO, 2014; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; ARAÚJO e BORGES 2013).

Outro aspecto importante tem a ver com a idade do parlamentar, o impacto da idade na eleição do representante legislativo. Pesquisas mostram que ter mais de 40 anos não afeta as chances de obter resultados positivos de eleição (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009), muito pelo contrário segundo Dufloth (2013) a idade pode dar a perceber a experiência de vida do Deputado e ser algo determinante na sua escolha pela sociedade. De acordo com o autor, dados indicam que o percentual de deputado nas idades mais avançadas (grupo etário de 55 a 59 anos) vem aumentando continuamente nos últimos anos de 8,21% em 1998 e até 2010 cresceu para 13,12%.

Conforme a questão de género, estudos mostram que as mulheres são sub-representadas pelos homens, (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Braga, Veiga e Miríade (2009) afirmam que a sub-representação da mulher na arena política decorre da menor demanda das lideranças partidárias, podendo estes de alguma forma dificultar as candidaturas femininas. Outros fatores na qual eles apontam é a falta de candidaturas por falta de disponibilidade de recursos (tempo e dinheiro para se dedicarem a vida política). Os autores também afirmam que, como o campo político por muito tempo foi dominado pelos homens, há menor nível de ambição política por parte das mulheres.

Os autores Santos e Serna (2007 apud SILVA e SILVA, 2015), analisaram a composição e a trajetória da elite parlamentar no Brasil, Chile e Uruguai buscando identificar diferentes padrões de recrutamento partidário segundo os blocos ideológicos, nesta análise os autores identificaram que no Brasil, os partidos políticos mais conservadores observam com maior número agentes provenientes do mundo empresarial, vinculados à formação universitária de carácter liberal. Enquanto que os parlamentares da esquerda apresentam com maior proporção profissionais vinculados à classes médias (professores, profissionais da área de ciências humanas, funcionários públicos, e uma participação maior de assalariados integrantes de camadas populares). De acordo com a trajetória política (SANTOS e SERNA, 2007; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; RODRIGUES, 2002), apontam que os parlamentares da esquerda apresentam padrões ideológicos definidos, carreiras políticas duradouras e acumulação de recursos políticos agregadas e representativas; ao passo que os da direita a maioria detém por precedência familiar sem necessariamente passar por acúmulos profissionais.

2. A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO

A questão da sub-representação política remete-nos à história da modernidade, na complexa relação entre a subjetividade a cidadania da relação que se estabelece entre elas e a emancipação. De onde a modernização e a globalização ressaltam os conflitos sociais e políticos junto as clivagens e as desigualdades, aumentando assim, o número de excluídos no planeta.

As diferenças de estatutos sociopolíticos e econômicos relacionados ao gênero provenientes desde a antiguidade vêm prevalecendo até aos nossos dias em todas as sociedades do mundo contemporâneo. Boa parte da humanidade teve uma incansável caminhada histórica rumo à ampla cidadania, em contexto de afirmação, de ampliação, e de enriquecimento da democracia.

Na história de sujeição, liberdade do homem e a dominação da mulher, o caráter problemático da representatividade e da obrigatoriedade política se assenta na base convencional do "Contrato social" que conduz à naturalização da subordinação da mulher ao homem e sua incapacidade política. Desta feita, não se pode pautar sobre a sub-representação da mulher no campo político, sem antes mencionar sobre como as mulheres se opuseram perante ao sistema de representação política em relação a exclusão de representatividade feminina rumo ao sufrágio universal e de como o voto feminino importa para a democracia representativa.

2.1. Indicadores de Representação Feminina no Mundo: Da Supressão à Cidadania Política

No modelo de Estados forjados após as revoluções liberais dos finais do séc. XVIII, testemunhou-se uma história de liberdade e de exclusão, tendo isso levou os países ocidentais a implementação da democracia representativa, com o pressuposto de que pela representação seria possível construir uma forma de governo que permitisse a participação de todo o povo, podendo-se desta forma preservar a soberania popular por meio do sufrágio universal. Porém esse sufrágio supostamente universal conferia direito a poucos (SANTOS, 2017, p. 10).

Durante muito tempo votar e poder ser votado foi privilégio de poucos. Por muitos anos testemunhou-se esse poder pertencer à homens brancos e possuidores de bens. Passa-se a considerar-se que o sufrágio era universal primeiramente na França em 1848 quando o direito de ser eleitor deixou de estar atrelado a exigências monetárias. Mas mesmo assim esse universo não abrangeu as mulheres, sendo um direito universal apenas para os homens (BESTER, 2016, p. 332).

Nas abordagens de Joan Scott, quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a diferença sexual não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social. (SCOTT, 2002 apud BESTER, 2016, p. 332).

A explanação dessa não inclusão das mulheres na esfera sociopolítica foi marcante e desembocou em um movimento de contestação feminina em diversos países do mundo, começando pelo ocidente em que a busca pelo reconhecimento da cidadania política e igualdade de direito entre os sexos foi o marco deste momento (Ibid., 2016).

Os movimentos sufragistas foram surgindo de forma diferenciada por cada região do mundo. Neste sentido não se evidenciou uma unidade em torno dos movimentos de contestação da cidadania, embora as lutas feministas pela igualdade de direitos políticos entre o gênero foi surgindo por razões comuns. Nos países ocidentais as lutas surgem em torno de questões vinculadas a discriminação da mulher, homossexuais, luta pela paz contra o racismo e varias outras maneiras de desqualificação dos seres humanos.

Em países considerados subdesenvolvidos, com o exemplo do Brasil, os movimentos foram surgindo para além dos movimentos feministas, biofílicos, pacifistas, anti - raciais, foram surgindo movimentos de comunidades eclesiais com o apoio da igreja católica ligados a questão da luta dos sem terra, movimentos pela proteção das comunidades indígenas e outros grupos minoritários como os quilombolas, homossexuais, lésbicas, etc.

No continente africano, para além de se lutar contra a cultura da dominação masculina sob a submissão da mulher, o movimento de contestação teve uma ligação muito forte contra as posições coloniais e de submissão de países a dominação de outros países. (CASIMIRO, 1999; SANTOS, 1994).

Os movimentos sobre as reivindicações que contestavam a submissão das mulheres ao mundo masculino começa na década de 1960 nos países desenvolvidos, causando uma ruptura epistemológica nas ciências sociais e humanas. Pois até o momento as primeiras militantes não

sabiam exatamente o que causava a subordinação das mulheres, ou por outra, que não existia ainda uma história que tratava sobre o problema da desigualdade entre mulheres e homens que colocasse em evidência a gênese e o desenvolvimento da dominação dos homens sobre as mulheres (CASIMIRO, 1999).

Desta feita, grupos e indivíduos foram construindo uma narrativa que colocava em evidência os fatores que explicavam a discriminação e a exclusão da mulher em diferentes momentos da história da humanidade, buscando esboçar uma outra vida para as mulheres. Assim, em razão do ativismo político de muitos atores, passou-se na Europa a se utilizar o termo "Feminismo", como forma de crítica ao preconceito masculino e a subordinação da mulher, responsabilizando-se com a eliminação da desigualdade de gênero.

2.1.1. A Luta pela Representação Política das Mulheres na Inglaterra.

A primeira vaga do movimento de mulheres sufragistas desenvolveu-se primeiramente na Inglaterra e Estados Unidos. Surge na Inglaterra como proposta de extensão dos direitos democráticos burgueses às mulheres. Onde Mary Wollstonecraft (1792), no seu livro "A Vindication of the Rights of women" (Uma Vindicação dos Direitos Humanos), alegava que as mulheres têm as mesmas capacidades para a racionalidade que os homens, devendo por isso serem envolvidas em todos os aspetos decorrentes da vida na sociedade. Destaca-se neste momento sobretudo o direito das mulheres à Educação como fundamental (SANTOS, 2017). Para a autora a posição de submissão social, civil e política em que as mulheres se encontravam na época só seria superada se a educação fosse universal e igual e se as mulheres possuíssem representantes no governo (CASIMIRO, 1999; SANTOS, 2017).

Em 1847, a militante Anne Knight, fundou a primeira Associação Política Feminina Britânica, com o objetivo de lutar pelo sufrágio feminino. Tendo tido suporte do Filósofo Inglês John Stuart Mill, considerado um importante defensor do sufrágio feminino da época no país (1806-1873), Mill em seus estudos passou a lançar fortes críticas à posição de subordinação da mulher na sociedade. Influenciado pelas ideias de sua mulher Harriet Taylor Mill, defendeu o direito ao voto feminino em seus livros, inclusive em sua obra clássica "Enfranchisement of women em 1851 (Afrentamento de mulheres) " (SANTOS, 2017).

A evolução da democracia em seu início não considerava a mulher como portadora de cidadania política. As Reformas eleitorais foram acontecendo, mas garantiam aos homens o direito de voto e aumentando o número de eleitores no país, excluindo as mulheres da condição

de eleitoras. As mulheres começam a perceber que os homens protegiam seus direitos e interesses por meio da legislação parlamentar, no entanto a condição social, econômica e educacional das mulheres só mudaria quando as mulheres alcançassem o poder parlamentar. Para elas o sufrágio era uma via para que as desigualdades entre os sexos pudessem ser corrigidas (SANTOS, 2017).

No decorrer do tempo várias organizações britânicas de mulheres foram surgindo, desde a "National Union of Women Suffrage Societies" (NUWSS²), de 1897 liderada por Millicente Garret Fawcett, considerada a mais influente das organizações da época, seguida da mais agressiva organização "Women Social and Political Union" (WSPU³), de 1903, fundada pelas Pankhursts (composta por Emmeline e suas filhas Christable, Sylvia e Adela), que utilizavam em suas campanhas o slogan "Deeds not words" (Ações e não palavras). O objetivo dessas ações mais agressivas era incomodar o governo até conseguirem obter o direito ao voto (Ibid., 2017).

Não surgindo efeito perante o governo e o parlamento, as sufragistas passaram a usar métodos radicais como destruir prédios, igrejas, museus etc., provocar incêndios, quebrar vidros e muito mais. Essas atitudes resultaram no encarceramento de centenas de mulheres, levando a que muitas delas diante das celas fizessem greve de fome como forma de protesto, ao que obrigou o governo a usar a alimentação forçada por meio de tubos induzidos pela boca como forma de evitar mortes. Processo este considerado tortura. Pois a partir dessa situação é que a luta pelo sufrágio feminino passou a ser levado em consideração pelos políticos e pela imprensa britânica (Ibid., 2017).

Em 1918 foi aprovada pelo parlamento a nova lei de reforma eleitoral conferindo às mulheres britânicas o direito de voto, mas ainda assim existindo discriminação entre os sexos em relação a idade (os homens podiam ser eleitores aos 21 e as mulheres só aos 30). Contudo a igualdade de direitos políticos só veio a ser alcançada em 1928 (BESTER, 1996; BESTER, 2016; SANTOS, 2017). Diante desse resultado obtido pelas mulheres inglesas, influenciou os grupos marginalizados de outros países, como foi o caso do sufragismo norte-americano, brasileiro e também o africano.

² União Nacional das Sociedades de Sufrágio Feminino.

³ União Social e Política das Mulheres.

2.1.2. O Movimento pela igualdade de Gênero nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, com o crescimento da urbanização começaram a surgir distinções maiores entre os trabalhos domésticos entre os homens e as mulheres, onde as mulheres chefes de famílias passaram a ser mais submissas aos seus maridos, pois a subsistência familiar passou a depender do salário do homem, reduzindo o papel da mulher à donas de casa (SANTOS, 2017).

No século XIX quando as colônias do Norte deram início à luta contra a escravidão, as mulheres se apropriaram do movimento como alcance para iniciarem uma reivindicação sobre os seus interesses contra a subordinação e opressão do mundo masculino (Ibid., 2017).

Em 1848 Lucretia Mott, a líder abolicionista e Elizabeth Stanton, líder feminista, organizaram uma reunião em Seneca Falls, para a Convenção dos Direitos da mulher contra a opressão do mundo masculino construído socialmente, culturalmente e politicamente. Em 1787 Sojourner Truth, uma escrava, torna-se uma importante líder abolicionista e defensora dos direitos das mulheres negras no contexto feminista, tentou unir raça e condição social à questão de gênero, e forma a " American Equal Rights Association" (Associação Americana de Direitos Iguais), sendo o marco dos dois movimentos que posteriormente se separaram, o movimento feminista por si só fundou a "National Woman Suffrage Association" (NWSA⁴), em 1868, voltada somente a defender os direitos da mulher ao sufrágio feminino, como forma de combater a exclusão política da mulher pelo voto (SANTOS, 2017).

Foram surgindo várias outras organizações sufragistas nos EUA. Organizações essas algumas mais radicais iguais as que foram acontecendo na Inglaterra, que fez com que as mesmas fossem agredidas, maltratadas pelos transientes e pela polícia. Iniciou-se em 1917 do mesmo modo que na Inglaterra, prisões abusivas, greves de fome, alimentação forçada, etc. conseqüentemente após todo esse sucedido gerou resultados positivos ao propósito. No mesmo ano o Congresso nomeou uma Comissão para o sufrágio feminino e no ano seguinte, em 1918 a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de emenda sobre o sufrágio feminino, e dois anos depois em 1920 foi ratificada a 19ª emenda Constitucional que garantia a todas mulheres americanas o direito de voto (Ibid., 2017).

⁴ Associação nacional do sufrágio da mulher.

O movimento sufragista feminino dos Estados Unidos da América foi o movimento que mais influência exerceu nos países da América Latina, com exemplo do Brasil, um país atualmente com maiores influências socioculturais e políticas e maior proximidade com os países Africanos, particularmente os do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Por esta razão, a luta pela igualdade de gênero aproxima países e iguala as pautas identitárias por um objetivo comum

2.1.3. Na América Latina: Da Exclusão à Conquista pelo Sufrágio Feminino no Brasil.

No início do séc. XX foi logo marcado por surgimento de varias organizações na América Latina voltados à reivindicações de direitos femininos. A “Argentina se destaca nesse período como o país possuidor de organizações feministas mais significantes, conseguindo um considerável número de mulheres no mercado de trabalho e a aderência aos movimentos feministas, uns anarquistas e outros socialistas” (SANTOS, 2017, p. 37). A luta pelos direitos das mulheres não parou, apos mobilizações de grupos feministas e sindicatos feitos por Eva Perón, um dos grandes nomes da luta pelo sufrágio feminino na Argentina (Ibid., 2017), em 1951 a “Argentina experimenta pela primeira vez o voto feminino depois do equador em 1929 e do Uruguai em 1938” (Ibid., 2017, p. 36 - 40). E de seguida o México em 1953 onde as mulheres mexicanas adquirem plenos direitos políticos (Ibid., 2017). Que igual a outras combatentes lutaram durante décadas pela igualdade de direitos políticos como um dos principais pleitos do movimento feministas a nível mundial.

Brasil é considerado pioneiro nas discussões pelo sufrágio feminino na América Latina. Tendo Nísia Floresta tida como a primeira feminista brasileira, que foi promovendo debates e conferencias sobre o abolicismo, lutando fortemente pela educação da mulher semelhantemente a outras grandes feministas de outros países pioneiros a luta sufragista feminina como a Inglaterra, Estados Unidos, acreditando que a educação e a instrução eram as bases para a emancipação feminina (BESTER, 2016).

As primeiras propostas no Brasil a favor da inclusão feminina eram em benefício apenas de mulheres diplomadas com títulos científicos e de professoras, solteiras ou viúvas. Apenas essas mulheres teriam o direito ao sufrágio, em controversa as mulheres casadas que teriam direito ao voto deveriam também ser diplomadas com título científico e de professoras. Todas elas desde que também estivessem na posse de seus bens (Ibid., 2016).

No início do séc. XX as elites brasileiras já começam a apoiar tais movimentos por influência obtidas pelos resultados das lutas de outros países. Em 1910 Myrthes de Campos, a primeira mulher a ser aceita no Instituto da Ordem dos Advogados, requereu seu recrutamento eleitoral, alegando que a constituição de 1891 não as aceitava e nem as vetava o voto feminino. E no mesmo ano foi fundado o Partido Republicano no Feminino (PRF), presidido pela professora Leolinda Daltro, com objetivos claros sobre emancipação feminina difundida mais amplamente na sociedade brasileira (BESTER, 2016).

Nas décadas de 1920 e 1930 a bióloga e ativista política brasileira Bertha Lutz se torna a líder do movimento sufragista feminino no Brasil, considerada a maior líder de todos os tempos sobre esse assunto, por isso o seu nome é até hoje lembrado como maior referência. Ela acreditava que a maior conquista para as mulheres seria a partir da quebra da barreira do voto feminino. Pois o voto permitiria o exercício da cidadania pelas mulheres, sobre uma igualdade de direitos em relação ao acesso à educação, aos cargos profissionais, a igualdade salarial e vários outros, e que isso somente seria possível alcançar mediante uma ampla participação política (Ibid., 2016).

Em 1922 foi fundada por Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a primeira organização feminista brasileira com expressão nacional e internacional, substituindo a liga pela emancipação intelectual da mulher. O Estatuto da FBPF tinha como objetivo assegurar os direitos da mulher que a constituição lhes confere e contrair os laços de amizade com os outros países da América, de forma a garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental (SANTOS, 2017).

No Brasil o direito ao voto feminino não foi consagrado logo de forma nacional. O primeiro Estado Brasileiro a aprovar o sufrágio feminino foi o Rio Grande do Norte em 1927, após o Candidato a Governador do Rio Grande do Norte Juvenal de Faria incluir em seu programa a promessa dos direitos políticos plenos às mulheres, defendendo prioritariamente o direito da mulher votar e ser votada, e de seguida a professora Celina Viana alistou-se como eleitora (SANTOS, 2017). Até ao ano seguinte de 1928 várias outras mulheres no total de 20 se inscreveram e 15 delas conseguiram votar, mas o senado acabou suprimindo este direito com o discurso de que embora a Constituição não os vedasse também não os concedia, portanto, não havia respaldo legal para o voto feminino (Ibid., 2017).

Só em 1930 foi criado um novo código eleitoral liberado em 1931, que contemplava o voto feminino, mas de forma limitada. A FBPF não satisfeita com o disposto no anteprojeto, lançou uma campanha protestando a favor da retirada das limitações ao voto feminino. E em 1932 foi aprovado o novo código eleitoral pelo Art.º 2, do Decreto nº. 21. 076 de 24 de Fevereiro, que eliminou a previsão do voto qualificado, reduzindo o limite mínimo de 21 anos de idade para 18 anos, sem distinção de sexo (BESTE, 2016; SANTOS, 2017).

Após essa conquista, nas eleições para a constituinte, ocorridas em 1933 foi eleita a primeira deputada federal do Brasil e a única representante mulher na constituinte "Carlota Pereira de Queiroz" e foi de seguida estabelecido o direito ao voto feminino pela Constituição brasileira de 1934 (BESTER, 2016). Mas a Constituição não igualou o voto entre ambos sexos, sendo obrigatório para os homens e facultativo para as mulheres, exceto as que exerciam função pública remunerada. Reivindicações incessáveis foram acontecendo em prol da igualdade de direitos políticos entre os sexos, e só no código eleitoral de 1965 é que veio estabelecer a igualdade entre o voto feminino ao masculino, tornando todos obrigatórios (SANTOS, 2017).

O impacto desses movimentos para a democratização dos direitos humanos veio tendo muitas limitações, e vários países foram experimentando reversões nos processos de reformas políticas. Mesmo os países que introduziram com sucesso a política multipartidária e democracia eleitoral, sofreram imenso desinteresse político e de liberdades civis. Na África por exemplo os esforços da democratização dos anos 90 apesar das suas limitações trouxe para as mulheres um avanço importante no que tange ao acesso na arena política. A África dos anos 60 não é a mesma deparada ao do início dos anos 90. África da década de 60 foi exposta a menor taxa de participação legislativa feminina no mundo. Os movimentos em direção ao multipartidarismo na maior parte dos países africanos, diminuiu a submissão das organizações de massa das mulheres ligadas e dirigidas pelos governos em Estados uni-partidários e principiou o surgimento de organizações de mulheres independentes, buscando beneficiar-se da abertura do novo espaço político, coagindo por agendas mais amplas, de participação mais ampla das mulheres na arena política (TRIPP, 2001).

2.2. Participação e Representação Política das Mulheres em África: Pioneirismo e Oposições.

Neste subcapítulo procura-se explicar os fatores de influência à participação feminina na África rumo a representatividade política. Demonstrar-se-á sobretudo as várias formas que contribuíram para a presença feminina no mundo político em especial no mundo parlamentar.

A luta das mulheres em África para a reivindicação dos direitos de participação e representação do espaço público de igual forma com o mundo masculino não aconteceu de forma aglutinada em todo continente Africano. A luta das mulheres africanas pelos direitos cívicos foram acontecendo de forma distintas de país para país e de região para região.

Atualmente é habitual por vários pesquisadores afirmarem que as relações entre mulheres e homens nos períodos pré-coloniais era mais equilibrada do que nos tempos coloniais assim como nos pós-coloniais. Mesmo quando em todos os períodos permaneceram claramente sociedades patriarcais. De acordo com os autores o que fez com que o período colonial se destacasse mais em questões de relações de género foi a forma em que os governos coloniais redefiniam os papéis adequados para as mulheres nas sociedades e economias africanas. Através dessas mudanças eles criaram leis referentes ao casamento, propriedade móvel e uso da terra, que conseqüentemente se reproduziu no modo como a representação política foi usada e representada. A estratégia colonial era bastante diferente, abarcava diferentes grupos étnicos e de género, nos quais desempenham diferentes papéis desde a economia à política. E as mulheres em quase todas as sociedades africanas experimentaram uma certa perda de status referente ao poder económico e político, durante o período da dominação colonial (PANKHURST, 2003).

Pelo descontentamento de representatividade começa emergindo na África movimentos de mulheres em situações dispersas. Esses vários movimentos foram conectados a partir: da resistência anticolonial; dos movimentos endógenos de mulheres; do efeito direto do movimento de libertação, e como resultado do grupo de mulheres profissionais e outras educadas nas universidades, tanto em África, como no estrangeiro, mulheres independentes do ponto de vista económico e que foram gradualmente adquirindo visibilidade pela sua participação tendo este de certa forma criado espaço para as mulheres modificarem o papel tido anteriormente na sociedade, sendo apenas mães, esposas e filhas adúlteras e submissas (CASIMIRO,1999).

Nas abordagens da Amadiume (1997), em África no período anticolonial existia um equilíbrio de género no espaço sociopolítico. Existia um sistema matriarcal, dominado pelas mulheres e um sistema patriarcal dominado pelos homens. A divisão de trabalho era equilibrado e a mulher não tinha o dever só de procriar e ser dona de casa. “No sistema matriarcal, as mulheres é quem controlavam as atividades agrícolas, o mercado, o comércio e a religião, era tido como um sistema ao mesmo tempo social, económico e político existindo ao lado do patriarcado, ambos partilhando e cooperando o espaço” (CASIMIRO, 1999, p. 80).

Com o surgimento do sistema colonial em África, começam as desintegrações de género como resultado dessa experiência. Após o regime colonial, as elites nacionalistas herdaram a máquina colonial de opressão e exploração contra o seu próprio povo e dão um golpe final na autonomia e poder tradicional das mulheres africanas.

Uma parte da literatura sobre a mulher em África, destaca a importância da Rainha-mãe, a irmã do chefe, como um exemplo de poder, de capacidade de decidir sobre assuntos de maior importância para o grupo, que muitas mulheres tiveram ao longo da história, confundindo-a com matriarcado. Referem que esta mulher tinha o seu próprio grupo dirigente, escutava litígios, participava nos conselhos e o seu consentimento era necessário em determinados assuntos. Noutros casos, era vista como protetora dos direitos do chefe e, noutras situações, como protetora do grupo, contra possíveis excessos do chefe (CASIMIRO, 1999, p. 80).

A imposição do regime colonial e a atividade missionária, transformaram as estruturas sociais existentes, reduziram a autonomia das mulheres e a mobilidade dos grupos domésticos, uma vez que as autoridades coloniais reconheciam apenas o sexo masculino como líderes. Após colonização, foram impostas pelas elites nacionalistas, novos sistemas de autoridades tradicionais junto as outras instituições de resolução dos litígios, acabando por afetar cada vez mais a autoridade tradicional feminina. Em algumas sociedades desapareceram os conselhos e as organizações que no período pré-colonial tinham a representação das mulheres para proteger os seus interesses (Ibid., 1999).

Destaca-se a resistência ao colonialismo como um importante ponto de entrada de participação das mulheres em África e para a sua transformação em cidadãs políticas num sentido público. A participação das mulheres nas lutas, ainda que esta participação fosse monitorada e sancionada pelos homens, oportunizou a entrada das mulheres na vida pública – nos movimentos de libertação, nos partidos políticos, nos sindicatos, e nas organizações da sociedade civil. Após as colónias, as mulheres se viram obrigadas a transitar numa luta contra a opressão patriarcal a nível da esfera privada para uma luta de visibilidade das suas vozes na esfera pública. Pois, os nacionalistas e políticos que elaboraram as constituições e os códigos

jurídicos após as independências, empregaram nos seus conhecimentos, argumentações baseados em fundamentos patriarcais tradicionais sobre o que é ser mulher Africana, considerando as feministas como anti-africanas e anti-família (CASIMIRO, 1999).

Influenciadas pelas clivagens características dos movimentos de mulheres no Ocidente, nomeadamente o feminismo liberal, socialista e Marxista, radical e popular, surgem novos movimentos. A tarefa dos movimentos feministas em Africa foi no propósito de aderir aos paradigmas do desenvolvimento, criticando o modelo estruturado adotado submerso ao conservadorismo e conformismo na qual o desenvolvimento foi transposto. As primeiras lutas das mulheres nas sociedades africanas era na base de manter o controlo da economia de subsistência e do mercado; o autogoverno; e a própria religião e cultura (Ibid., 1999).

Seguida a independência o continente Africano foi atravessando uma crise desde socioeconómica à política. As economias da maior parte dos Estados Africanos, algumas estagnaram, outras tiveram taxas de crescimento demasiado lentas, de tal modo que não possibilitaram transformações significativas na vida das pessoas, criando impactos diversificados nos diferentes grupos sociais. A qualidade de vida como o caso de esperança de vida foi decrescendo, o analfabetismo foi aumentando sobretudo para as mulheres, deteriorando a qualidade dos serviços educacionais, da saúde, da justiça, de emprego, lutas pelo poder entre as elites nacionalistas pelo controlo da máquina governativa Estatal, tendo resultado em guerras civis e rivalidades étnicas, lutas pelo acesso e controlo de recursos, os quais deslocam homens e mulheres e ameaçaram o tecido social das sociedades africanas. Essa situação foi desequilibrando o sistema dos Estados pós-colonial e foi-se desenvolvendo movimentos sociais de indivíduos que ainda estão a procura de expressão de liderança intelectual e organizacionais capazes de influenciar o processo político. (Ibid., 1999).

Em finais de 1960 em quase todos os países africanos, após experiência da independência verifica-se essa decadência socioeconómica e política. Isto permitiu aos países Africanos abrirem as portas para ajuda externa, aderindo as políticas do FMI⁵ e BM⁶ como condicionantes da democratização de acordo com o padrão dos países Ocidentais. Foram se criando estratégias de modernização de forma que os governos dos países Africanos pegassem a caravana para o desenvolvimento (Ibid., 1999).

⁵ Fundo Monetario Internacional.

⁶ Banco Mundial

O direito civil e de representação política da mulher em África se deu em quase todos os países da África por influência de mudanças de sistema eleitoral e partidário que se fez sentir na África pós – independência. Concretamente a representação política feminina em África segundo Hughes e Tripp (2015) se deve especificamente a dois essenciais fatores:

- 1) As guerras Civis em África que trouxeram mudanças à instituições eleitorais, como o caso da adoção de sistema eleitoral de representação proporcional e posteriormente cotas eleitorais de gênero.
- 2) A saída do conflito armado acompanhado da implementação de democratização dos países africanos, que demonstrou a inclusão de participação de ambos sexos na decisão política como forma de promover o desenvolvimento e o cumprimento dos parâmetros em níveis modestos de democratização.

O fim do conflito armado sozinho não impulsionou automaticamente a presença legislativa das mulheres africanas. Quase todo o continente Africano foi colonizado, e após ganho autonomia das terras pelos nacionalistas causou decadências críticas na economia e bem-estar da sociedade abrindo espaço para ajuda externa, como acima referido. Pela dependência da ajuda externa os países membros foram pressionados a incluir as mulheres na esfera pública como sinais de democratização. As mudanças eleitorais pós-independência e os efeitos da democratização influenciaram a rápidas mudanças na representação legislativa feminina na África. (AMADIUM, 2001; HUGHES e TRIPP, 2015).

Na expectativa de fazer valer os aspetos de democratização e promover um processo de desenvolvimento eficiente, as estratégias para a democratização supostamente tinham que ser neutras em termos de relações de gênero (HUGHES e TRIPP, 2015). Até aos anos 70 devido a incapacidade dos governos Africanos incluírem mulheres nas suas agendas de desenvolvimento, cria-se a Women in Development (WID⁷). A estratégia objetivava reduzir as desigualdades entre homens e mulheres com base nas próprias mulheres, envolvendo-as em atividades produtivas fora da esfera doméstica e multiplicando a sua jornada de trabalho. Essas estratégias por não questionarem a causa remota das relações de opressão de gênero existente e o modo como afeta o processo de produção, reprodução e distribuição, o projeto fracassou. A

⁷ Mulheres no Desenvolvimento.

pobreza foi aumentando, e as mulheres não tinham conseguido resolver os seus problemas prioritários e de igualdade de gênero (CASIMIRO, 1999).

Em 1994, no 7º Congresso Pan-Africano realizado em Kampala, no Uganda, as mulheres aparecem pela primeira vez colocando com grande força a questão de igualdade participativa de gênero na sociedade. Pois, constataram que apesar das mulheres terem participado ativamente nas lutas de libertação nacional junto aos homens, após as independências se manteve a opressão de gênero, existindo estruturas e leis nas sociedades que mantinham a reprodução à opressão feminina. E os dirigentes Africanos, membros do movimento Pan – Africano apesar de terem se comprometido com a libertação do continente, uma vez no poder produziram uma paralisia em relação a igualdade nas condições de vida entre os gêneros. De seguida foi criada o Pan-African Women’s Liberation Organisation (PAWLO⁸), com o objetivo de desenvolver um espaço e consolidar as vozes das mulheres Africanas em todo o mundo. (CASIMIRO, 1999).

Pós essas variadas trajetórias de reivindicações de direitos femininos à representação política, as organizações internacionais começam a mudar as paisagens sociopolítica dos países da África, e em 1995 na IV Conferencia Mundial das Nações Unidas Sobre as Mulheres realizada em Pequim, os ativistas universais dos direitos das mulheres a pedido das mulheres africanas, convoca os países Africanos para que envolvessem novos processos institucionais que possam tomar medidas para o avanço na liderança feminina em todas as arenas. A IV Conferencia Mundial da ONU, através do seu documento do plano de ação, exigia que os governos abordassem seriamente e tomassem medidas sobre a inclusão das mulheres nas várias áreas, com exemplo das que foram tidas como prioridades: os direitos humanos das mulheres, participação política e economica, acesso a educação e saúde, etc. (EMADIUM, 2001; HUGHES e TRIPP, 2015).

Olhando para um dos maiores exemplos de lutas de representatividade feminina a nível do continente africano, temos a questão da África do Sul, país este que mais se destacou a nível do continente em relação a luta de mulheres. Na África do Sul a questão do sufrágio feminino aconteceu de forma mais controversa e turbulenta devido influência do sistema de *apartheid* que se tornou mais evidente nos anos 70, pós a descolonização.

⁸ Organização Pan-Africana para a Libertação das Mulheres.

Após a descolonização o território sul-africano foi separado por identidade racial. As mulheres negras foram excluídas por lei-especial de viverem nas zonas urbanas, a não ser que fossem casadas ou prostitutas (CASIMIRO, 1999). As mulheres brancas permaneceram nas zonas urbanas e as negras nas zonas rurais. Os negros e as mulheres passaram a se sentir estrangeiros e estranhos dentro do seu território nacional. Os primeiros movimentos feministas nacionalistas iniciados pós a descolonização, não foi para reivindicar os direitos de igualdade de gênero. Grupos de mulheres foram surgindo e se juntando à de demais grupos pela causa de igualdade de nacionalismo e ocupação do espaço público entre os negros e brancos, onde os brancos eram os mais privilegiados por lei (MEINTJES, 1996).

Nas regiões do norte da África, as mulheres foram se rebelando contra os sistemas de opressão impostos pelo governo sul-africano pois independência. Nas zonas rurais, as mulheres foram se reorganizando, desenvolvendo novas identidades, utilizando uma cultura visível na música, na dança, no veste, no estilo de discurso e expressão, como revelia de luta pela ocupação dos espaços públicos. Na região Austral do Continente Africano, foram se refletindo fronteiras anti- raciais em termos geofísicos e de classes, unindo cada vez mais os movimentos dos negros em particular às mulheres (MEINTJES, 1996).

Enquanto as mulheres negras nas zonas rurais se organizavam para reivindicar direitos por uma igualdade de ocupação de terras de igual forma que as mulheres brancas, as mulheres brancas começaram a se organizar politicamente para reivindicar os direitos de igualdade de gênero. Visto que elas não desempenhavam o mesmo papel que o homem na sociedade (Ibid.,1996).

Na década de 80 as mulheres brancas formaram uma Franquia com o Departamento de Women's Christian Temperance Union (WCTU⁹), e a Women's Enfranchisement Association of the Union (WEAU¹⁰). Que em 1923 formaram o Partido Nacional das Mulheres, com o objetivo de lutar pelo sufrágio feminino. Mas essa companhia de mulheres nacionalistas ficou sujeitado à exclusão das mulheres negras. E em 1930 as mulheres brancas conseguiram ter o direito a votar em seus representantes. (Ibid., 1996).

Com o passar dos anos os movimentos foram se tornando mais juvenil e cívics, não racial e cresce para uma organização com o propósito de articular as necessidades das mulheres como

⁹ União da Temperança da Mulher Crista.

¹⁰ União das Associações das Mulheres Emancipadas

um todo. E em 1881 surge a United Women's Organisation (UWO¹¹) a primeira organização unida, não-racial, eficiente e eficaz. Os objetivos da UWO eram mobilizar as mulheres na luta contra o *apartheid*, e para trazer os interesses das mulheres para o movimento mais amplo. Nesta época o foco da organização não foi a questão da emancipação da mulher por igualdade de gênero (MEINTJES, 1996).

As mulheres negras urbanas, foram se organizando politicamente e começam a protestar a sua independência. Em 1955 um grupo de mulheres diversificadas (liberais brancas, pequena classe media) formaram a Liga da Defesa da Constituição, e chamaram algumas mulheres negras para participar. (Ibid, 1996).

Em janeiro de 1990, a Conferência de Malibongwe, realizada em Amsterdã, mulheres ativistas internas e emigrantes, juntos as mulheres de outros países reúnem-se para avaliar e debater a “questão da mulher” em uma futura África do Sul. O tema da conferência foi Mulheres unidas por uma comunidade unitária, não-racial, África do Sul democrática. Em Setembro de 1991 surge o Congresso Nacional da Liga das Mulheres Africanas (ANCWL) e forma uma coalizção em 1992 com outras organizações e coalizões regionais existentes. Seu objetivo era garantir a igualdade para as mulheres na nova isenção constitucional que estava em processo de negociação pelos partidos políticos do país e movimentos de libertação política. (MEINTJES, 1996).

Em 1993 a Constituição da Republica da África do Sul, contempla um momento significativo da Transição da Africa do sul para a democracia e consagra os parâmetros dentro do qual inclui os direitos às mulheres com a capacidade de reivindicar seus direitos como cidadãos iguais, deliberadamente a sociedade não-racial e não-sexista (Ibid.,1996).

2.2.1. Predecessores da Sub-representação Política da Mulher na África

Vários estudos particularizando a África subsariana argumentam que o papel que as mulheres desempenharam na formação e construção de nacionalismos africanos afetaram sua posição no estado pós-colonial. Segundo Chadya (2003), o nacionalismo africano efetivou seus objetivos à custa da subordinação das mulheres. A causa do apoio das mulheres aos nacionalistas africanos era parte de uma estratégia de inclusão social e política que tencionava

¹¹ Organização de Mulheres Unidas (UWO)

unir maior número possível de pessoas para a luta nacionalista. Pois, durante as lutas de libertação, os nacionalistas jogaram com base na ideologia patriarcal as mulheres como cuidadoras e educadoras, defensoras de tradições e costumes, reservatórios de culturas e, como resultado nacionalistas (Ibid., 2003).

Em África segundo argumento de alguns historiadores, alegam existir uma diferença significativa na representação política feminina entre os países que passaram por uma luta armada com mulheres como combatentes e aqueles que não fizeram de gênero a questão de política pós-colonial. Atualmente destaca-se como exemplo o governo sul-africano, como sendo um dos mais progressistas em prol da questão da representatividade feminina. Possivelmente, a participação feminina na luta armada também ajudem a explicar o caso de que Moçambique e Zimbabwe que também tenham uma maior percentagem de mulheres nos cargos de decisão do que vários outros países da África (Ibid., 2003).

Conforme Chadya (2003), apesar de existir uma participação feminina nas lutas de libertações nacionais na África, essa participação não lhes concedeu papéis iguais aos dos homens. Elas eram subordinadas e marginalizadas durante a guerra, e após independência continuaram a sofrer discriminações, tanto na sociedade tradicional, quanto na política revolucionária. O domínio dos homens nas organizações políticas quanto militares incutiu a ideia de igualdade de gênero apenas como uma retórica, pois para eles as mulheres eram percebidas como auxiliares dos verdadeiros lutadores. Portanto, indícios assomam que essas relações desiguais de gênero durante a luta, é também o sustentáculo para a desigualdade e discriminação pós-independência de gênero.

Largely because several women's leagues on the African continent came into being in the context of nationalism, there has always been a hierarchical relationship between women's movements and nationalism. Whenever women come out strongly advocating women's rights they are accused of being under imperial/western influence, therefore anti-nationalist and anti-male, and of having lost their culture and tradition. And if women have lost their culture and tradition who will teach the children? The construction of women's movements as Western, feminist, imperial, or foreign has automatically meant nationalists' constant suspicion or delegitimization of women's movements. An examination of gender relations during the anti-colonial struggles deepens our understanding of the current inequalities in the independent nations of Africa. By focusing on the nationalist struggle, nationalists ignored the "fragments" of the nation in the form of religious, gender, and ethnic fissures that were present in the revolutionary process. By so doing, they failed to realize that, as Anne McClintock puts it, "nationalisms are from the outset constituted in gender power." Thus, for the most part, nationalists' revolutions were patriarchal revolutions (CHADYA, 2003, p. 155-156).

2.2.3. Democracia e Ascendimento de Participação Política da Mulher na África

Foi só na década de 1990 que um número significativo de mulheres africanas começaram ocupar ativamente posições de liderança nacionais, na era pós-independência, onde as mulheres procuravam significativamente estar envolvidas no processo de criações de constituições. Exemplo delas, destaca-se as mulheres da África do sul, Zâmbia e Uganda, que logo na elaboração da nova constituição procuraram garantias à igualdade às mulheres, liberdade e segurança, livre de violência, o direito de tomar decisões sobre a reprodução e de controlar o próprio corpo (TRIPP, 2001).

Apesar dos esforços das mulheres, elas continuaram passando por exclusão política, muitas vezes por falta de recursos, experiência política, nível educacional para concorrer a cargos de decisões. Segundo a autora, as concepções sociais também desprestigiam as mulheres, sustentando que o lugar certo para as mulheres é de donas de casa e não na política. As mulheres que persistiam ativamente na política sofreram ameaças em retirada de apoio familiar, algumas sofreram agressões físicas e retiradas de casa, outras foram até mortas. Desta feita, as mulheres de certa maneira se viam na limitação de concorrer a cargos eletivos devido a impedimentos culturais sobre as mulheres de falar em público na frente dos homens, campanhas e serviços políticos por muitas das vezes envolverem viagens, dormir fora de casa, colocavam as mulheres em situações de incapazes de serem boas mães e donas de casa. As mulheres casadas eram proibidas pelos seus maridos de entrar na política, ameaçados devido a possibilidade das suas esposas interagirem com outros homens. Isso fez com que as mulheres tivessem não apenas dificuldades de serem levadas a sério, mas especialmente de se submeterem a variadas humilhações e reflexões pejorativas (Ibid., 2001)

Depois da década de 1990 as mulheres africanas começam a definir suas visões políticas concentradas em aumentar a sua representação parlamentar, novas tendências foram colocadas em ação (TRIPP, 2001).

In addition to placing new emphasis on female leadership, women in the 1990s began to lobby actively for constitutional and legislative reforms to improve their status. On the electoral front, they began questioning the political exploitation of ethnicity. Women's political lobbies sought to create links across ethnic lines and challenged political parties that used ethnicity to build constituencies (TRIPP 2001, p. 154).

O progressivo número de mulheres instruídas, assim como a longa experiência das mulheres as mobilizações em fóruns informais, coadjuvou para as novas tendências de

participação da mulher na política. Vários outros fatores foram responsáveis por essa nova etapa política feminina, um deles foi a introdução do multipartidarismo e a decadência do regime de partido único, outra foi a adoção de metas para a representação feminina das convicções internacionais como a União Interparlamentar, que impulsionou a criação de novas organizações de mulheres independentes, algumas com objetivo de promover a liderança política das mulheres e consciência dos seus direitos políticos por meio da educação cívica, outros procuravam mudanças legislativas e constitucionais. E isso pode ter aberto oportunidades para as mulheres ingressarem na arena política (TRIPP, 2001).

2.3. Moçambique em Relação a Representação Parlamentar Feminina no Mundo.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (ONU¹²), e a União Interparlamentar (IPU)¹³, o mapa das mulheres na política no mundo, demonstra que apesar de Moçambique possuir um dos piores índices de IDH a nível mundial, o país até ao ano de 2017 se encontrava no 13º lugar de representação parlamentar feminina no mundo, correspondente à 39,6 %, referente a 99 dos 250 assentos totais do parlamento. Até o ano de 2013 segundo a ONU (2015), Moçambique se encontrava na 12ª posição correspondente a 36,3 % de representação parlamentar feminina no mundo e hoje na 19ª posição.

¹² ONU MUJERES, Entidade de las Nações Unidas para la Igualdade de Género y el Empoderamento de las Mujeres, 2017. Acesso em: www.unwomen.org

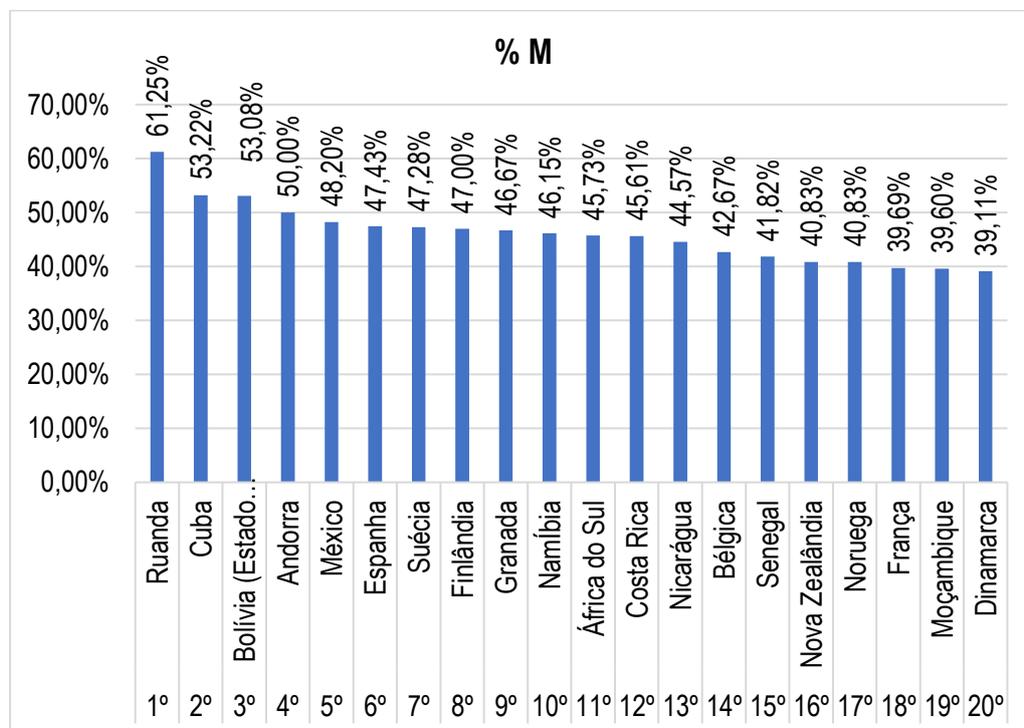
¹³ www.ipu.org

Tabela 1: Posição de Moçambique a Nível Mundial de acordo com Número de Representação de Mulheres no Parlamento

Rank	País	Ano/Ref	Assentos	Mulheres	% M
1	Ruanda	43344	80	49	61,25%
2	Cuba	43160	605	322	53,22%
3	Bolívia (Estado Plurinacional da)	41913	130	69	53,08%
4	Andorra	43556	28	14	50,00%
5	México	43282	500	241	48,20%
6	Espanha	43556	350	166	47,43%
7	Suécia	43344	349	165	47,28%
8	Finlândia	43556	200	94	47,00%
9	Granada	43160	15	7	46,67%
10	Namíbia	41944	104	48	46,15%
11	África do Sul	43586	398	182	45,73%
12	Costa Rica	43132	57	26	45,61%
13	Nicarágua	42675	92	41	44,57%
14	Bélgica	43586	150	64	42,67%
15	Senegal	42917	165	69	41,82%
16	Nova Zelândia	42979	120	49	40,83%
17	Noruega	42979	169	69	40,83%
18	França	42887	577	229	39,69%
19	Moçambique	41913	250	99	39,60%
20	Dinamarca	43617	179	70	39,11%
21	Argentina	43009	255	99	38,82%
22	Etiópia	42125	547	212	38,76%

Fonte: União Interparlamentar (IPU, 2019). Elaboração da autora.

Gráfico 1: Posição de Moçambique em Relação a Representação Parlamentar Feminina no Mundo



Fonte: União Interparlamentar (IPU, 2019). Elaboração da autora.

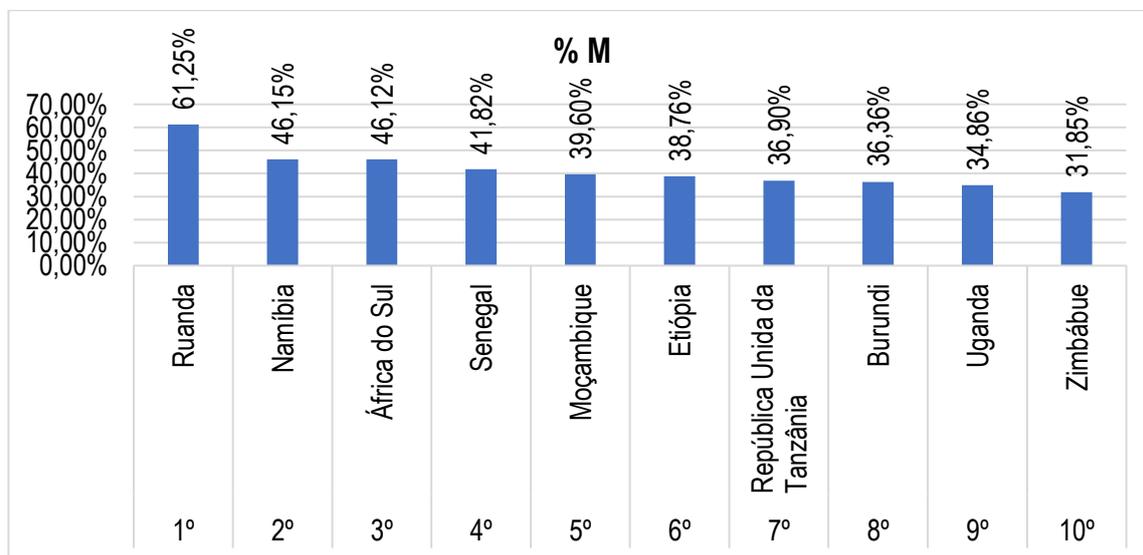
Segundo o ranking mundial disposto pela União Interparlamentar, atualmente Moçambique se posiciona no 19º lugar na representação parlamentar da mulher a nível mundial. Se mantendo desta forma nos 20 primeiros países no mundo com a maior taxa de representação parlamentar feminina. No que tange a posição de Moçambique em relação ao percentual de mulheres no parlamento dentro do continente Africano, Moçambique destaca-se na 5ª posição como demonstrado na tabela a seguir, o que faz dele, na posição dos dez países com a maior taxa de deputadas a nível do continente Africano.

Tabela 2: Posição de Moçambique de acordo com o Número de Deputadas a Nível da África

Rank	País	% M
1º	Ruanda	61,25%
2º	Namíbia	46,15%
3º	África do Sul	46,12%
4º	Senegal	41,82%
5º	Moçambique	39,60%
6º	Etiópia	38,76%
7º	República Unida da Tanzânia	36,90%
8º	Burundi	36,36%
9º	Uganda	34,86%
10º	Zimbábue	31,85%

Fonte: União Interparlamentar (IPU, 2019). Elaboração da autora.

Gráfico 2: Posição de Moçambique de acordo com o Número de Deputadas na África



Fonte: União Interparlamentar (IPU, 2019). Elaboração da autora.

Diante desses resultados, torna-se evidente que apesar de Moçambique não ter adotado cotas legisladas como demonstra a tabela 3, ele se coloca numa posição melhor em relação a outros países membros da SADC. Moçambique em relação a África Austral se posiciona na 3ª

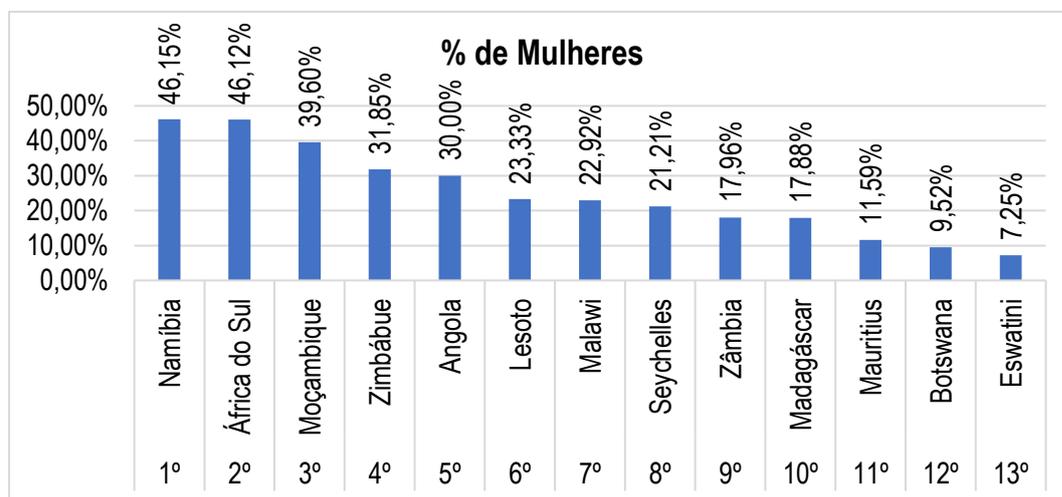
posição com a maior taxa de parlamentar feminina de 39,60% abaixo da África do Sul com 46,12 e Namíbia com 46,15%, e acima de Zimbabwe com 31,85% e Angola com 30,00 %.

Tabela 3: Posição de Moçambique de Acordo com o Número de Deputadas a Nível da África Austral

Rank	País	% de Mulheres	Cotas_Legisladas
1º	Namíbia	0,4615	No legislated
2º	África do Sul	0,4612	No legislated
3º	Moçambique	0,396	No legislated
4º	Zimbábue	0,3185	Reserved seats
5º	Angola	0,3	Legislated Candidate Quotas
6º	Lesoto	0,2333	Legislated Candidate Quotas
7º	Malawi	0,2292	No legislated
8º	Seychelles	0,2121	-
9º	Zâmbia	0,1796	-
10º	Madagáscar	0,1788	-
11º	Maurícia	0,1159	No legislated
12º	Botswana	0,0952	No legislated
13º	Eswatini	0,0725	Reserved seats

Fonte: União Interparlamentar (IPU, 2019). Elaboração da autora.

Gráfico 3: Posicao de Moçambique de Acordo com o Número de Deputadas a Nível da África Austral



Fonte: União Interparlamentar (IPU, 2019). Elaboração da autora.

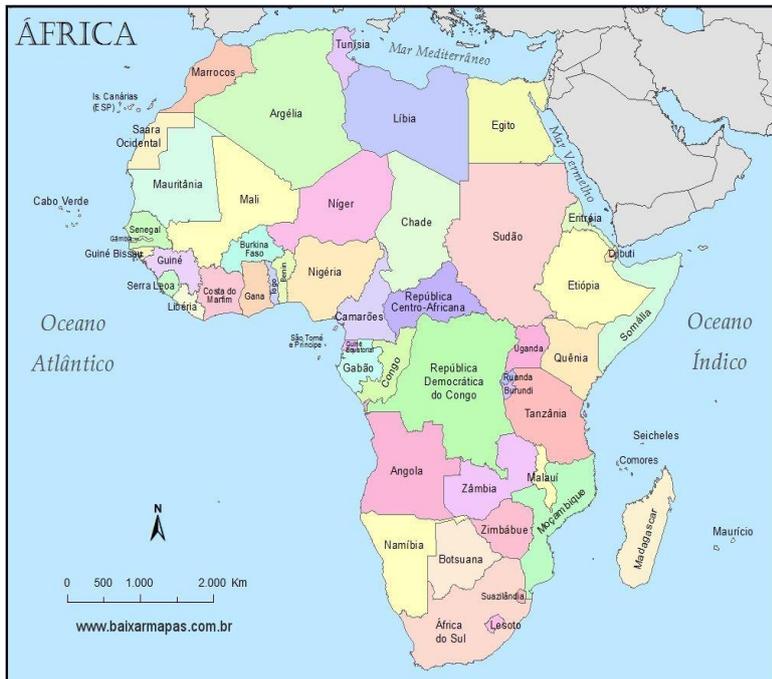
3. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país localizado na região da Costa Oriental da África Austral, limitando-se especialmente entre a Tanzânia e África do Sul, estabelecendo fronteira ao oeste com Malawi, Zimbabwe e Zâmbia; a leste sua costa é banhada pelo Oceano Índico. Tem uma superfície de 799.380 km². O território moçambicano é composto por onze províncias, ao sul encontram-se as províncias de Maputo, Maputo-cidade, Inhambane e Gaza; ao centro estão as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia; ao norte as províncias de Nampula, Cabo-Delgado e Niassa. O país é dividido por um dos maiores rios africanos, o rio Zambeze. As diversas culturas também compõem o seu território nacional, compreendendo no total onze grupos étnicos, dos quais derivam trinta e uma línguas.

Moçambique é também marcado pela influência cultural dos árabes, do qual o intercâmbio com os africanos deu origem a cultura suaíli, tal como dos indianos e portugueses, sendo os últimos responsáveis pela colonização no país desde finais do séc. XIX¹⁴.

¹⁴ SANTANA, Jacimara Souza. MULHERES E NOTÍCIA: OS DISCURSOS SOBRE AS MULHERES DE MOÇAMBIQUE NA REVISTA TEMPO (1975-1985). 2006.

Mapa 1: Mapa de África e Situação Geográfica de Moçambique no Continente Africano.



Fonte: google

Mapa 2: Mapa de Moçambique e Sua Delimitação Territorial¹⁵



Fonte: Land Portal.

¹⁵ A figura demonstra a localização geográfica de Moçambique com a divisão das províncias e suas respectivas cidades capitais por província, assim como os países na qual o país faz fronteira.

3.1. Da Guerra Civil aos Acordos de Paz

Os conflitos armados, dentro e fora de Moçambique, antes e depois dos acordos gerais de paz, têm um papel importante na forma como as mulheres pensam e repensam o seu lugar no acesso ao poder sociopolítico. (CUNHA, 2012).

Moçambique conquistou sua independência contra a dominação colonial portuguesa em 25 de Junho de 1975, passado uma década de conflito armado. A independência foi comandada pela Frente de Libertação Nacional (FRELIMO), fundada em 25 de junho de 1962, que surge como resultado de uma “fusão” de três grupos nacionalistas, organizados em países vizinhos a Moçambique, neles referem-se: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) formada em 1960, em Salisbury, capital da então Rodésia e atual Zimbabwe; o Mozambique African National Union (MANU) fundada em Tanganica que fica na atual Tanzânia em 1961 e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) fundada em Niassalândia, atual Malawi em 1961 (BRITO, 2010). A “independência significou trazer novos direitos fundamentais e liberdades civis à toda população que de antemão havia sido dominada e explorada segundo padrões coloniais de exploração e dominação” (VIDAL, 2017, p. 32).

Após a independência, foi instaurado no país um sistema de partido único, impondo um modelo uniforme de acesso e exercício dos direitos através de uma ideologia Marxista-Leninista. A igualdade da população no que concerne aos direitos, deveres e expectativas políticas, lhes era negado, pois não havia possibilidade de escolha, dentro de uma ordem democrática legítima (BRITO, 2010).

O fato da FRELIMO ter sido a única força representante do povo na luta rumo a independência nacional, conferiu-lhe o pleno direito para o acesso ao poder pós independência. Durante o seu governo, a FRELIMO, foi implementando reformas socioeconómicas e políticas tais como: a criação de campos de redução; a imposição do patriarcado nas regras familiares; a ilegitimização oficial das autoridades tradicionais e religiosas e a construção de produção em fazendas do Estado, que conduziram a uma situação de descontentamento interno e de resistência (VIDAL, 2017).

Um ano depois da independência, em 1976, com o descontentamento da população para com o governo monopartidário e da crise económica que se instalou no país, surge a maior oposição a FRELIMO, a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), tendo apoio do

governo Rodesiano e da África do sul (BRITO, 2010). As tensões regionais em colaboração com o regime do *apartheid* da África do Sul, para quem a independência de Moçambique não era favorável a sua hegemonia regional, influenciou para que Moçambique entrasse em mais um conflito induzido ao longo de dezesseis anos numa constante Guerra Civil, internamente conhecida como Guerra dos Dezesseis Anos, que durou de 1977 a 1992 (CUNHA, 2012).

A independência, entretanto, só foi conquistada após três décadas de conflitos e desestabilizações no país. Devido a Guerra, intensificou-se os índices de pobreza, analfabetismo, fome, desemprego, etc., que gerou enormes pressões, inclusive internacional, para que houvesse um novo processo de governação para a estabilidade do país. A pressão interna e exeterna levou as diversas forças políticas a entrar em acordo, para introduzir novas reformas institucionais e políticas, de forma a pacificar o país e gerar estabilidade política e econômica. Desta forma, a FRELIMO opta por ajuda externa e adere ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM) em 1984 e rejeita o Marxismo-Leninista (VIDAL, 2017). Moçambique faz uma transição para um Estado democrático, Multipartidário com a Constituição de 1990, que só se veio a se concretizar após o Acordo Geral de Paz realizado em 1992 (BRITO, 2010).

O Acordo Geral de Paz (AGP), foi assinado em 4 de Outubro de 1992, em Roma, entre as principais partes em conflito a FRELIMO e a RENAMO, dando fim a guerra civil seguindo-se a comitiva das tropas militantes e o desarmamento das populações. Esta guerra foi responsável por pelo menos um milhão de mortos, um milhão e setecentos mil refugiados, cerca de quatro milhões de deslocados internos, profundas fraturas sociais e a destruição de infraestruturas e tecido produtivo do país (GUJAMO, 2016). “O Acordo Geral de Paz introduziu mudanças significativas para o novo Estado de governo tais como: incluiu a liberdade para se estabelecer partidos políticos e a inserção de eleições como o meio para se alcançar o poder político” (VIDAL, 2017, p. 33).

3.2. O Caso das Mulheres Desde a Guerra Civil ao Acordo Geral de Paz

No sistema colonial, testemunhou-se uma vivência em que os homens e as mulheres não eram sujeitos de direitos a as mulheres eram as mais afetadas, pois eram seres invisíveis, tanto do ponto de vista social como legal (OSÓRIO, 2007). Após a luta desencadeada pela FRELIMO, com o propósito de libertar o país do domínio colonial português, esta força política viu-se comprometida em incluir a mulher moçambicana como ator com papel ativo na luta pela

libertação, pois todos os setores da sociedade se tornaram importantes para a conquista deste objetivo (VIDAL, 2017).

Os movimentos de libertação teve múltiplos efeitos no que concerne ao papel da participação política da mulher moçambicana, um deles foi a criação do destacamento feminino (DF), a primeira liga feminina para treino militar e político, a pedido de um grupo de mulheres que solicitou treino militar ao partido FRELIMO como forma de lutar pela sua segurança, assim como da segurança do país (CASIMIRO, 1999).

Embora as mulheres tenham participado na luta pela independência nacional, isso não lhe conferiu uma igualdade de direitos em relação aos homens, uma vez que, mesmo no período do movimento pela libertação colonial, o sistema era centralizado na luta contra a exploração do homem pelo homem, pensamento este, que coexistia com a submissão feminina, visto que assentava-se na exploração da mulher como um aspeto natural do sistema geral da exploração do homem pelo homem, Nesta perspectiva, os papéis sociais das mulheres e homens não podiam ser questionados sem que ao mesmo tempo se colocasse em causa a legitimidade das estratégias políticas (OSÓRIO, 2005). Todavia, “as relações de poder baseadas no gênero continuavam a ser caracterizadas de forma desigual, através da divisão tradicional dos papéis sociais baseados em sexo” (VIDAL, 2017, p. 34).

Com o objetivo de unir as mulheres moçambicanas a favor da promoção da emancipação feminina e do desenvolvimento do país foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) em 1973 pelo partido FRELIMO, que funcionava como um braço da FRELIMO para atingir um novo setor (CASIMIRO, 1999). Imposto num modelo de acesso e exercícios, as mulheres continuavam associadas aos papéis domésticos e de reprodução. A falta de questionamento das estruturas de poder e dos mecanismos de exclusão não permitiriam desempenhar uma verdadeira transformação das relações de gênero (VIDAL, 2017).

Moçambique pós-independência, e a implementação do regime de partido-único, a ideia da emancipação feminina foi intimamente ligado ao Estado, principalmente ao governo imposto pela FRELIMO, sendo entendida, na maioria das vezes, como algo oferecido pela concessão da FRELIMO, e não como um direito conquistado durante a Luta Armada. O governo da FRELIMO salvaguardava o acesso feminino à educação e recursos, mas ao mesmo tempo as incentivava a serem boas mães, esposas e donas de casa, limitando a sua autonomia como agentes sociais. A nova sociedade criada no período pós-independência encerra rupturas com a sociedade colonial, mas, também continuidades do produto do passado histórico,

misturando dimensões tradicionais e coloniais, que se retroalimentam, numa fase de desordem social, em direção a uma sociedade de tipo novo (CASIMIRO, 1999).

De qualquer forma, houve mudanças significativas no papel da mulher pós-independência, pois foi efetivado em Moçambique, um Estado-Providência mediante uma ideologia revolucionária de natureza coletizada, permitindo a visibilidade da mulher no espaço público, a acesso à reivindicação pela igualdade de direitos. Todavia, essa igualdade devia ser entendida apenas como aspetos de expressão formal de discurso político revolucionário, mas não como uma forma de alteração radicais nas relações sociais de poder entre os gêneros (OSÓRIO, 2002).

A mulher com direitos segundo Osório (2002) é subalterna ao modelo político, limitada por normas e discursos que colocaram a mulher em papéis de subordinação. Evidenciam-se nesse período a discriminação feminina nas formas de ocupação do território do Estado-Providência e no exercício do poder político.

3.3. A Democracia em Moçambique e a Participação Feminina

Touraine (1996) descreve a Democracia como um sistema a serviço da humanidade como sujeitos, criadores da vida própria e coletiva. Segundo o autor, a democracia implica um olhar que, não sendo unicamente social, nem individual no sentido do livre arbítrio, permite a inclusão, a constituição e a representação dos interesses de novos atores sociais. No entanto, o conceito de democracia articula-se à questão do poder, significando uma rede de conflitos e negociações, mediado e expresso pelo controlo de recursos tanto materiais como simbólicos.

Nesta perspetiva, segundo Osório (2005), a democracia deve ser analisada a partir das possibilidades que cria para a inclusão de novos atores sociais, e numa perspetiva de gênero é importante perceber como os aparelhos incorporam interesses e grupos diferenciados, tendo em conta os mecanismos de socialização que configuram a qualidade e a natureza da participação política.

Nos sistemas plurais e multipartidários, a democracia “define-se pela interdependência de três princípios: a limitação do poder, a representatividade e a cidadania”. Nos sistemas democráticos os partidos medeiam os interesses dos atores sociais com o Estado e, assim, o acesso aos recursos pelas mulheres, que podem ir desde a participação na elaboração das estratégias partidárias até à visibilidade mediática, é constringido por elementos de coesão que podem não ter em conta a desigualdade de gênero estruturadora da realidade social. Isto significa que, quanto mais formais, hierarquizados e burocratizados forem os partidos, menor é a possibilidade de pôr a dialogar formas diferenciadas de abordar e pensar o mundo (TOURAINÉ, 1996, p. 132 apud OSÓRIO, 2005, p. 30).

No início da década de 1990, Moçambique experimenta um novo sistema político de forma a tornar-se um Estado Democrático. Garantindo a expansão das liberdades e direitos civis, possibilitando, assim, que a luta pela emancipação das mulheres se pudesse exprimir de forma mais plural (OSÓRIO, 2007).

A Constituição de 1990 criou novas esferas de intervenção pública, concedendo a produção de novas formas de acesso e de ocupação do espaço político, e aprimorou a inserção de novos problemas, questões e soluções para a participação política das mulheres (OSÓRIO, 2007). E atribuiu ao Estado no Art.º 57, a responsabilidade de garantir a igualdade substantiva da mulher (VIDAL, 2017).

Com a introdução do sistema multipartidário, em 1994, notou-se uma abertura ao acesso e a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres, de forma a responder com a lógica democrática de caráter globalizante, de maneira à ajustar-se às agendas internacionais hegemônicas (OSÓRIO, 2002).

O novo modelo político introduzido com as primeiras eleições multipartidárias, criaram novos mecanismos de intervenção pública, permitindo a criação de novas formas de acesso e ocupação do espaço político. A presença feminina no aparelho do Estado e nos partidos políticos tem sido utilizada desde o início do Estado independente como um motor de mudança, sem que sejam questionadas as estruturas, as hierarquias e os sistemas de valor que circulam e organizam o status da mulher nas instituições. No entanto, as mudanças que foram feitas além de insuficientes tencionavam ocultar os mecanismos fundadores da desigualdade (Ibid., 2002).

As normas do novo governo, ao romper com as posições conservadoras, não coloca em causa o modelo social que orienta os papéis e as funções das desigualdades sociais do gênero. De acordo com Osório (2002), as poucas mulheres que conseguem chegar ao poder de direção não chegam a tocar na luta pelos direitos das mulheres, se posicionando em aspetos conservadores como: a questão do divórcio, união de fatos, abortos, etc., deixando-se reproduzir o modelo patriarcal e da manutenção de uma ordem social que preserva a masculinidade, mantendo as relações sociais de gênero com relação de poder de igualdade condicionados a visibilidade das mulheres às estratégias da dominação masculina.

3.3.1. Mecanismos e Estratégias Políticas para Inclusão Feminina e Equidade de Gênero

No início do período de liderança do governo democrático (1995-1999), verifica-se um governo extremamente preocupado em ter um espírito mais democrático e mais acessível, tentando incorporar as diretrizes abarcadas no documento da plataforma de Beijing em 1995, que desenvolve não só a questão da participação política das mulheres como eleitoras, mas também o dever dos Estados e partidos políticos gerarem dispositivos para incorporarem a paridade nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis da vida política.

Segundo (FARAH, 2004; apud OSÓRIO e MACUÁCUA, 2015), uma das questões que tem merecido muita atenção nos estudos da participação política feminina é a mudança do sistema democrático para a elaboração de uma agenda política que assegure direitos, possibilitando a autonomia do movimento de mulheres e a articulação com o Estado, de modo a apoiar a formulação de políticas públicas que interfiram na alteração da estrutura de poder, nos espaços privado e público.

O direito de voto feminino foi ascendido por um conjunto de recomendações internacionais elaboradas essencialmente no início do séc. XX, tencionando a imposição dos países à inclusão feminina. Olhando particularmente para a nível regional, as convecções e protocolos com destaque a promoção da equidade e igualdade de gênero que demonstram progresso e problemas de lutas pela defesa dos direitos humanos das mulheres, são especificamente (Ibid., 2015):

- i) A Carta Africana dos Direitos dos Povos, aprovada pela Conferencia Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em Banjul, em Janeiro de 1981, e conseqüentemente adotada pela XVIII Assembleia dos Chefes de Estados, em Nairobi, em 27 de Julho de 1981. Que afirmam o seu cometimento com a igualdade entre homens e mulheres, vetando práticas discriminatórias em função do sexo, entre outras variáveis, como a crença religiosa e a raça. No Art.º 13 da mesma, consagra-se a liberdade de todo o cidadão de participar livremente na direção dos assuntos públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos em conformidade com a lei.
- ii) A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1979, foi ratificada por 50 dos 53 Estados africanos. Os governos da comunidade da África Austral (SADC), Declaram Sobre Gênero e Desenvolvimento, assinada em Blantyre

(Malawi), em 1997, as quais, em diretrizes da Conferência de Beijing (1995), exige os Estados a introduzirem quotas de forma a garantir que pelo menos 30% das mulheres tenham acesso a cargos de tomada de decisão¹⁶.

- iii) Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança, adotada na 8ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 30 de Janeiro de 2007, que ratifica o compromisso com os direitos humanos, evidenciando a importância de estabelecer mecanismos que promovam, a igualdade entre mulheres e homens, e o acesso das mulheres às várias instâncias do poder, como garantia da existência de uma cultura democrática de inclusão. No nº 1 do Art.º 29, consta que a presença da mulher no poder político é vista como vital na promoção da democracia.
- iv) As Decisões e Deliberações, adotadas pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em 2002, aprovadas no dia 8 de Julho em Durban (África do Sul), que, de forma evidente, aludi a necessidade de promover o direito da mulher de eleger e ser eleita.
- v) O Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento, assinado em 2008, incorpora os Estados membros a assegurar que, até 2015, sejam reconhecidas e incluídas nos respetivos dispositivos legais a equidade e igualdade de gênero. No que diz respeito ao acesso a cargos de decisão política, pelo art.º 12, o documento incentiva os Estados Partes para que “até 2015, pelo menos 50% dos cargos decisórios nos sectores público e privado sejam ocupados por mulheres, incluindo, inter-relacionar-se, o uso de medidas de ação afirmativa, tal como o previsto no Art.º 5”.

Evidencia-se desta forma, que o exercício dos direitos humanos, a eliminação dos constrangimentos culturais que inibem as mulheres de usufruir das mesmas oportunidades de acesso aos recursos como cidadãs é uma condição para a existência do sistema democrático.

As Organizações Sociais com afinidades e interesses próprios, desempenharam também um papel importante na promoção da democracia, e da participação dos cidadãos na vida pública.

¹⁶ Moçambique ratificou o CEDAW em 1997, África do Sul em 1995, Angola em 1986, Botswana em 1996, Lesoto em 1995, Madagáscar em 1986, Malawi em 1987, Maurícias em 1984, Namíbia em 1992, República Democrática de Congo em 1986, Seychelles em 1992, Suazilândia em 2004, Zâmbia em 1985, Zâmbia em 1991 (in: [http://Unitreaty. Un.Org/unts//120001_14471/1/8/00000](http://Unitreaty.Un.Org/unts//120001_14471/1/8/00000)).

Concedeu espaço para o surgimento de novas organizações de mulheres em Moçambique. Organizações essas que aparecem com uma visão mais progressiva e mais igualitária em relação à mulher. A exemplos delas temos:

- I) A MULEIDE (Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento), criada em finais de 1991, ligada ao surgimento dum rede regional Africana para a defesa dos direitos da mulher. Surgindo após a Conferencia Constitutiva da WILDAF "Women in Law and Development in Africa¹⁷", realizada em Fevereiro de 1990, em Harare, Zimbabwe, uma organização Africana para a defesa dos direitos das mulheres. A legalização da MULEIDE teve lugar a 28/05/92, por Despacho do Ministro da Justiça, Boletim da República N° 46, 3ª Série, de 13/11/96. Tendo um dos objetivos essenciais elevar o estatuto da mulher, contribuindo para o seu bem-estar e para eliminar o grande desequilíbrio existente em relação às oportunidades e acesso e controlo de recursos e poder.
- II) O FÓRUM MULHER (Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento), surgiu em Abril de 1990, por iniciativa do PNUD¹⁸ e UNICEF¹⁹. Com objetivos de promover o estatuto da mulher moçambicana. O Fórum se estabelece como um grupo de organizações e instituições que trabalham em prol da mulher moçambicana. Fazem parte do Fórum ONG'S nacionais, organizações de mulheres de partidos políticos, instituições estatais e de investigação, doadores nacionais e internacionais e ONG's estrangeiras.
- III) A Associação Moçambicana da Mulher e Educação (AMME), surgiu em 1994, da vontade de um grupo de pessoas ligadas a Educação na qual tencionavam trabalhar para a ascensão das condições socioeconómicas e profissionais da mulher docente moçambicana, do ensino primário, no sentido da sua valorização pessoal e por parte da sociedade.

Foi a partir dessas formas de imposição de modelo de desenvolvimento neoliberal e de democracia participativa, adotadas em Moçambique como condicionalismo à ajuda económica, pelo FMI e BM, após a degradação da condição económica e social ocorrida no país na década de 80, período da desestabilização militar junto a imposição do programa de ajustamento

¹⁷ Mulheres em Direito e Desenvolvimento na África.

¹⁸ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

¹⁹ Fundo das Nações Unidas para a Infância.

estrutural intitulado PRE e PRES (Programas de Reabilitação Económica), que trouxeram consigo novas formas de estruturação social.

3.3.2. O Sistema Eleitoral de Moçambique e a Participação e Representatividade das Mulheres na Política

Tendo em conta que os Sistemas eleitorais segundo Tavares (1994), são construções institucionais políticas, estrategicamente confeccionadas, e tecnicamente executadas para possibilitar e sancionar a representação política. Os Instrumentos internacionais de acordo com (IDEA²⁰, 2005), como caso do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1996, edifica critérios comuns em vários os sistemas eleitorais como: o princípio de eleições livres, justas e periódicas que garantam o sufrágio universal dos cidadãos adultos, sigilo do voto, a não submissão a coerções, e ao compromisso ao princípio de uma pessoa, um voto (OSÓRIO e MACUÁCUA, 2015).

Moçambique adota o sistema eleitoral de representação proporcional na Constituição de 1990, que só vigorou após os Acordos Geral de Paz. O tipo de sistema de representação proporcional de lista fechada, que se constrói em círculos eleitorais correlato às divisões administrativas do país, e os partidos políticos constituem listas de caráter fechado e bloqueado, com o número de lugares definidos para cada círculo eleitoral.

Deste as primeiras eleições multipartidária a FRELIMO defendeu a participação feminina e a igualdade de gênero no quadro formal e, conseqüentemente, vem se destacando o seu aumento no que tange ao recrutamento parlamentar feminino neste partido.

Segundo Vidal (2017), o aumento crescente dos números de representação parlamentar feminina deste partido pode estar relacionada à:

- A adoção de cotas de gênero, adotada pelo partido FRELIMO com a introdução do multipartidarismo. Sendo atualmente o único partido que aderiu as quotas partidárias;
- A orientação ideológica de esquerda deste partido.

Tendo em conta que em Moçambique não existe cotas Legislativas, apenas Cotas partidárias voluntárias, não sendo de caráter obrigatório, acredita-se que pelo fato da FRELIMO ser o único partido que adotou as cotas partidárias, e pelo fato de prevalecer o sistema

²⁰ Institute for Democracy and Electoral Assistance (Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral)

presidencialista no qual o Presidente da República é o chefe do Governo e concomitantemente o presidente do partido no poder fortalece a dependência dos poderes executivos e legislativos das instâncias partidárias, reduzindo desta feita o papel da oposição (OSÓRIO e MACUÁCUA, 2015). E tendo em conta a herança monopartidária existente na qual o vencedor de certa forma se reveste das propostas de outros partidos e da sociedade civil, isso lhe confere estrategicamente o voto maioritário em todos os órgãos de soberania e permiti maios representatividade feminina faz parte das estratégias políticas partidárias adotadas como detentor único das escolhas para o desenvolvimento do país.

4. PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS PARLAMENTARES ELEITAS PARA O PARLAMENTO EM MOÇAMBIQUE DE 1994, 1999, 2004 e 2014

4.1. Aspetos Metodológicos do Estudo

Procurou-se neste trabalho abordagens completamente multidisciplinares e interdependentes, pluridisciplinares de diversos fatores políticos, económicos, sociais e culturais, na qual os estudos africanos requerem (AMADIUME, 2000; CASIMIRO, 1999). Foram levantados neste capítulo, sob a consecução dos objetivos, os dados agregados do perfil sociopolítico das deputadas eleitas ao parlamento em Moçambique no período de 1994 a 2014, sob o seu regime político, de forma a se testar as hipóteses formuladas no trabalho.

De forma a compreender, analisar e responder as questões associadas ao desenho de pesquisa, a metodologia nas ciências sociais, particularmente na ciência política, privilegia a demanda por viabilidade no comportamento da variável dependente sob as variáveis independentes, na qual o processo dos métodos e técnicas mobilizem as teorias e articulem a conexão entre os dados de forma a produzir resultados relevantes, considerando a relevância do campo empírico para garantir a produção de explicações científicas dos fenómenos políticos em análise (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

Para se analisar os perfis das deputadas de forma a conhecer e se explicar o número de legisladores femininos do parlamento moçambicano, baseou-se nas técnicas bibliográficas e documentais, sob revisão de documentos oficiais tais como, livros, artigos científicos, teses, dissertações, leis, decretos, de forma a mostrar a trajetória da mulher na vida política.

4.1.2. Base de Dados

Quanto a base de dados, fez - se o uso do banco de dados disponibilizado pelos acervos da Assembleia da República de Moçambique (AR), da Comissão Nacional de Eleições (CNE), onde constam os currículos de todas as deputadas eleitas. Neste sentido, utilizou-se estes documentos para obter-se informações referentes a idade, formação educacional, profissão, estado civil, origem na política e identidade partidária.

Para cruzar os dados eleitorais das deputadas com variáveis socioeconômicas que compõem a geografia política de Moçambique utilizou-se neste trabalho os dados disponíveis no site do

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)²¹), assim como o banco de dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Inter-parlamentar, os dois últimos ambos utilizados como meio para obtenção e análise dos resultados das eleições parlamentares a nível mundial e a posição feminina referente a essa categoria.

4.1.3. População Alvo da Pesquisa - A População alvo da pesquisa, foi constituída por todas as mulheres eleitas deputadas nas últimas cinco legislaturas para a Assembleia da República de Moçambique, de 1994 a 2014 com exceção de 2009, pois os dados referentes a este ano encaontravam-se inconsistentes e devido a impossibilidade de correção, optou-se por excluílos da análise.

4.1.4. Instrumento de Análise de dados

Foi utilizado o software SPSS versão nº 20 que enfatizou a criação de quadros de referências cruzadas das variáveis a partir de marcadores categóricos e numéricos, como sexo, província, região, número de votos, profissão, escolaridade, idade, entre outros. Assim como a aplicação do Teste Qui-Quadrado de Independência para verificar e confirmar como a variável gênero influenciou as demais variáveis e explicando o fenómeno moçambicano desta pesquisa, foi utilizado o nível de significância de $\alpha=0,05$.

4.2. Variáveis de Análise

❖ Variável Dependente

- Perfil sociopolítico das representantes eleitas ao parlamento em Moçambique

❖ Variável Independente

- Gênero
- Formação educacional
- Identificação partidária
- Idade e/ou faixa etária
- Estado civil
- Profissão

²¹ Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/>.

Perfil Sociopolíticos, são índices significativos em relação aos sistemas de inserção de candidatos aos cargos legislativos. E suas análises por **gênero** de certa forma dão mostragens sobre a integração e/ou admissão distinta entre homens e mulheres na representatividade política.

- **Gênero**, foi usada, na pretensão de englobar as mulheres para uma compreensão das relações sociais e dos papéis entre os diferenciados sexos (homens e mulheres) no campo das relações sociopolíticas. Visto que segundo Araújo (2013), este tem sido um campo dominado completamente pelo mundo masculino.
- **Formação educacional**, subdividido (em nível de escolaridade, área de formação e curso de formação). Onde o nível de escolaridade foi categorizado conforme os paradigmas estabelecidos pelo sistema de educação de Moçambique, nos quais se estendem desde: o nível primário (completo e incompleto); nível básico (completo e incompleto); nível medio (completo e incompleto); e nível superior (completo e incompleto).
- **Identificação partidária**, ao fazerem uma análise comparativa dos sistemas eleitorais e partidárias, brasileiro e colombiano (BOTERO e RENNÓ, 2007), classificam os partidos políticos quanto aos fortes- os chamados partidos tradicionais; e os fracos - os não tradicionais. Porém, para este estudo os partidos em análise, são distintos (FRELIMO, RENAMO, UD e UDM). Os partidos que dentre o período em análise conseguiram obter representatividade parlamentar.
- **Idade**, foi subdividida em faixas etárias de (31 - 40; 41 – 50; 51 – 60; e de 60 + anos), como meio de compreender se a idade dos parlamentares justifica o tempo de experiências vs., acumulo de capital (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Assim como a variável **Estado Civil**, que foi subdividida em (solteiro/a, casado/a e viúvo/a).
- **Profissão**, nomeadas por suas funções de trabalho desde os (professores, médicos, advogados, juízes, enfermeiros, jornalistas, empresários, gestores, economistas, entre outras), onde dentre as tais foram categorizadas seguido disposto (MACAMO, 2018), a variável **político-profissional** – os candidatos que declaram ser políticos profissionais, ou por outra os que detém duma trajetória política pública e/ou partidária; **magistratura** (juízes e juristas); **profissões tradicionais** (advogados; médicos e engenheiros); **funcionário público** (todos da função pública, desde enfermeiros, técnicos, aduaneiros, mecânicos, eletricitas, escritor, carpinteiro, serralheiro, oficial de policia, despachantes, e

mais); **outros** (os que trabalham por conta própria, modistas, camponeses, domésticos etc.); **ciências humanas** (sociólogos, historiadores; geógrafo; psicólogos); **comunicação** (jornalista; relações públicas); **empresários** (empresário; gestores; comerciante; administradores das empresas); **contabilidade** (bancário; contabilista; técnicos de contas e os próprios contabilistas).

4.3. Verificação das Hipóteses

Hipótese 1: A maioria das mulheres que compõem o parlamento moçambicano apresentam baixa taxa de reeleição em relação aos homens (um a dois mandatos).

Para a verificação desta hipótese foi necessário o uso de revisão de literaturas nacionais e internacionais relacionados ao tema em questão, que nos deixa compreender e qualificar a longevidade do reinado parlamentar das Deputadas da Assembleia da República de Moçambique. E para tal, também examinou-se estatisticamente os números dos deputados na qual os seus nomes se repetem e/ou se reelegem em legislaturas consecutivas.

Todavia, ao testarmos a hipótese, atentando de certa forma na literatura sobre as escolhas e reeleição política (BOTERO, RENNÓ, 2007), que associam os níveis de competitividade local assim como ao perfil de atuação parlamentar, do acumulo de capital político e da fidelidade partidária como fatores cruciais para a elegibilidade parlamentar, permitiu-nos conferir que em Moçambique existe um número reduzido de reeleição dos Deputados, tanto as mulheres quanto os homens se reelegem na sua maioria apenas uma vez.

Hipótese 2: A maior proporção das mulheres eleitas ao parlamento moçambicano tem formação superior.

Esta hipótese foi medida a partir do nível de escolarização que cada um dos deputados apresenta. Apesar de vários estudos como (MUCINHATO, 2014), enfatizarem o nível superior sob a maioria parlamentar, para a realidade de Moçambique esta hipótese não se confirma, pois nota-se que a maior proporção de deputados que compõem o parlamento moçambicano tanto do sexo feminino quanto masculino, possuem um maior nível educacional " Básico", sendo menor ainda o percentual de mulheres com o nível superior completo.

Hipótese 3: As mulheres eleitas à Deputadas da Assembleia da República de Moçambique são provenientes dos movimentos populares e apresentam elevada militância política no interior dos partidos (ocupam cargos públicos e/ou partidários).

Para a análise desta hipótese, se fez o uso das experiências agregadas, e os cargos públicos nesse caso, se associam aos cargos políticos-públicos ou seja todos os cargos de caráter de execução da atividade do Estado como estabelece o n.º 2 e 3 do art.º 2 do EGFAE²² de 1 de Agosto de 2017. Sendo esses (ministros, governadores provinciais, administradores distritais, presidente dos municípios, deputados, secretários geral e provinciais do Estado, general); e para os cargos partidários, englobam os exercidos nos partidos ou dentro das comissões parlamentares. (secretários provinciais de partidos políticos, secretários distritais de partidos políticos, delegado dos partidos, chefe das comissões, chefe das bancadas, membros do comité central).

Entretanto, ao se experienciar a hipótese, verifica-se que a mesma apresenta um resultado positivo apesar do percentual dos números dos não informados ser superior aos informados. Porém, a partir dos números dos resultados dos que informaram ter a sua trajetória em cargos públicos e/ou partidários é notório um percentual elevado. E com base na literatura de alguns autores (BOTERO e RENNÓ, 2007; ARAÚJO e BORGES, 2013; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009), que enfatizam a importância da experiência profissional, ou por outra de já ter sido político, nos leva a crer que esta hipótese se confirma.

Hipótese 4: As mulheres eleitas ao parlamento moçambicano possuem idade acima de 40 anos, são casadas e trabalham.

A examinação desta hipótese não fugiu muito dos parâmetros já mencionados, fez-se uso de literaturas em torno do assunto, que nos ajudassem a responder o fato. Fez-se a diferença das idades dos deputados usando métodos estatísticos para averiguar a maioria representativa, o mesmo método prevaleceu para o Estado Civil e se correlacionou com a profissão. Se baseando nos trabalhos do (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BORGES e ARAÚJO, 2013), atesta-se que no caso moçambicano ser jovem assim como possuir acima de 60 anos e ser solteiro, são fatores que afetam negativamente as chances eleitorais. Mas porém, ser funcionário público e ter sido professor são atributos que qualificam suas chances de eleição.

²² Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE). Acesso em: www.portaldogoverno.gov.mz

Hipótese 5: A maior proporção das mulheres eleitas deputadas da Assembleia da República provêm das províncias com maiores IDH e PIB.

Pois embora a literatura enfatize a questão do grau de desenvolvimento socioeconómico e político dos territórios como condicionantes para o empoderamento feminino (ARAÚJO e ALVES, 2007; MATLAND, 1998; NORRIS, 1985; NORRIS e INGLEHART, 2003), ou seja, quanto mais desenvolvidos os territórios em termos socioeconómicas, culturais e políticas, maiores as chances de participação política feminina. Porém, para o caso de Moçambique essas variáveis não apresentam força suficiente para influenciar na eleição de mulheres, mostrando desta forma, ser uma realidade contrária ao que a literatura expõe.

4.4. Evolução da Democracia Eleitoral em Moçambique

Como se vem demonstrando, desde as primeiras eleições multipartidárias de Moçambique, apesar dos aspetos socio culturais que atingem a sociedade e embaraçam a participação e representatividade da mulher na política e devido o país, outrossim, ainda ser uma democracia nova, Moçambique tem se destacado pela concentração do poder político em duas grandes forças políticas representadas pela, FRELIMO, que tem se mantido no poder desde as primeiras eleições multipartidárias, e o principal partido de oposição, RENAMO, que tem se destacado por contestar o poder desta força em algumas províncias.

Os dados eleitorais, descritos na tabela 4, demonstram que desde os acordos de paz, ou seja, de 1994 à 2014, em todas as eleições os resultados patenteiam um denominador comum – sendo o partido FRELIMO aquele que tem conseguido dominar o campo político nacional e a RENAMO tem se constituído na maior oposição, sendo que o espaço político é dividido e representado por estes dois partidos políticos, o que confira um sistema bipartidário, com baixa circulação de elites tanto no controle do poder executivo quanto no legislativo.

Tabela 4: Resultados das Eleições Gerais: Votos por Partido de 1994 a 2009

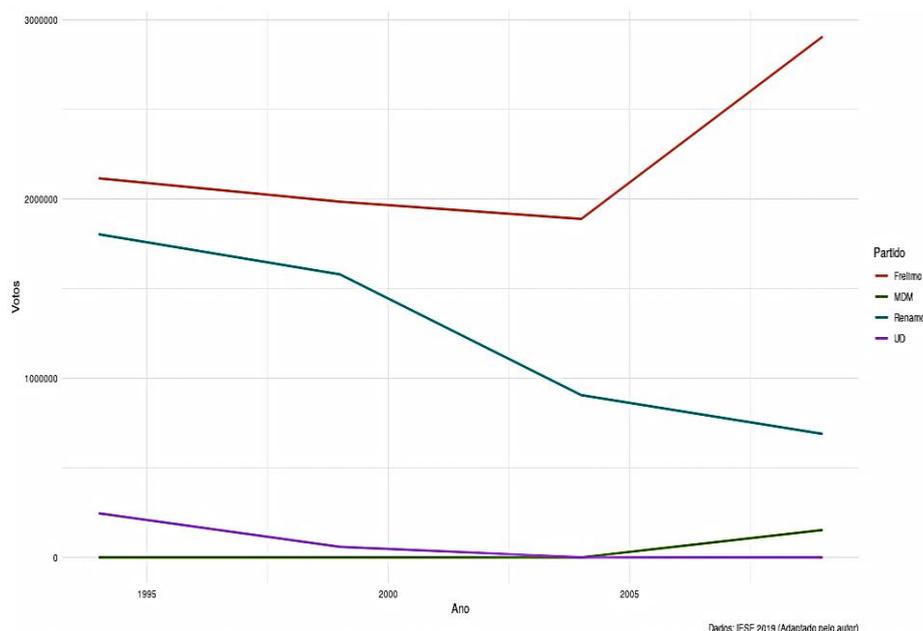
Ano \ Partido	1994		1999		2004		2009	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
RENAMO	1.803.506	43,3	1.579.487	43,6	905.289	32,4	688.782	18,4
FRELIMO	2.115.793	50,8	1.985.261	54,8	1.889.054	67,6	2.907.335	77,5
UD	245.793	5,9	58.493	1,6	0	0,0	0	0,0
MDM	0	0,0	0	0,0	0	0,0	152.836	4,1
TOTAL	4.165.092	100,0	3.623.241	100,0	2.794.343	100,0	3.748.953	100,0

Fonte: IESE, 2019. Elaborado pelo autor.

É válido notar que entre 1994 e 1999 quase não houve alteração na distribuição da força política entre o partido governista (FRELIMO) e a oposição (RENAMO) em relação a sua inserção no eleitorado. Entretanto, entre 2004 e 2009 o partido FRELIMO expande sua influência no eleitorado e passa a se constituir como uma força política hegemônica na esfera eleitoral, conforme desmostrado no gráfico abaixo.

Apesar da existência de dois outros partidos, no caso o Movimento Democrático Moçambicano – MDM e a União Democrática - UD, estes tiveram baixa inserção no eleitorado, o que não configura uma força política suficiente forte para alterar o quadro bipartidário que caracteriza o ambiente político de Moçambique no período analisado.

Gráfico 4: Evolução dos Votos por Partido: Resultados das Eleições Gerais de 1994 a 2009



4.5. A Distribuição do Poder Parlamentar na Assembléia da República em Moçambique

Em relação a distribuição dos assentos partidários para a Assenmbléia da República os dados indicam que a FRELIMO sempre exerceu domínio sobre o parlamento moçambicano, pois sempre teve maioria absoluta para governar. Além disso, em razão da queda de popularidade da RENAMO nas duas últimas eleições analisadas, a FRELIMO expandiu seu domínio sobre o parlamento aumentando o número de vagas conquistadas.

Na primeira eleição realizada em 1994, tivemos a presença de um partido minoritário que conquistou algumas cadeiras, no caso a União Democrática (UD), que elegeu nove deputados, entretanto, esta força política acabou desaparecendo nas eleições subsequentes.

Em 2014, ressurgiu novamente uma terceira força política, que pode reconfigurar a distribuição de forças políticas no interior do parlamento moçambicano. No caso, o Movimento Democrático Moçambicano (MDM) que, apesar de minoritário, conseguiu 17 cadeiras na eleição de 2009, ocupando o espaço deixado pela redução da preferência popular pela RENAMO.

Tabela 5: Resultados Eleitorais por Número de Assentos por Partido de 1994, 1999, 2004 e 2014

PARTIDOS	DEPUTADOS ELEITOS POR ANO							
	1994	%	1999	%	2004	%	2014	%
FRELIMO	127	50,8	132	52,8	161	64,40	144	56,80
RENAMO	108	43,2	114	45,6	88	35,20	89	35,60
UD	9	3,6	0	0,0	0	0,00	0	0,00
MDM	0	0,0	0	0,0	0	0,00	17	6,80
Assentos não identificados (*)	6	2,4	4	1,6	1	0,4	0	0
TOTAL ASSENTOS	250	100,0	250	100,0	250	100,0	250	100,0-

Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR). Elaborado pela autora, 2019.

NOTA: (*) Refere-se aos deputados eleitos cuja filiação partidária não foi identificada devido a existência de erros no banco de dados eleitorais do governo de Moçambique.

4.6. Representação das Mulheres na Assembléia da República em Moçambique

Os dados demográficos demonstram que as mulheres constituem-se como maioria populacional no contexto da demografia moçambicana, representando cerca de 52% da pirâmide demográfica, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 6: Quantidade Populacional de Moçambique por Género de 2014

GÊNERO	POPULAÇÃO		ELEITOS	
	Freq.	%	Freq.	%
Mulheres	10.524.035	52	332	33
Homens	9.842.760	48	669	67
Total	20.366.795	100	1001	100

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE). Elaborado pela autora, 2019.

Relativamente à participação política feminina, as eleições moçambicanas tem demonstrado um crescimento expressivo na representação das mulheres em cargos eletivos. É

válido lembrar que Moçambique, tem um perfil conservador e patrarcalista, e mesmo com as lutas de libertação do domínio colonial que contou com a participação ativa das mulheres este quadro tem sofrido poucas alterações na esfera econômica e social, entretanto, no aspecto político Moçambique tem se configurado como uma democracia altamente inclusiva para a participação feminina. É válido lembrar que Moçambique não dispõe de nenhum dispositivo legal que garanta cotas eleitorais ou assentos reservados, tendo apenas cotas partidárias que por sua vez não é de caráter obrigatório.

Entretanto, os dados eleitorais indicam, que mesmo, ainda permanecendo como minorias, as mulheres tem aumentado significativamente sua inserção política em cargos eletivos, passando de 28,8% na eleição de 1994 para 38,8% na eleição de 2014.

Tabela 7: Representação Parlamentar Feminina por Partido de 1994, 1999, 2004 e 2014

DEPUTADAS ELEITAS POR ANO									
Partido	Ano	1994		1999		2004		2014	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
TOTAL ASSENTOS		250	100,0	250	100,0	250	100,0	250	100,0
FRELIMO		55	22,0	53	21,2	71	28,4	70	28,0
RENAMO		16	6,4	25	10,0	22	8,8	25	10,0
UD		1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MDM		0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,8
ASSENTOS OCUPADOS POR MULHERES		72	28,8	78	31,2	93	37,2	97	38,8

Fonte: Assembleia da Republica de Moçambique (AR), 2019. Elaborado pela autora.

Numa distribuição que levou em consideração a relação entre gênero e partidos os dados indicaram que o partido que mais ofereceu oportunidades para a eleição de mulheres na arena foi a FRELIMO que teve um percentual acumulado de participação feminina em torno de 44,1% do total de assentos ocupados por este partido. A RENAMO teve uma contribuição em torno de 22,1% e as outras agremiações não ultrapassaram 12% de contribuição para a eleição de mulheres no período analisado.

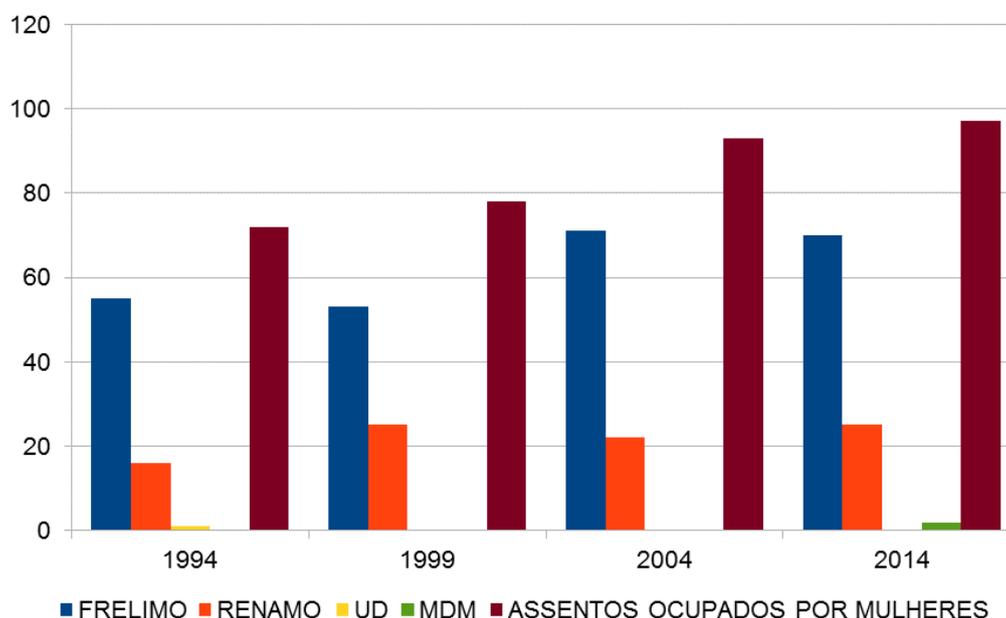
Tabela 8: Representação Parlamentar de Moçambique por Gênero e por Partido de 1994, 1999, 2004 e 2014

DEPUTADAS ELEITAS POR ANO																
Partido \ Ano	FRELIMO				RENAMO				UD				MDM			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
1994	72	56,7	55	43,3	92	85,2	16	14,8	8	88,9	1	11,1	0	0,0	0	0,0
1999	79	59,8	53	40,2	89	78,1	25	21,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2004	90	55,9	71	44,1	66	75,0	22	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2014	74	51,4	70	48,6	64	71,9	25	28,0	0	0,0	0		15	88,2	2	11,8
TOTAL	315	55,9	249	44,1	311	77,9	88	22,1	8	88,9	1	11,1	15	88,2	2	11,8

Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR), 2019. Elaborado pela autora.

A explicação para este fenômeno está associado ao fato de que a FRELIMO, mesmo não tendo a obrigatoriedade legal para a adoção de cotas, sempre defendeu este dispositivo no recrutamento de seus quadros e sempre adotou algum tipo de cota partidária para abrigar mulheres no interior da legenda, diferentemente das outras legendas que nunca seguiram esta orientação.

Gráfico 5: Evolução da Representação Parlamentar Feminina por Partido de 1994, 1999, 2004 e 2014



Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR), 2019. Elaborada pela autora.

Devido a contribuição da FRELIMO na eleição de mulheres, Moçambique atualmente, destaca-se por dispor da 3ª posição na África Austral, com a taxa mais alta de representação parlamentar feminina da região, como demonstrado nas considerações anteriores.

Desta feita é notório que, mesmo não existindo uma política de cotas formal em Moçambique, o fato do sistema eleitoral guiar-se pelo princípio da representação proporcional com lista fechada, aliado a adoção de cotas informais pela FRELIMO, que tem tido uma política de alternância da presença feminina em em suas listas de candidatos e se constitui no partido que vem dominando a arena eleitoral e legislativa em Moçambique, tem se constituído como o principal mecanismo para a expressiva inclusão feminina no parlamento moçambicano.

Neste sentido, pode-se afirmar, com algum grau de confiabilidade, que as altas taxas de eleição de mulheres deve-se ao papel central exercido pela FRELIMO no processo eleitoral, derivado da sua política de adoção de cotas informais e sua dominância no processo político moçambicano.

4.7. Reeleição de Mulheres no Parlamento Moçambicano

Na ótica de Brito (2010), a eleição e/ou reeleição se constitui no mecanismo central de construção da representação política – é um processo complexo de concorrência entre os pretendentes ao exercício do cargo e um conjunto de regras que formam o sistema eleitoral. Assim sendo, a representação política segundo (BOURDIEU, 1989; BRITO, 2010), depende da forma como o poder político se constitui a partir do processo protagonizado pelos partidos políticos, que detêm a monopolização, a formulação e expressão de interesses sociais no campo político.

A literatura em torno de determinantes dos padrões de carreira política dos deputados (MANCUSO, et al, 2013), bem como, escolhas e reeleição política (BOTERO e RENNÓ, 2007), estão associados aos níveis de competitividade local assim como ao perfil de atuação parlamentar, do acúmulo de capital político e da fidelidade partidária.

Botero e Rennó (2007) ao fazer uma análise comparativa dos sistemas eleitorais, brasileiro e colombiano, apontam, que a possibilidade de reeleição apresenta relação com as regras eleitorais adotadas por cada país, pelas relações entre os poderes, principalmente entre o poder executivo e o poder legislativo e pela influência e aceitação dos partidos pela sociedade, além da produtividade legislativa dos candidatos.

Moçambique em particular, vive uma democracia bipartidária desde 1990 com a primeira Constituição democrática, sendo que o resultado das eleições obedecem ao sistema de representação proporcional com lista fechada e para a conversão dos votos em mandatos usa-se o sistema da média mais alta de d'Hondt.

Segundo essa regra é notório que embora os homens sempre tenham se constituído em maioria em todas as eleições analisadas, na composição agregada dos eleitos por número de mandatos, verificou-se que o padrão de reeleição quase não apresenta diferenças entre homens e mulheres em relação a esta questão. Nota-se pelos dados observados na tabela 9 que a grande maioria das mulheres que conseguiram mandato para a Assembleia da República estiveram nesta posição apenas 1 vez. Este indicador respondeu por 79,6% das mulheres que foram eleitas no período analisado, excluindo-se a eleição de 2009.

Por outro lado, a reeleição agregada de homens também não se mostrou muito diferente do verificado em relação às mulheres, o que indica que a baixa taxa de reeleição se deve muito mais a uma característica geral do sistema do que a vetos partidários ou institucionais à presença das mulheres no Parlamento Moçambicano.

É válido notar que independente do gênero são poucos os candidatos que conseguiram alcançar 4 mandatos, o que demonstra que a circulação de lideranças é bastante alta em Moçambique em contraposição e permanência de pessoas na composição das forças políticas no Parlamento Moçambicano.

Tabela 9: Número de Mandatos dos Deputados por Gênero de 1994 - 2014

REELEIÇÃO	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
4 Vezes	3	1,2	9	1,8	12	1,6
3 Vezes	12	4,6	22	4,3	34	4,4
2 Vezes	38	14,6	88	17,3	126	16,4
1 Vez	207	79,6	391	76,7	598	77,7
Total	260	100,0	510	100,0	770	100,0

Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR). Elaborado pela autora, 2019

Estas evidências demonstram que a realidade moçambicana chega de certa forma a ir contra as abordagens literárias, que demonstram que a reeleição dos deputados é uma situação comum nas democracias existentes no mundo e esta situação é benéfica, pois traz benefícios significativos para a qualidade dos trabalhos legislativos. A atividade parlamentar requer um aprendizado e um conjunto de atributos que só a experiência e a permanência no parlamento pode estabelecer. No caso de Moçambique a alternância de líderes pode se configurar numa

estratégia para não permitir a formação de uma classe política informada e com capacidade de contestação do sistema vigente, dominado por poucas forças políticas.

4.8. O Perfil Sociopolítico como Condicionador de Representatividade Parlamentar das Mulheres em Moçambique

Consoante algumas abordagens já discutidas no quadro teórico deste trabalho, autores (MUCINHATO, 2014; ARAÚJO e BORGES, 2013; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009), demonstram que a educação tem sido um dos principais requisitos para o ativismo político. Pois segundo eles, a educação proporciona conhecimentos e um maior interesse político, sendo assim, um dos fatores primordiais para definir a preferéncia das escolhas dos partidos políticos por parlamentares com nível educacional mais elevado, visto que o mesmo denota habilidades, capacidades e prestígio social.

A ideia que prevalece, especialmente nos estudos desenvolvidos para o caso do Congresso brasileiro é que o ensino ou o nível superior é uma variável que domina a casa parlamentar. Enfatizam porém (MUCINHOTO, 2014; SIMONI, MUCINHATO e MINGARDI, 2015; DUFLOTH, 2013), que destacam a elite brasileira composto por representantes com formação tidas como "tradicionais", sendo essas tidas como cursos educacionais que envolvem um grau de conhecimentos elevado, delas se destacam: direito, economia e engenharia. Na investigação dos autores até ao ano de 2010, a maioria dos parlamentares eleitos no Brasil detinha curso superior com uma ligeira vantagem para as mulheres que detinham um percentual acima de 70,1% das deputadas nesta situação contra 68,95% dos homens.

Em Moçambique a maior proporção de mulheres eleitas ao parlamento moçambicano apresentam apenas o ensino básico, vindo em segundo lugar as mulheres com ensino médio, o que contraria a hipótese que formulamos no início desta pesquisa. As mulheres que ocuparam assento no parlamento Moçambicano com ensino superior são minoritárias, não ultrapassando 12,3% no período analisado. É válido lembrar que a mesma situação acontece em relação aos eleitos do sexo masculino, que apesar de apresentarem um ligeira melhora nos indicadores de escolaridade em relação as mulheres, a maior proporção dos eleitos também estão na faixa do ensino básico e médio.

Neste sentido, a escolaridade parece não ser um empecilho nem se constitui num requisito fundamental para acesso ao parlamento moçambicano tanto para homens quanto para

as mulheres. Isto se deve ao fato de que as taxas de formação superior na população moçambicana é bastante reduzida, pois os investimentos na universalização do ensino não são uniformes e não atingem todas as províncias que compõe a geografia eleitoral do país.

A situação de Moçambique encontra abrigo em Jaguaribe (1992) que ao analisar a sociedade brasileira no período pós democratização evidencia que a formação da classe política segue determinações das condições existentes na própria sociedade. Assim, se determinado território apresenta, por exemplo, 80% de analfabetos, a mesma proporção se evidenciará na classe política.

Desta forma, os baixos índices de formação superior verificados na maioria das províncias moçambicanas parece se refletir na produção da classe política recrutada pelos partidos para compor o parlamento moçambicano.

Tabela 10: Proporção de Deputados na Assembleia da Republica de Moçambique de Acordo com o Nível de Escolaridade de 1994 - 2014

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ensino Básico	112	33,7	179	26,8	291	29
Ensino Médio	50	15,1	118	17,6	168	17
Ens. Med. Incompleto	15	4,5	34	5,1	49	5
Não Informado	99	29,8	173	25,9	272	27
Sem Escolaridade	8	2,4	30	4,5	38	4
Ens. Superior Completo	41	12,3	122	18,2	163	16
Ens. Superior Incompleto	7	2,1	13	1,9	20	2
Total	332	100	669	100	1001	100

Fonte: Assembleia da Republica (AR). Elaborado pela autora, 2019

4.9. O Ativismo Político e a Eleição de Mulheres ao Parlamento Moçambicano

Estudos sobre a elite política, particularmente sobre os seus perfis, argumentam que a experiencia profissional de determinado parlamentar é aspecto importante para a definição do seu perfil, pois permite conhecer as habilidades dos candidatos que poderão ser usados para o trabalho legislativo, assim como para indicar seus interesses, trajetórias, bem como o modo de atuação política (ARAÚJO e BORGES, 2013).

Em Moçambique, devido a desorganização dos arquivos sobre o currículo dos eleitos, não foi possível verificar a trajetória política anterior da maior parte dos eleitos, entretanto, com os dados disponíveis, verificou-se que uma significativa proporção de mulheres eleitas, mesmo com baixa escolaridade, apresentam algum tipo de envolvimento com movimentos e

associações populares e algumas apresentam elevada militância política no interior dos partidos (ocupam cargos públicos e/ou partidários), mesmo que o exercício deste ativismo esteja vinculado a serviços públicos na área de educação, segurança pública e programas de assistência social do governo.

Para o caso concreto do parlamento moçambicano verifica-se que o ativismo político-partidário é o fator mais abrangente nas mulheres do que nos homens. Isso deixa evidente que no período de tempo em análise, existiram mais mulheres recrutadas e/ou eleitas ao parlamento pelo vínculo direto com os partidos do que a mesma situação encontrada com os eleitos do sexo masculino.

A explicação para isso, está na posição estratégica ocupada pelo partido FRELIMO, que tem se situado como partido governante ao longo do período de redemocratização. Desta forma, a grande abertura oferecida pelo partido do governo para a participação feminina somado ao comando da máquina governamental, faz com que este partido tenha muitas candidatas que ocupam posição política seja no partido ou no governo, principalmente em relação ao exercício de atividades que estejam vinculadas as organizações governamentais e assistência social. Já em relação aos homens, o recrutamento político se estabelece em razão do prestígio social e do poder econômico que eles ocupam na esfera das sociedades locais.

Osório e Macuácuá (2002) já evidenciavam a enorme expansão da posição das mulheres em cargos executivos no interior do governo. Na pesquisa dos autores, encontraram um número significativo de mulheres com vínculo em cargos políticos-públicos ocupados, na categoria de ministras. As mulheres ministras até o ano 2000 somavam 12,5%, subindo para 28,6% em 2012 e em 2014 duplicando os números para cerca de 31%. Para os autores, isto se deve a adoção informal das cotas por parte do partido governista, que se constitui como uma porta de entrada das mulheres na atividade política e, no transcurso da carreira, servem como rota de passagem para cargos mais elevado nas esferas administrativas.

Em contrapartida verifica-se que os homens com maior acessibilidade ao poder legislativo são provenientes das demais funções públicas, assim como das funções e/ou cargos políticos-públicos exercidos e da categoria de ministros, somando desta forma 7,5 % para os primeiros e 7,8% para os segundos. Quanto a maior proporção de eleitos funcionários públicos, Perissinotto e Miríade (2009) argumentam que os funcionários públicos, pela intimidade com as questões do Estado, pela possibilidade de, em caso de derrota, terem a garantia de um

emprego fixo e, por fim, pelo tempo livre de que dispõem para se dedicar à atividade política, são, em geral, presença garantida nos parlamentos.

No entanto é notório que tanto para as mulheres quanto para os homens, ter desempenhado um cargo político, particularmente no executivo tem sido um elemento crucial para a eleição ao legislativo como apurado na tabela abaixo, onde de 1994 a 2014, cerca de 9,1% das deputadas foram ministras e 7,8 % dos deputados também exerceram a mesma função. Estas evidências nos remete aos estudos do Botero e Rennó (2007), que ao analisar a relação entre os poderes executivo e legislativo no Brasil e a influência dos partidos políticos, atestam que a busca por cargos no executivo são demandados pela maioria dos eleitos e isto afeta de forma significativa a eleição dos deputados.

No caso concreto de Moçambique onde o acesso ao cargos executivos é feito por nomeação do Presidente da República e não por concurso, é perfeitamente compreensível que o exercício do mandato representativo serve na maioria das vezes como um capital político para acesso as cargos mais valorizados na esfera administrativa.

Desta forma, o partido governista tem alimentado uma situação de ativismo político das mulheres como uma estratégia de acesso a cargos que possam auxiliar o partido governista em sua inserção nas províncias e nas comunidades locais, onde as mulheres possuem mais capacidade de enfrentamento das questões que afetam o cotidiano das comunidades.

Tabela 11: Relação do Ativismo Político Sob a Representação Feminina no Parlamento Moçambicano de 1994 - 2014

EXPERIENCIA	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Administrador distrital	0	0,0	3	0,4	3	0,3
Antigo combatente	1	0,3	0	0,0	1	0,1
Comissão política	0	0,0	4	0,6	4	0,4
Comité central dos Partidos (FRELIMO)	55	16,5	27	4,0	82	8,2
Comité prov. P. Frel.	0	0,0	5	0,7	5	0,5
Coronel	0	0,0	1	0,1	1	0,1
Delegado	0	0,0	11	1,6	11	1,1
Deputado	3	0,9	2	0,3	5	0,5
Funcionário Público.	17	5,1	50	7,5	67	6,7
General	0	0,0	3	0,4	3	0,3
Governador Provincial	0	0,0	7	1,0	7	0,7
Membro p. Ren.	0	0,0	3	0,4	3	0,3
Militar	0	0,0	2	0,3	2	0,2
Ministro	30	9,0	52	7,8	82	8,2
Ong	0	0,0	5	0,7	5	0,5
Organização da juventude	3	0,9	4	0,6	7	0,7
Organização da mulheres.	1	0,3	0	0,0	2	0,2
Outros	2	0,6	6	0,9	8	0,8
Presidente do município	1	0,3	0	0,0	1	0,1
Procurador	0	0,0	5	0,7	5	0,5
Professor	3	0,9	6	0,9	9	0,9
Secretário provincial	12	3,6	11	1,6	11	1,1
Secretario prov. P. Frel.	1	0,3	3	0,4	4	0,4
Secretario prov. P. Frel.	0	0,0	3	0,4	3	0,3
Vice ministro	0	0,0	1	0,1	1	0,1
Não informados	204	61,3	454	67,9	670	66,9
TOTAL	333	100,0	669	100,0	1002	100,0

Fonte: Assembleia da Republica (AR). Elaborado pela autora, 2019.

A literatura sobre o trabalho do Perissinotto e Miríade (2009), evidencia a experiencia política como a variável com maior presença e expressividade no grupo dos parlamentares, ou seja, o mais importante atributo para se aceder ao poder legislativo consiste em já ter sido político e/ou ocupado cargos políticos. Nesse contexto, a realidade de Moçambique acompanha a essas abordagens literárias quando evidencia na tabela 12 que cerca de 16,8% das mulheres eleitas no período analisado já vinham ocupando cargos político-partidários, e outras com 10,2% já tinham exercido cargos políticos-públicos na categoria.

Pois embora exista um défice muito grande em relação aos não informados, com valores de 64,9% para as mulheres e 67,9% para os homens, formando a maioria dos dados em relação

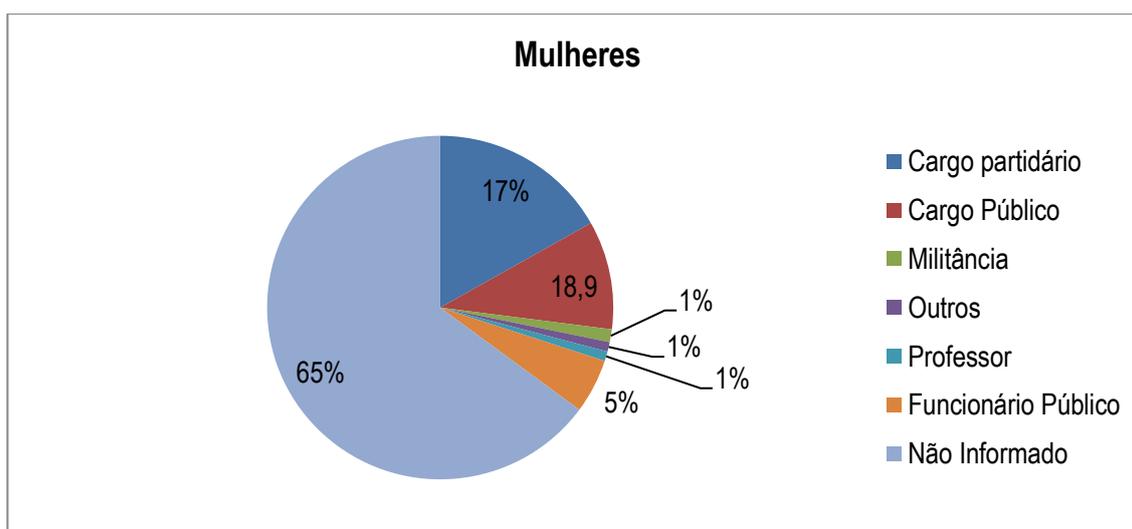
aos evidenciados, isso não distorce as evidências achadas pelo estudo, visto que no caso, o parlamento moçambicano detém de uma maioria dos ocupantes dos assentos parlamentares, os deputados do partido FRELIMO como mostrado na tabela 5, corroborado com a tabela 9 que evidencia que a maioria parlamentar feminina com 16,5% vêm da FRELIMO. Assim sendo, a FRELIMO detém da maioria parlamentar tanto no número de mulheres quanto dos homens. Isso evidencia o poder da experiência político-partidária para o acesso à Assembleia da República de Moçambique.

Tabela 12: Experiência Agregada por Gênero de 1994 - 2014

EXPERIENCIA AGREGADA	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Cargo partidário	56	16,8	45	6,7	101	10,1
Cargo público	63	18,9	96	14,3	130	13
Militância	4	1,2	5	0,7	9	0,9
Outros	3	0,9	13	1,9	16	1,6
Professore	3	0,9	6	0,9	9	0,9
Não informados	204	61,3	454	67,9	670	66,9
TOTAL GERAL	333	100,0	669	100,0	1002	100,0

Fonte: Assembleia da Republica de Moçambique (AR). Elaboração da autora, 2019.

Gráfico 6: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano de Acordo com a Experiência Agregada de 1994 - 2014



Fonte: Assembleia da Republica de Moçambique (AR). Elaboração da autora, 2019

4.10. Faixa Etária e Estado Civil das Mulheres que se Elegem ao Parlamento em Moçambique

Pesquisas mostram que ter mais de 40 anos e ser homem não são variáveis que afetam significativamente as chances de obter resultados positivos de eleição (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Para o caso Brasileiro os eleitos entre 30 a 40 anos também foram bem expressivos nas eleições para Deputado Federal em 2006.

Para Borges e Araújo (2013) mostram que houveram mais mulheres jovens na faixa etária dos 18 aos 39 anos, eleitas nas eleições de 2010, contrariamente aos homens, que houve um dobro de homens acima de 60 anos.

Enquanto para Araújo e Alves (2007), salientam que para o caso das mulheres, as chances de eleição diminuem nas faixas etárias abaixo dos 35 anos e aumentam depois disso, Dufloth (2013) assevera que a idade pode se constituir como um componente importante para o processo eleitoral, pois estabelece algumas condições vinculadas a experiência de vida do Deputado que passa a ser algo determinante na sua escolha tanto pela sociedade como pelos partidos.

Para a realidade moçambicana observa-se de acordo com a tabela 13, que a idade efetivamente exerce influência no processo eleitoral. A maior proporção de mulheres eleitas, cerca de 41,4% estavam na faixa etária entre 41 a 50 anos, vindo logo a seguir a faixa etária entre 31 a 40 anos com 32,4%. As mulheres muito jovens, na faixa etária entre 21 a 30 anos são minoritárias, assim como as mulheres consideradas idosas, com mais de 60 anos também não são recrutadas com muita frequência para ocupar cargos eletivos.

É válido evidenciar que o perfil de idade é muito parecido na comparação entre os gênero, o que evidencia que a idade não se constitui como um indicador de diferenciação no recrutamento e eleição dos eleitos para a composição do parlamento moçambicano.

Tabela 13: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano de Acordo com a Faixa Etária de 1994 - 2014

Faixa Etária	Mulheres		Homens		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
21 a 30 Anos	15	6,8	24	4,6	39	5,3
31 a 40 Anos	72	32,4	151	29,2	223	30,2
41 a 50 Anos	92	41,4	200	38,7	292	39,5
51 a 60 Anos	34	15,3	112	21,7	146	19,8
Mais de 60 anos	9	4,1	29	5,6	38	5,1
Sem informacao	0	0	1	0,2	1	0,1
Total	222	100	517	100	739	100

Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR). Elaborado pela autora, 2019.

Em relação ao Estado Civil Borges e Araújo (2013), mostram que no caso brasileiro, a distribuição percentual entre casados e solteiros é equilibrada entre ambos os sexos, mas entre as mulheres há mais solteiras do que casadas. Entretanto, autores (ARAÚJO e ALVES, 2007; ALVES e ARAÚJO, 2009), como já mencionados no quadro teórico do trabalho, enfatizam que o casamento e os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres na família têm impactado sobre a vida das mulheres na esfera pública e política. Ser casada, ter filhos e/ou ter atribuição dos “ cuidados familiares” tem significado historicamente em termos de maior ou menor autonomia.

Olhando para a tabela abaixo observa-se que para o caso moçambicano ser casado/a tem sido um atributo importante de eleição. Constatou-se que 47,1 % das mulheres que se elegem a deputadas da Assembleia da República de Moçambique são casadas, formando assim, a maioria proporcional em relação as solteiras com 35,8%, seguida das divorciadas com 10,5% e em último lugar se encontram as viúvas com 6,6 % dos assentos ocupados.

Para os homens o cenário se repete, pois os casados compõem a maior proporção, compondo 67,4% contra 27,7% para solteiros, 6,6% para os divorciados e 1,7% divorciados. Fato curioso a destacar é que a quantidade de viúvos tanto para mulheres quanto para os homens é a mesma, 6,6 % para ambos sexos. De forma contrária existem mais mulheres divorciadas do que homens, sendo 10,5% para o primeiro contra apenas 1,7 dos homens.

Tabela 14: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano de Acordo com o Estado Civil de 1994 - 2014

ESTADO CIVIL	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
CASADO (A)	121	47,1	358	67,4	479	61
SOLTEIRO (A)	92	35,8	147	27,7	239	30
VIÚVO (A)	17	6,6	17	6,6	34	4
DIVORCIADO (A)	27	10,5	9	1,7	36	5
TOTAL	257	100	531	100	788	100

Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR). Elaborado pela autora, 2019.

4.11. Parlamentares Eleitos Segundo Profissão

Estudos já mencionados no corpo teórico do trabalho, como o de Perissinotto e Miríade (2009), apontam que dentre os grupos representados no parlamento brasileiro estão os advogados e os empresários. Os mesmos acrescentam que a nível mundial, os Advogados, os Médicos, os engenheiros e os próprios políticos, são os que marcam a maior presença parlamentar. Porém, no que concerne aos engenheiros, (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009 apud SANTOS, 2003), referem que a maior presença desses profissionais na elite política brasileira vem ocorrendo desde o golpe de 1964, quando o recrutamento político foi influenciado pelo viés tecnocrático dos governos militares e até as eleições de 2006 sugerem que esse processo não foi revertido.

Por outro lado Simoni, Mucinhatto e Mingardi (2015), expõem que dentre as ocupações listadas pelos deputados brasileiros encontram-se na sua maioria os Professores, Advogados e Servidores públicos como as mais predominantes na classe elitista.

Para o caso de Moçambique pode-se observar uma maior presença de parlamentares provenientes da função pública e/ou funcionários públicos, somando um valor total de 39,6% como mostra a tabela 15, bem como os professores que se colocam como a segunda maior proporção, com um total de 26,1%.

Olhando particularmente para o caso das mulheres, constata-se a mesma evidência, 27,5% das mulheres profissionalmente são professoras, perdendo apenas para as funcionárias públicas que somam a a sua maior proporção parlamentar com 52,7%. O que curiosamente a mesmas profissões também representam os aspetos significativos dos perfis masculinos, onde 34% dos parlamentares homens são Funcionários públicos e 25,5% para professores.

Tabela 15: Número de Parlamentares por Profissão Agregadas e Gênero de 1994 - 2014

PROFISSÃO	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Magistério	5	2,3	16	3,1	21	2,8
Economista	3	1,3	15	2,9	18	2,4
Professor	61	27,5	132	25,5	193	26,1
Político	5	2,3	1	0,2	6	0,8
Teólogo	0	0	31	6	31	4,2
Militar	1	0,5	23	4,4	24	3,2
Comunicação	8	3,6	13	2,5	21	2,8
Contabilidade	10	4,5	15	2,9	25	3,4
Ciências Humanas	4	1,8	6	1,2	10	1,4
Profissões Tradicionais	1	0,5	20	3,9	21	2,8
Empresários	7	3,1	69	13,3	76	10,3
Funcionários Públicos	117	52,7	176	34	293	39,6
Total	222	100	517	100	739	100

Fonte: Assembleia da República de Moçambique (AR), 2019. Elaborado pela autora.

4.12. Perfil das Mulheres Segundo Características socioeconômicas e Políticas das Províncias em Moçambique

Esta unidade procurou estabelecer correlações entre determinados padrões de desenvolvimento econômico das províncias existentes em Moçambique e a eleição de mulheres. Procurou-se perceber se existe relação entre o grau de desenvolvimento socioeconômico existente entre as diversas províncias que compõem o território moçambicano e a participação de mulheres em cargos de poder. Partiu-se da hipótese já indicada na literatura que quanto maior o grau de desenvolvimento econômico presente em determinado território, melhores são as condições para o empoderamento feminino.

Para testar esta hipótese, utilizou-se o modelo de correlação linear de Pearson (r) que permite verificar a existência de relação entre duas variáveis de grandezas distintas. Através da associação linear entre duas variáveis é possível perceber a existência de que forma duas variáveis se relacionam.

O coeficiente de correlação de Pearson é normalmente representado pela letra r e a sua fórmula de cálculo é:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Onde:

r = Número de casos (provinciais)

X = 1ª variável (refere-se as variáveis independentes (IDH, PIB percapita, Renda, etc.)

Y = 2ª variável (refere-se a variável dependente (mulheres eleitas por província).

O valor de r está sempre entre -1 e $+1$; com $r = 0$ o modelo indica que as variáveis não se correlacionam. Usamos o termo correlação positiva quando $r > 0$, e nesse caso à medida que cresce X o mesmo acontece com Y , e correlação negativa quando $r < 0$, e nesse caso à medida que X cresce Y decresce. Quanto maior o valor de r , tanto positivo quanto negativo, mais forte a associação. O coeficiente r varia entre -1 e $+1$, portanto, a correlação pode ser estabelecida a partir das seguintes situações analíticas:

Quadro 1: Indicadores de Correlação de Pearson

Correlação	Intervalo
Negativa perfeita	- 0,90 a - 1,00
Negativa forte	- 0,70 a - 0,89
Negativa moderada	- 0,40 a - 0,69
Negativa fraca	- 0,01 a - 0,39
Ausência	0,00
Positiva fraca	0,01 a 0,39
Positiva moderada	0,40 a 0,69
Positiva forte	0,70 a 0,89
Positiva perfeita	0,90 a 1,00

Fonte: Bussab e Morettin (2003)

Na pesquisa utilizamos as seguintes variáveis independentes para estabelecer a correlação entre eleição de mulheres e indicadores de desenvolvimento.

1) Índice de Desenvolvimento Humano - para avaliar se níveis mais elevados de desenvolvimento socioeconômico implica no aumento na eleição de mulheres nas províncias. Neste caso utilizou-se o IDH do ano de 2010.

2) Escolaridade agregada – para identificar se níveis mais elevados de escolaridade impacta positivamente na eleição de mulheres nas províncias. Este indicador também foi definido a partir da desagregação do fator escolaridade que compõem o IDH.

3) PIB – para verificar a existência de correlação entre renda e eleição de mulheres. O PIB foi extraído do site do Ministério da Economia de Moçambique

4) Percentual de mulheres na população - para verificar se quanto maior a presença feminina na população maior a eleição de mulheres nas províncias. Extraído do site do governo de Moçambique.

5) Magnitude dos Distritos – para avaliar se o número de vagas em disputa interfere na proporção de mulheres eleitas em cada província. Utilizou-se a magnitude da eleição de 2014.

Tabela 16: Proporção de Mulheres no Parlamento Moçambicano Segundo o IDH e PIB por Província

Variáveis	R de Pearson	Classificação em Relação ao Género
IDH	0,005	Correlação Positiva fraca
Escolaridade Agregada	0,042	Correlação Positiva moderada
PIB	0,021	Correlação Positiva fraca
Percentual de mulheres na população	0,029	Correlação Positiva fraca
Magnitude dos distritos	0,013	Correlação Positiva fraca

Fonte: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Elaborado pela autora

Dos cinco indicadores testados, todos estabeleceram uma correlação positiva com a eleição de mulheres: IDH, Escolaridade agregada, PIB, percentual de mulheres na população e magnitude dos distritos. Entretanto, com exceção da escolaridade, que apareceu numa situação de correlação positiva moderada, o padrão de correlação em todas as outras variáveis se mostraram fracas, indicando que estas variáveis não apresentam força suficiente para influenciar na eleição de mulheres para o parlamento Moçambicano, contrariando desta forma diversas pesquisas que enfatizam a relevância do desenvolvimento dos países como variável relevante para a maior representação política das mulheres (ARAÚJO e ALVES, 2007; MATLAND, 1998; NORRIS, 1985), pois segundo eles, as desigualdades socioeconômicas impactam na representação parlamentar das mulheres visto que nos países mais desenvolvidos as mulheres ficam mais integradas em todas esferas da vida pública, desde o acesso à educação, profissionalização etc que são processos que acompanham o desenvolvimento e aumentam

consequentemente os recursos e os capitais sociais das mulheres e diminui as barreiras à atividade política. Outro fator não menos importante referido na literatura citada tem a ver com o nível de Democratização e Modernização (NORRIS e INGLEHART, 2003), que porem também estaria distante da realidade moçambicana.

Estas evidências demonstram que estudos adicionais ainda precisam ser realizados para entender a influência de variáveis institucionais, socioeconômicas e demográficas na eleição de mulheres, pois Moçambique se constitui como um dos países que mais avançaram na eleição de mulheres nas últimas décadas, ocupando a 19 posição nos indicadores de eleição de mulheres para o parlamento do mundo, mas os estudos nesta área ainda são incipientes e com poucos avanços em relação ao potencial de análise que esta área ainda requer.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa foi construída a partir de nossa inquietação em investigar sobre a existência de algum perfil sociopolítico que poderiam impactar na eleição de mulheres para o parlamento moçambicano. Além disso, tendo em vista que Moçambique se constituiu como um país que comporta nove províncias, e devido as províncias apresentarem indicadores de desenvolvimento diferenciados, o estudo ampliou esta problematização procurando verificar se determinadas características socioeconômicas existentes nas províncias também impactavam na eleição das mulheres para o exercício da atividade parlamentar.

Para responder ao problema proposto a pesquisa estabeleceu cinco hipóteses preferenciais:

1) A primeira hipótese partiu de uma variável política e procurou evidenciar que as mulheres apresentam baixa taxa de reeleição em relação aos homens,

2) A segunda hipótese partiu de uma variável educacional e informa que a maior proporção de mulheres eleitas ao parlamento moçambicano apresentam formação superior,

3) A terceira hipótese procurou testar a origem política das mulheres e partiu da constatação que as mulheres eleitas para a Assembleia da República são provenientes dos movimentos populares e apresentam elevada militância política no interior dos partidos políticos (ocuparam cargos públicos e/ou partidários),

4) A quarta hipótese procurou identificar que as mulheres eleitas ao parlamento moçambicano possuem idade acima de 40 anos, são casadas e trabalham,

5) Por fim, a quinta hipótese partiu da premissa que as províncias com maiores padrões de desenvolvimento econômico (medido pelo IDH e PIB) elegem as maiores proporções de mulheres para a Assembleia da República.

No processo de teste das hipóteses a pesquisa utilizou-se de quatro eleições realizadas em 1994; 1999; 2004; e 2014. Na tabulação e organização do banco de dados, não foi possível conseguir dados confiáveis relativos a eleição de 2009, razão pela qual esta eleição foi excluída do processo de avaliação.

No tratamento dos dados, a partir da desagregação das variáveis selecionadas, realizou-se uma comparação entre homens e mulheres que possibilitou evidenciar a existência de diferenças entre os gêneros em relação aos componentes que compõe a elite parlamentar de Moçambique.

Neste sentido as conclusões da pesquisa, de acordo com as hipóteses previamente levantadas são as seguintes:

1) A hipótese que sustentava que as mulheres apresentam baixa taxa de reeleição em relação aos homens não se confirmou com base nos dados, pois tanto homens quanto mulheres apresentam taxas de reeleição bastante próximas, com apenas um mandato. Isto indica que o que indica que a baixa taxa de reeleição se deve muito mais a uma característica geral do sistema do que a vetos partidários ou institucionais à presença das mulheres no Parlamento Moçambicano.

2) A segunda hipótese procurou medir se as mulheres eleitas ao parlamento moçambicano tinham expertise educacional ou apresentavam alguma formação superior. No tratamento dos dados esta hipótese também não foi confirmada, pois as mulheres nesta condição somavam apenas 12,3% do total de eleitas pesquisadas. A maior proporção de mulheres eleitas apresentavam apenas o ensino básico, vindo em segundo lugar as mulheres com ensino médio. A explicação para isso, está nos baixos índices de formação superior a que a maioria das províncias estão submetidas, o que dificulta o recrutamento de mulheres com formação superior por parte dos partidos políticos. É válido lembrar que a mesma situação também foi verificada em relação aos eleitos do sexo masculino.

3) A terceira procurou verificar se o ativismo político das mulheres no interior dos partidos ou dos movimentos populares, se constituía como um atributo importante para a sua participação na atividade política. O teste desta hipótese foi de certa forma comprometida, devido a precariedade de informações constante no currículo das deputadas disponíveis nos sites oficiais da Assembléia da República. Entretanto, as informações disponíveis, de fato, evidenciaram uma certa relação entre carreira política e ativismo político. Isto se dá por um instrumento institucional informal derivado da decisão do partido majoritário de abrir espaço para as mulheres em suas listas de candidatos. O partido governista, que domina o executivo do país desde a redemocratização, tem permitido o ingresso de mulheres através do partido do governo para a atividade política. Neste caso, como o acesso ao cargos executivos é feito por

nomeação do Presidente da República e não por concurso, as mulheres precisam estar dentro da estrutura partidária como forma de acesso aos cargos públicos mais valorizados na esfera administrativa.

4) A quarta hipótese procurou sustentação nos estudos que indicam que as mulheres que se lançam na atividade política, são pessoas comuns que possuem idade acima de 40 anos, são casadas e trabalham. De fato, os dados indicaram que uma certa experiência de vida se constitui como um atributo para acesso aos cargos eletivos. A maior proporção de mulheres eleitas, estavam na faixa etária entre 31 a 50 anos, que responderam conjuntamente por 73,8% dos casos analisados. Por outro lado, as mulheres muito jovens, assim como as mulheres consideradas idosas, são minoritárias no acesso a cargos eletivos.

5) A quinta hipótese partiu da premissa que quanto maior o grau de desenvolvimento socioeconômico das províncias, mais favorável era o ambiente para a eleição de mulheres. Na análise dos dados, a partir da utilização de um modelo de correlação de variáveis, esta hipótese se mostrou insuficiente para evidenciar a relação entre desenvolvimento econômico e eleição de mulheres. Em todos os indicadores testados, com exceção da escolaridade, a associação entre eleição de mulheres e desenvolvimento se estabeleceu numa condição fraca, o que indica que padrões de desenvolvimento não estão relacionados de forma muito intensa com a eleição de mulheres.

De qualquer forma, esperamos que esta pesquisa, consiga de alguma forma, chamar atenção para a eleição de mulheres e consiga abrir janelas de oportunidade para estudos posteriores, que possam elucidar novas questões sobre o tema, já que o empoderamento feminino tem sido considerado como condição fundamental, tanto para o aperfeiçoamento da democracia, quanto, para reduzir a desigualdade a que as mulheres estão submetidas nos processos decisórios de diversos países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J; ARAUJO, C. A Política de Cotas no Brasil: o sistema eleitoral e a sub-representação feminina, 2009.

AMADIUME, Ifí. African Women: Voicing Feminisms and Democratic Futures. *Macalester International*: Vol. 10, Article 9. 2001.

ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gêneros: Mediações nas rotas de Ingresso das mulheres na representação Política. Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, nº 24, Junho de 2005.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo - um estudo comparado entre Brasil e Argentina. Florianópolis, 2010.

ARAUJO, C; ALVES, J. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: Analisando o 'gênero' das candidaturas em 2010. In: *Revista de sociologia e política* V. 21, Nº 46: 69-91 jun. 2013

BESTER, Gisela Maria. *Direitos políticos das mulheres brasileiras*. 1996.

_____. A LUTA, SURFRAGISTA FEMININA E A CONQUISTA DO VOTO PELAS MULHERES BRASILEIRAS: ASPETOS HISTORICOS DE UMA CAMINHADA. Brasil, 2016.

BOURDIEU, P. "A Representação Política. Elementos para uma Teoria do Campo Político". In: P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*. Difel, p. 163-207, Lisboa, 1989.

BOTERO, Felipe; RENNÓ, Lucio R. Career Choice and Legislative Reelection. Evidence from Brazil and Colombia. *Associação Brasileira de Ciência Política, Brazilian Political Science Review*, vol. 1, núm. 1, São Paulo, Brasil, p. 102-124, 2007

BRAGA, M. do S. S; VEIGA, L. F; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.24, n.70, p.123-142, jun. 2009.

BRITO, Luís. *O Sistema Eleitoral: uma dimensão crítica da Representação Política em Moçambique*. 2010

CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*. Tese de Mestrado na Universidade de Coimbra, 1999.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Sao Paulo, nVersos Editora, 2015.

CUNHA, Teresa. *As memórias das guerras e as guerras de memórias: Mulheres, Moçambique e Timor Leste*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2012.

CHADYA, Joyce M. Mother Politics: Anti-colonial Nationalism and the Woman Question in Africa. *Journal of Women's History*, Volume 15, 2003, p. 153-157.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy. *Journal of Democracy*, Volume 15. 2004.

DUFLOTH, Simone Cristina (Coord.). Análise do Perfil dos Representantes Eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2013.

GUJAMO, Rufino Carlos. A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004. ISCTE, Lisboa, 2016.

google.com/search. Disponível em: "<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-africa/>". Acesso em: 20 Jun. 2019.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *LUA NOVA* N° 58, 2003.

"<https://data.ipu.org/women-ranking?month=7&year=2019>"

"https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Acurrent_women_percent®ion=sub_saharan_africa&subregion=southern_africa&structure=any__lower_chamber#map"

HOBBS, Thomas. *Leviatã Ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2007.

HORTA, C. et all. O Perfil dos representantes eleitos para as assembleias legislativas no Brasil. 2013

HUGHES, Melenia M; TRIPP, Aili M. Civil War and Trajectories of Change in Women's Political Representation in Africa, 1985–2010. 2015.

JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade, estado e partidos, na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KARBERG, Sindy. *Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique*. CIEDIMA, FES, 2015.

KING, Gary; KEOHANE Robert; VERBA Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press. New Jersey, 1994.

KUNZLER, Maria Laci. *Participação das mulheres na política representativa: Representação política; histórico cultural; direitos da mulher*. UNIOESTE, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Maria_Laci_Kunzler_29.pdf.

"<https://landportal.org/pt/library/resources/mapa-de-mo%C3%A7ambique>". Acesso em: 20 de Jun. 2019.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia desenho e padrões de governo em 36 países*. 2ª Edição, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

MACAMO, Inácio, J. Quem são os deputados moçambicanos: uma pesquisa sobre o perfil dos deputados da Assembleia da República de Moçambique (1994, 1999, 2004 e 2014). Dissertação (Mestrado), PPGCP, IFCH, UFPA, Belém, 2018.

MATOS, M. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010? 2009. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>

MATLAND, R. E. Women's Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries. *Legislative Studies Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 109, fev. 1998.

_____. Estrategias para ampliar la participación femenina en el Parlamento. El proceso de selección de candidatas legislativos y los sistemas electorales, IDEA, 2002.

MEINTJES, Sheila. THE WOMEN'S STRUGGLE FOR EQUALITY DURING SOUTH AFRICA'S TRANSITIONS TO DEMOCRACY. 1996.

MIGUEL, Luís Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 2006.

MUCINHATO, Rafael. Quem são os deputados Brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

MOÇAMBIQUE. [Constituição (2004)]. *Constituição da República de Moçambique*. Imprensa Nacional de Moçambique, E.P, Maputo, 2011.

MUIANGA, Delton; et all. QUAL É O ESPAÇO POLÍTICO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE? ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DA MULHER EM MOÇAMBIQUE. IMD, 2018.

NEIVA, Pedro e IZUMI, Maurício. Perfil Profissional e Distribuição Regional dos Senadores Brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2013.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

NORRIS, Pippa e LOVENDUSKI, Joni. *Political representation and recruitment: gender, race and class in the British Parliament*. University of Cambridge, 1995.

NORRIS, P. The gender gap in Britain and America. *Parliamentary Affairs*, v. 38, n. 2, p. 192–201, 1 mar. 1985.

_____. *Passages to power Legislative recruitment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

NORRIS, Pippa. INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

NUVUNGA, Adriano. *Experiencias com Partidos Políticos em Novas Democracias: O'deixa andar no quadro institucional em Moçambique*. 2007

OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto. Participação política de mulheres e homens em contexto eleitoral. WLSA MOÇAMBIQUE, Maputo, 2015.

OSORIO, Conceição. Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. Outras Vozes, 2007.

_____. Subvertendo o poder político? Análise de Género das eleições legislativas em Moçambique, 2004. WLSA Moçambique, Maputo, 2005.

_____. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Cap. II. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

PANKHURST, Donna. Women and Politics in Africa: the Case of Uganda. Department of Peace Studies, University of Bradford. 2003

PATEMAN, Carole. (1988), The sexual contract. Stanford, Stanford University Press. 2007

PERISSINOTO, Renato e MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº2, 2009.

RODRIGUES, Leôncio. Partidos, Ideologia e Composição Social. São Paulo: Edusp, 2002

SADIE, Yolanda. Women in political decision-making in the SADC region. Agenda, 19:65, 17-31, 2005.

SANTANA, Jacimara Sousa. MULHER E NOTÍCIAS: OS DISCURSOS SOBRE AS MULHERES DE MOÇAMBIQUE NA REVISTA TEMPO (1975-1985). Salvador, 2006.

SANTOS, Boaventura, S. Pela mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade. Edições Afrontamento, Porto, 1994.

_____. Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade. 7ª edição, Porto, 1999.

SANTOS, Luiza Chaves. Sufrágio Feminino e Democracia no Brasil. Monografia de final de curso. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

SANTOS, André Marenco. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre, tese de doutorado, UFRGS. 2000.

SILVA, Pedro e LAPA, Priscila. Lugar de Mulher é no Parlamento. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, São Paulo, 2014.

SILVA, Bruno e SILVA, Bruna. Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba (2012), 2015.

SIMONI, S., MUCINHATO, R & MINGARDI, L. O perfil biográfico do alto clero da Câmara dos Deputados no Brasil (1995-2010). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TAVARES, José António Giusti. Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas. Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINÉ, Alain. O que é a Democracia? Inst. Piaget. Lisboa, 1996.

TRIPP, Aili M. Women and Democracy: The New Political Activism in Africa. Journal of Democracy, Volume 12, p. 141-155, 2001

VALLADARES, María. Eleições, Cotas e Género: uma avaliação do Perfil Sociopolítico das Deputadas eleitas no Brasil e México. Dissertação de Mestrado, PPGCP, IFCH, UFPA, Belém, 2017.

VIDAL, Sara. A Participação Políticas das Mulheres – em Mocambique e na Tanzania: um estudo comparado. ISCTEC, Lisboa, 2017.

ANEXOS

193,0	0,371	Gaza				6	8,3	13	7,3									
236,0	0.298	Nampula								24	28,9	26	15,9					
245,0	0.324	Tete								7	8,4	6	3,7					
249,0	0.377	Inhambane				4	5,6	10	5,6									
288,0	0.403	Niassa												5	5,7	9	5,6	
296,0	0.423	Manica												7	8	9	5,6	
299,0	0.313	Sofala	2	3,1	19	10,6												
306,0	0.402	Inhambane								7	8,4	9	5,5					
340,0	0.338	Sofala				1	1,4	20	11,2									
350,0	0.373	Cabo Delgado												9	10,3	13	8,1	
379,0	0.338	Sofala								5	6	17	10,4					
435,0	0.424	Nampula												18	20,7	29	18,1	
461,0	0.430	Tete												6	6,9	16	10	
472,0	0.440	Gaza												7	8	7	4,4	
682,0	0.480	Maputo Província	5	7,6	6	3,4												
723,0	0.505	Inhambane												4	4,6	10	6,3	
753,0	0.467	Sofala												6	6,9	15	9,4	
774,0	0.568	Maputo Cidade	7	10,8	14	7,8												
828,0	0.504	Maputo Província					2	2,8	2	1,1								
844,0	0.604	Maputo Cidade								5	6	15	9,1					
872,0	0.589	Maputo Cidade					7	9,7	20	11,2								
1048,0	0.551	Maputo Província								1	1,2	8	4,9					
1486,0	0.598	Maputo província												6	6,9	11	6,9	
2074,0	0.669	Maputo Cidade												5	5,7	11	6,9	
Total Geral			65	100,0	179	100,0	72	100,0	178	100,0	83	100,0	164	100,0	87	100,0	160	100,0

Anexo 2: MAPA-MUNDO: Clasificación Mundial dos Parlamentos vs. Situación das Mulheres

Mujeres en los parlamentos

Los países están clasificados y coloreados con arreglo al porcentaje de mujeres en parlamentos unicamerales o en la cámara baja del parlamento. Situación resultante de elecciones o nombramientos al 1° de enero de 2017.

Ranking	País	Cámara baja % Mujeres	Cámara alta o Senado % Mujeres	50 a 65%
1	Rwanda	61,3	49 / 80	38,5 10 / 26
2	Bolivia (Estado Plurinacional de)	53,1	69 / 130	47,2 17 / 36
3	Cuba	48,9	299 / 612	— / —
4	Islandia	47,6	30 / 63	— / —
5	Nicaragua	45,7	42 / 92	— / —
6	Suecia	43,6	152 / 349	— / —
7	Senegal	42,7	64 / 150	— / —
8	México	42,6	213 / 500	36,7 47 / 128
9	Finlandia	42,0	84 / 200	— / —
10	Sudáfrica ⁽¹⁾	42,0	167 / 398	35,2 19 / 54
11	Ecuador	41,6	57 / 137	— / —
12	Namibia	41,3	43 / 104	23,8 10 / 42
13	Mozambique	39,6	99 / 250	— / —
14	Noruega	39,6	67 / 169	— / —
15	España	39,1	137 / 350	38,0 101 / 266
16	Argentina	38,9	100 / 257	41,7 30 / 72
17	Etiopía	38,8	212 / 547	32,0 49 / 153
18	Timor-Leste	38,5	25 / 65	— / —
19	Angola	38,2	64 / 220	— / —
20	Bélgica	38,0	57 / 150	50,0 30 / 60
21	Países Bajos	38,0	57 / 150	34,7 26 / 75
22	Dinamarca	37,4	67 / 179	— / —
23	Alemania	37,0	233 / 630	39,1 27 / 69
24	Eslovenia	36,7	33 / 90	7,5 3 / 40
25	Burundi	36,4	44 / 121	41,9 18 / 43
26	República Unida de Tanzania	36,4	143 / 393	— / —
27	Costa Rica	35,1	20 / 57	— / —
28	Portugal	34,8	80 / 230	— / —
29	Belarus	34,5	38 / 110	30,4 17 / 56
30	Serbia	34,4	86 / 250	— / —
31	Uganda	34,3	154 / 449	— / —
32	Nueva Zelanda	34,2	41 / 120	— / —
33	Granada	33,3	5 / 15	15,4 2 / 13
34	Zimbabue	32,6	88 / 270	47,5 38 / 80
35	Suiza	32,5	65 / 200	15,2 7 / 46
36	Andorra	32,1	9 / 28	— / —
37	El Salvador	32,1	27 / 84	— / —
38	Guyana	31,9	22 / 69	— / —
39	ex Rep. Yugoslava de Macedonia	31,7	38 / 120	— / —
40	Argelia	31,6	146 / 462	7,0 10 / 143
41	Túnez	31,3	58 / 180	— / —
42	Camerún	31,1	56 / 180	20,0 20 / 100
43	Italia	31,0	195 / 630	28,4 91 / 320
44	Trinidad y Tabago	31,0	13 / 42	29,0 9 / 31
45	Austria	30,6	56 / 183	31,1 19 / 61
46	Sudán	30,5	130 / 426	35,2 19 / 54
47	Reino Unido	30,0	195 / 650	25,8 209 / 809
48	Nepal	29,6	176 / 595	— / —
49	Filipinas	29,5	86 / 292	25,0 6 / 24
50	Australia	28,7	43 / 150	40,8 31 / 76
51	Sudán del Sur	28,5	109 / 383	12,0 6 / 50
52	Luxemburgo	28,4	17 / 60	— / —
53	Polonia	28,0	129 / 460	14,0 14 / 100
54	Afganistán	27,7	69 / 249	30,9 21 / 68
55	Perú	27,7	36 / 130	— / —
56	Israel	27,5	33 / 120	— / —
57	Rep. Democrática Popular Lao	27,5	41 / 149	— / —
58	Kazajistán	27,1	29 / 107	6,4 3 / 47
59	República Dominicana	26,8	51 / 190	9,4 3 / 32
60	Estonia	26,7	27 / 101	— / —
61	Vietnam	26,7	132 / 494	— / —
62	Canadá	26,3	88 / 335	43,0 43 / 100
63	Francia	25,8	149 / 577	27,3 95 / 348
64	Honduras	25,8	33 / 129	— / —
65	Turkmenistán	25,8	32 / 124	— / —
66	Suriname	25,5	13 / 51	— / —
67	Iraq	25,3	83 / 328	— / —
68	Mauritania	25,2	37 / 147	14,3 8 / 66
69	Dominica	25,0	8 / 32	— / —
70	Lesoto	25,0	30 / 120	24,2 8 / 33
71	Somalia	24,2	64 / 264	22,6 12 / 53
72	Guinea Ecuatorial	24,0	24 / 100	15,7 11 / 70
73	Singapur	23,8	24 / 101	— / —
74	China	23,7	699 / 2949	— / —
75	Cabo Verde	23,6	17 / 72	— / —
76	Montenegro	23,5	19 / 81	— / —
77	San Marino	23,3	14 / 60	— / —
78	Albania	22,9	32 / 140	— / —
79	República de Moldova	22,8	23 / 101	— / —
80	Irlanda	22,2	35 / 158	30,0 18 / 60
81	Venezuela (Rep. Bolivariana de)	22,2	37 / 167	— / —
82	Eritrea	22,0	33 / 150	— / —
83	Guinea	21,9	25 / 114	— / —
84	Bosnia y Herzegovina	21,4	9 / 42	13,3 2 / 15
85	Lituania	21,3	30 / 141	— / —
86	Seychelles	21,2	7 / 33	— / —
87	México	20,8	5 / 24	— / —
88	Rumania	20,7	68 / 329	14,7 20 / 136
89	Pakistán	20,6	70 / 340	18,3 19 / 104
90	Marruecos	20,5	81 / 395	11,7 14 / 120
91	Bangladesh	20,3	71 / 350	— / —
92	Camboya	20,3	25 / 123	14,8 9 / 61
93	Uruguay	20,2	20 / 99	29,0 9 / 31
94	Chequia	20,0	40 / 200	18,8 15 / 80
95	Emiratos Árabes Unidos	20,0	8 / 40	— / —
96	Eslovaquia	20,0	30 / 150	— / —

97	Arabia Saudita	19,9	30 / 151	— / —
98	Croacia	19,9	30 / 151	— / —
99	Indonesia	19,8	111 / 560	— / —
100	Kenya	19,4	68 / 350	26,5 18 / 68
101	Bulgaria	19,2	46 / 240	— / —
102	Kirguistán	19,2	23 / 120	— / —
103	Madagascar	19,2	29 / 151	20,6 13 / 63
104	Estados Unidos de América ⁽²⁾	19,1	83 / 435	21,0 21 / 100
105	Tayikistán	19,0	12 / 63	21,9 7 / 32
106	Colombia	18,7	31 / 166	21,6 22 / 102
107	Grecia	18,3	55 / 300	— / —
108	Panamá	18,3	13 / 71	— / —
109	Santo Tomé y Príncipe	18,2	10 / 55	— / —
110	Zambia	18,0	30 / 167	— / —
111	Chipre	17,9	10 / 56	— / —
112	Togo	17,6	16 / 91	— / —
113	Jamaica	17,5	11 / 63	23,8 5 / 21
114	Gabón	17,1	20 / 117	17,6 18 / 102
115	Mongolia	17,1	13 / 76	— / —
116	Nigeria	17,0	29 / 171	— / —
117	República de Corea	17,0	51 / 300	— / —
118	Azerbaiján	16,8	21 / 125	— / —
119	Barbados	16,7	5 / 30	23,8 5 / 21
120	Malawi	16,7	32 / 192	— / —
121	Santa Lucía	16,7	3 / 18	27,3 3 / 11
122	República Pop. Dem. de Corea	16,3	112 / 687	— / —
123	Fiji	16,0	8 / 50	— / —
124	Georgia	16,0	24 / 150	— / —
125	Letonia	16,0	16 / 100	— / —
126	Libia	16,0	30 / 188	— / —
127	Uzbekistán	16,0	24 / 150	17,0 17 / 100
128	Chile	15,8	19 / 120	15,8 6 / 38
129	Federación de Rusia	15,8	71 / 450	17,1 29 / 170
130	Jordania	15,4	20 / 130	15,4 10 / 65
131	Egipto	14,9	89 / 596	— / —
132	Turquía	14,9	82 / 550	— / —
133	Paraguay	13,8	11 / 80	20,0 9 / 45
134	Guinea-Bissau	13,7	14 / 102	— / —
135	Saint Kitts y Nevis	13,5	2 / 15	— / —
136	Bahamas	13,2	5 / 38	25,0 4 / 16
137	República Árabe Siria	13,2	33 / 250	— / —
138	San Vicente y las Granadinas	13,0	3 / 23	— / —
139	Chad	12,8	24 / 188	— / —
140	Ghana	12,7	35 / 275	— / —
141	Guatemala	12,7	20 / 158	— / —
142	Malta	12,5	9 / 72	— / —
143	Palau	12,5	2 / 16	15,4 2 / 13
144	Sierra Leona	12,4	15 / 121	— / —
145	Liberia	12,3	9 / 73	10,0 3 / 30
146	Ucrania	12,3	52 / 423	— / —
147	Liechtenstein	12,0	3 / 25	— / —
148	India	11,8	64 / 542	11,0 27 / 245
149	Mauricio	11,6	8 / 69	— / —
150	Cote d'Ivoire	11,5	29 / 253	— / —
151	Antigua y Barbuda	11,1	2 / 18	29,4 5 / 17
152	Burkina Faso	11,0	14 / 127	— / —
153	Djibouti	10,8	7 / 65	— / —
154	Brasil	10,7	55 / 513	14,8 12 / 81
155	Nauru	10,5	2 / 19	— / —
156	Malasia	10,4	23 / 222	22,1 15 / 68
157	Myanmar	10,2	44 / 433	10,4 23 / 221
158	Hungría	10,1	20 / 199	— / —
159	Samoa	10,0	5 / 50	— / —
160	Armenia	9,9	13 / 131	— / —
161	Botswana	9,5	6 / 63	— / —
162	Gambia	9,4	5 / 53	— / —
163	Japón	9,3	44 / 475	20,7 50 / 242
164	Brunei Darussalam	9,1	3 / 33	— / —
165	Islas Marshall	9,1	3 / 33	— / —
166	República Dem. del Congo	8,9	44 / 492	4,6 5 / 108
167	Malí	8,8	13 / 147	— / —
168	República Centroafricana	8,6	12 / 140	— / —
169	Bhután	8,5	4 / 47	— / —
170	Bahrein	7,5	3 / 40	22,5 9 / 40
171	Congo	7,4	10 / 136	19,4 14 / 72
172	Benín	7,2	6 / 83	— / —
173	Tuvalu	6,7	1 / 15	— / —
174	Kiribati	6,5	3 / 46	— / —
175	Swazilandia	6,2	4 / 65	33,3 10 / 30
176	Comoras	6,1	2 / 33	— / —
177	Irán (República Islámica del)	5,9	17 / 289	— / —
178	Maldivas	5,9	5 / 85	— / —
179	Sri Lanka	5,8	13 / 225	6,5 7 / 108
180	Nigeria	5,6	20 / 360	— / —
181	Tailandia	4,9	12 / 247	— / —
182	Tonga	3,8	1 / 26	— / —
183	Bélicia	3,1	1 / 32	30,8 4 / 13
184	Kuwait	3,1	2 / 65	— / —
185	Líbano	3,1	4 / 128	— / —
186	Papua Nueva Guinea	2,7	3 / 111	— / —
187	Haití	2,6	3 / 117	0,0 0 / 22
188	Islas Salomón	2,0	1 / 50	— / —
189	Omán	1,2	1 / 85	16,5 14 / 85
190	Micronesia (Estados Federados de)	0,0	0 / 14	— / —
191	Qatar	0,0	0 / 35	— / —
192	Vanuatu	0,0	0 / 52	— / —
193	Yemen	0,0	0 / 275	1,8 2 / 111

(1) Sudáfrica: Las cifras sobre la distribución de escaños en la cámara alta no incluyen los 36 delegados especiales rotativos nombrados ad hoc, por lo que todos los porcentajes citados se han calculado sobre la base de 54 escaños permanentes.
(2) Estados Unidos de América: El total se refiere a todos los miembros con derecho a voto de la Cámara de Representantes.
Fuente: UIP. Datos proporcionados por los parlamentos nacionales.